

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE -
NUESTRA

RAFAEL PAULINO JULIANI

LGBTTrabalhadores: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho

SÃO CARLOS – SP
2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS – CECH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA – PPGPSI
NÚCLEO DE ESTUDOS TRABALHO, SOCIEDADE E COMUNIDADE -
NUESTRA

RAFAEL PAULINO JULIANI

LGBTTrabalhadores: trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Psicologia da
Universidade Federal de São Carlos para
obtenção do título de mestre

Área de Concentração: Comportamento
e Cognição

Orientadora: Profa. Dra. Rosemeire
Aparecida Scopinho

SÃO CARLOS – SP
2017



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

COMISSÃO JULGADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Rafael Paulino Juliani

São Carlos, 07/03/2017

Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida Scopinho (Orientadora e Presidente)
Universidade Federal de São Carlos/UFSCar

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNESP/Jaboticabal

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva
UFSCar

Submetida à defesa em sessão pública
realizada às 14h no dia 07/03/2017.

Comissão Julgadora:

Prof.^a Dr.^a Rosemeire Aparecida Scopinho

Prof.^a Dr.^a Ana Paula Leivar Brancaleoni

Prof. Dr. Eduardo Pinto e Silva

Homologada pela CPG-PPGpsi na

_____ª Reunião no dia ____/____/____

Prof.^a Dr.^a Elizabeth Joan Barham

Coordenadora do PPGpsi

AGRADECIMENTOS

À professora Rosemeire Aparecida Scopinho, por ter me acolhido nesta empreitada, nesta troca de mundos entre administração e psicologia, por ter confiado em minha proposta e em meu trabalho, sem termos tido mais que apenas um encontro em nossas vidas antes disso tudo começar. Obrigado pela orientação atenciosa e por toda a disponibilidade. Aproveito, também, para agradecer-lhe adiantadamente pelos próximos quatro anos, durante os quais trabalharemos juntos novamente no doutorado, se assim a vida permitir.

À professora Ana Paula Leivar Brancaloni, que sempre incentivou a minha continuidade pelos rumos da vida acadêmica, que ativamente me auxiliou com a criação de meu projeto de pesquisa para o processo seletivo do mestrado e por todas as longas conversas que solucionaram a maior parte de minhas crises existenciais.

Aos entrevistados que compartilharam, mais de uma vez, histórias, experiências, segredos, lágrimas, anseios e sonhos. Obrigado por confiarem a mim coisas tão íntimas e tão especiais. Espero poder dar algum orgulho a vocês.

Aos colegas de trabalho do Nuestra, pelos ouvidos atentos e cuidadosos aconselhamentos, especialmente à Thainara, a quem tanto solicitei auxílio, que sempre me foi dado prontamente e de coração.

À minha família. Sem eles nada disso seria possível. À minha forte e batalhadora mãe Fátima, à minha zelosa avó Neyde e ao meu companheiro irmão Guilherme. Aos meus adorados tios João e Ana e prima Karina. Ao meu querido pai José e à minha cunhada Giovana.

Ao meu amado Luiz, meu exemplo de responsabilidade, trabalho duro e comprometimento. Por todo o seu apoio, amor, por me acompanhar em meus confusos percalços e por compreender que esta foi uma importante etapa para nossos planos e nossa vida em conjunto, que logo mais começaremos a tornar concretos.

Aos meus amados amigos Leonardo, Felipe, Mariana, Fabiana, Marcus, Valquíria, Fernanda, Adriana, Lívia, Ana Cláudia e Rosemary que comigo comemoraram a entrada no mestrado, incentivaram meu trabalho demonstrando sempre enorme interesse nele e que, principalmente, auxiliaram-me, com maestria, nas pausas e nas confessas procrastinações, tão necessárias para manter minha saúde mental e vida social neste processo.

À Fapesp, pelo apoio financeiro e por reafirmar a relevância que acredito ter a minha pesquisa, conforme apoio financeiro recebido por meio do processo nº 2015/11653-0, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

"[...] Trouxe pouco, levo menos. E a distância até ao fundo é tão pequena. No fundo, é tão pequena a queda.
E o amor é tão longe, o amor é tão longe. E a dor é tão perto."

Balada de Gisberta – Pedro Abrunhosa

JULIANI, R. P. **LGBTTrabalhadores:** trajetórias de vida e representações sociais sobre trabalho. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

RESUMO

Por conceber sexo, gênero e sexualidade baseados em sistemas binários, naturais e fixos e por organizar as práticas sociais a partir da premissa de que a heterossexualidade é a única e correta forma de se viver a sexualidade, diz-se que nossa sociedade é, hegemonicamente, heteronormativa. Marginalizam-se, assim, todas as outras formas de configuração e de vivência das identidades de gênero e das sexualidades que permeiam os extremos binários (masculino/feminino, hétero/homossexual). Desta forma, percebe-se a exclusão psicossocial de pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros) em diversos âmbitos da vida social, impactando, significativamente, também nas suas possibilidades e relações de trabalho. Este cenário, no Brasil, acirra-se desde a década de 1990, quando as profundas mudanças ocorridas no mundo do trabalho vêm dificultando ainda mais o acesso e a permanência de pessoas que, visivelmente, fogem do padrão posto no mercado de trabalho formal. Esta dissertação pretende analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou por identidade de gênero, acerca das suas relações com o trabalho. As informações foram obtidas por meio de levantamento bibliográfico e documental e da realização de entrevistas semiestruturadas e analisadas a partir da construção de categorias temáticas, quais sejam: família, escola e trabalho. O material obtido aponta para vivências de preconceito nos âmbitos familiares, escolares e profissionais que impactam na forma como os sujeitos percebem a si mesmos e aos outros e condicionam a maneira como se relacionam socialmente. Principalmente a escola e o trabalho adquirem sentido de espaço de vivência de constrangimentos, de sofrimentos e luta contra o preconceito, mas também de superação, realização, utilidade social e exercício da cidadania. Os entrevistados inseriam-se com dificuldade no mercado formal de trabalho ou ainda como autônomos e micro empresários. Porém, não estavam isentos de preconceitos, de constrangimentos e do sentimento de, obrigatoriamente, serem trabalhadores modelo para permanecerem no trabalho. Não excepcionalmente, vivenciaram situações que eram verdadeiras provas de resistência para permanecer nas organizações. Espera-se que a reflexão sobre as histórias de vida dos entrevistados embasem e estimulem políticas e práticas de gestão do trabalho que sejam inclusivas e que não discriminem os trabalhadores LGBT.

Palavras-chave: Representações sociais; heteronormatividade; trajetórias de vida; exclusão psicossocial.

JULIANI, R. P. **LGBTWorkers**: life trajectories and social representations about work. 2017. 186f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017.

ABSTRACT

By conceiving sex, gender and sexuality based on binary, natural and fixed systems and by organizing the social practices from the premise that heterosexuality is the only and correct way to live the sexuality, it is said that our society is, hegemonically, heteronormative. Thus, all other forms of configuration and experience of gender identities and sexualities that permeate the binary ends (male/female, heterosexual/homosexual) are marginalized. So, it's perceived the psychosocial exclusion of LGBT people (lesbian, gay, bisexual and transgender) in different spheres of social life, also significantly impacting their working possibilities and relationships. This scenario, in Brazil, has been increasing since the 1990s, when profound changes into the world of work has been hampering even more the access and the permanence to it of people that, visibly, do not fit the standard of the formal labor market. This dissertation aims to analyze the social representations of a group of people who look out of place of the heteronormative standards, whether by sexual orientation or gender identity, about their relationships with work. The informations were obtained by means of a bibliographical and documentary survey, and also by the application of semistructured interviews and analyzed from the construction of thematic categories, such as: family, school and work. The material obtained points to experiences of prejudice in the family, school and professional environments that impact on the way the subjects perceive themselves and the others and condition the way they socially relate. Mainly, school and work acquire a sense of space for living constraints, suffering and struggle against prejudice, but also of overcoming, accomplishing, social utility and exercise of citizenship. The respondents have difficulties in the formal labor market, or as self-employed and micro-entrepreneurs, but they are not exempt from prejudices, constraints and the feeling that they must be model workers to guarantee their work, even if, not exceptionally, they have to experiment situations that are true proofs of resistance for their permanence in the organizations. It is hoped that the reflection on the life histories of the interviewees can support and stimulate policies and practices of work management that are inclusive and do not discriminate LGBT workers.

Key words: Social representations; heteronormativity; trajectories of life; psychosocial exclusion.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Identificação dos Entrevistados, segundo idade, profissão, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero	24
---	----

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Biscoito Sexual – modelo ilustrativo da independência entre as diferentes instâncias relacionadas a sexo e gênero	75
--	----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

- AIDS – *Acquired Immune Deficiency Syndrome* ou Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
- ANPAD – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
- ANTD - Agenda Nacional de Trabalho Decente
- ANTRA – Associação Nacional de Travestis e Transexuais
- CADS - Coordenadoria da Diversidade Sexual
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CECH - Centro Estadual de Combate à Homofobia
- DSM - *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*
- ENANPAD – Encontro da Anpad - Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração
- ENEO - Encontro de Estudos Organizacionais
- GRETTA - Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais Ativistas de São Paulo
- HIV – *Human Immunodeficiency Virus* ou Vírus da Imunodeficiência Humana
- LGBT – Lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros
- MEC – Ministério da Educação
- NUESTRA – Núcleo de Estudos Trabalho Sociedade e Comunidade
- OIT - Organização Internacional do Trabalho
- ONG – Organização não governamental
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- RS - Representações Sociais
- SCIELO - *Scientific Electronic Library Online*
- SDTE - Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo
- SMDHC - Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- TGEU - *Transgender Europe*
- TRS - Teoria das Representações Sociais
- TT – Travestis e transexuais
- UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
- UNAIDS - Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids

GLOSSÁRIO

Bissexual: Pessoa que tem interesses afetivos/sexuais por homens e mulheres.

Cisgênero: Pessoa que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído, médica e juridicamente, ao nascimento, com base na configuração do aparelho reprodutivo.

Cisnormativo / Cisnormatividade - Termos que se referem à ideia de um ordenamento do comportamento social, com base na cisgeneridade. Por meio da cisnormatividade as identidades transgênero são entendidas como incorretas/desviantes.

Crossdresser: Homens que não buscam reconhecimento legal e social de outro gênero, porém, têm satisfação sexual e/ou emocional ao vestirem-se como mulheres, principalmente, durante as relações sexuais (homo ou heterossexuais). Não se consideram travestis.

Expressão de gênero – Maneira como a pessoa apresenta-se em termos de aparência, vestimentas, adereços, comportamentos e modos de um determinado gênero, que está extremamente atrelada à cultura e pode ou não concordar com o gênero biológico.

Gay: Pessoa que se identifica como homem (independe do sexo biológico) e tem interesses afetivo/sexuais por outros homens.

Heteronormativo / Heteronormatividade – Termos que se referem à ideia de um ordenamento do comportamento social, com base na heterossexualidade. Por meio da heteronormatividade, somente as orientações heterossexuais são entendidas como corretas.

Homem transexual / homem trans: Pessoa que, tendo nascido com aparelho reprodutivo feminino (vagina, útero, ovários), identifica-se como homem e reivindica reconhecimento social e legal como tal.

Identidade de gênero – Gênero com o qual o sujeito se identifica. Pode ou não concordar com o gênero biológico. Independe da orientação sexual. Há, por exemplo,

pessoas que nascem com pênis, identificam-se como mulheres e atraem-se afetiva/sexualmente por mulheres (possuem orientação homossexual).

Lésbica: Pessoa que se identifica como mulher (independe de seu sexo biológico) e tem interesses afetivos/sexuais por outras mulheres.

Mulher transexual / mulher trans: Pessoa que, tendo nascido com um aparelho reprodutivo masculino (pênis, testículos, próstata), identifica-se como mulher e reivindica seu reconhecimento social e legal como tal.

Orientação sexual – Relaciona-se à sexualidade, à atração afetivo/sexual do sujeito.

Transsex: termo em inglês. O mesmo que Transgênero.

Transgênero / transexual: Termos utilizados para designar aquela pessoa que não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído, médica e juridicamente, com base na configuração do aparelho reprodutivo. A transgeneridade (identidade transgênero) pode ser vivenciada em diferentes graus e independe da orientação sexual.

Travesti: Pessoa que vivencia papel de gênero diferente daquele que lhe foi atribuído ao nascimento, com base na configuração dos órgãos reprodutivos. Podem ter identidade de gênero transexual ou não e podem ainda não se identificar com nenhum dos gêneros binários (masculino e feminino).

SUMÁRIO

Apresentação	13
INTRODUÇÃO	15
Objetivos	21
Método	21
1 O MUNDO DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E INCLUSÃO DE PESSOAS LGBT	27
1.1 Reestruturação produtiva e o trabalhador ideal	27
1.2 Políticas organizacionais de diversidade e as relações entre o mercado formal de trabalho e pessoas LGBT	32
2 UM APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHADOR LGBT	41
2.1 Travesti, trabalhadora, cidadã: palavras que formam frase?	41
2.2 O trabalho entre o “privado” e o “público”: representações sociais e a construção de si	45
3 A “HETERO/CISNORMATIVIDADE” E AS LGBTFOBIAS	60
3.1 Corpos de tijolos dialéticos: identidade de gênero e orientação sexual como construções sociais	60
3.2 As contribuições da Teoria <i>Queer</i> : gênero e sexualidade desnaturalizados	67
4 LGBTTRABALHADORES: TRAJETÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE TRABALHO	73
4.1 Os participantes da pesquisa: representações sobre identidade de gênero, relações com atores sociais do cotidiano, relações familiares e escolares.	73
4.1.1 “É de menino que se torce o pepino”: a normatização dos corpos e dos desejos nas relações familiares	74
4.1.2 Há mulheres que têm pênis e homens que têm vagina: Identidades dissidentes, nome social e táticas para lidar com o outro	87
4.1.3 B + A = BA, B + E = BE, B + I = BICHINHA!! BICHINHA!!	112
4.2 LGBTTrabalho: trajetórias e representações sociais de sujeitos de corpos transgressores sobre trabalho	130
4.2.1 Percalços laborais: as trajetórias de trabalho dos entrevistados	130
4.2.2 Sobre a abertura do mercado de trabalho formal às pessoas LGBT	137

	12
4.2.3 Vivências de preconceito e táticas para lidar com as discriminações	144
4.2.4 “Tá pensando que travesti é bagunça?”: Representações sociais sobre a prostituição	149
4.2.5 As dores e as delícias de ser trabalhador LGBT: representações sociais sobre trabalho	152
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
Referências Bibliográficas	166
ANEXO I	175
ANEXO II	178
ANEXO III	183

Apresentação

Esta pesquisa de mestrado teve a sua configuração a partir de observações anteriormente feitas, durante a fase de finalização do meu trabalho de conclusão do curso de Administração da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Naquele trabalho, busquei compreender como as questões de diversidade sexual e de identidade de gênero eram tratadas no cotidiano de empresas de médio porte do interior paulista. Inicialmente, os contatos com os representantes das possíveis empresas a serem pesquisadas já denunciavam a relutância e, atrevo-me a dizer, o medo, dos gestores de abordar a temática. Muitos se negaram, imediatamente, a participar da pesquisa, enquanto outros, após repassarem o convite para os seus superiores, responderam negativamente em nome da alta gestão. Assim, após grande dificuldade, poucas foram as empresas que aceitaram conversar sobre a temática, me receberam e disponibilizaram representantes dos departamentos de gestão de pessoas, trabalhadores do grupo social LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros) e demais trabalhadores para a realização das entrevistas.

Deparei-me, então, com cenários complexos quanto à inclusão de trabalhadores representantes da diversidade LGBT que, de maneira resumida, giravam em torno da visível ausência de políticas e práticas organizacionais que considerassem a existência dos trabalhadores LGBT na composição do quadro organizacional. Para além dos relatos de perseguições, violências verbais e psicológicas encontrados, chamou-me a atenção o fato de não haver nenhum trabalhador *gay* de expressões efeminadas ou lésbica que apresentasse traços masculinos. Sobretudo, não havia nas organizações nenhuma pessoa travesti ou transexual (pessoas que mais visivelmente estão fora do padrão social desejado pelas empresas) ocupando qualquer posição na estrutura organizacional ou qualquer posto de trabalho. O estudo, assim, deu indicativos da importância de conhecer como esses sujeitos vivenciam e representam as suas experiências com o mundo do trabalho.

Considerando que, apesar das mudanças recentes do mundo do trabalho e da crescente mobilização social para garantir direitos sociais, o grupo social LGBT ainda tem sido discriminado e excluído do trabalho e que a literatura acadêmica dedicada à análise deste problema é escassa, submeti um projeto de pesquisa junto ao Curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, nível mestrado, para compreender as vivências e as representações sociais de trabalhadores

LGBT que, visivelmente, destoam dos padrões heteronormativos sobre a inserção e permanência no mundo do trabalho por meio da análise das suas trajetórias de vida. Considero que conhecer os percalços vividos por esses sujeitos ao longo das suas trajetórias de vida e trabalho pode gerar subsídios para orientar práticas de gestão inclusivas que levem em conta as necessidades e interesses dos que se encontram fora dos padrões heteronormativos.

INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira contemporânea é, hegemonicamente, heteronormativa. Pautada em uma concepção que organiza a sexualidade e o gênero de forma binária e fixa, elege a heterossexualidade como modelo correto, natural e única forma de viver a sexualidade e, conseqüentemente, de organizar a dinâmica das relações sociais. Butler (2003), a este respeito, argumenta que gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. Assim, para a autora, gênero não é algo que somos e sim que fazemos; não é natural, é socialmente construído por meio de discursos e de ações de maneira performativa. Justamente por ser feito de discursos, o gênero é vulnerável à linguagem, no sentido de que esta é performativa porque pode fazer, operar e tornar o corpo feito e efeito da linguagem. Desta maneira, a fala e os seus atos operam não somente a produção reguladora e produtiva sobre aquilo que nomeia, mas também constituem os seus contextos. Ao assumir o binarismo de gênero (masculino e feminino) como algo estritamente biológico e natural, marginaliza-se um conjunto de múltiplas possibilidades de configurações de gênero, vivências e expressões da sexualidade. O reducionismo do gênero ao caráter biológico de ter pênis ou vagina participa de um processo de patologização das identidades que se constituem fora desse mesmo modelo, bem como corrobora para a exclusão daqueles que destoam dos padrões heteronormativos postos em nossa sociedade em diversos âmbitos da vida social, entre eles o do trabalho.

Apesar das crises que envolvem o mundo do trabalho, ele ainda possui importância fundamental na organização da vida material e simbólica dos sujeitos sociais. Neste âmbito, verifica-se uma contradição. O processo de reestruturação produtiva, que ocorre no Brasil de forma mais acentuada desde a década de 1990, baseado na racionalização dos processos de produção, acirra a dificuldade de empregabilidade para as pessoas LGBT (lésbicas, *gays*, bissexuais e transgêneros). Isto porque com o aumento do trabalho morto (realizado por máquinas) há diminuição dos postos de trabalho sendo, portanto, excluídos dos empregos um número significativo de trabalhadores. A dificuldade de acesso ao mercado passa a ser ainda maior para aquelas pessoas que não possuem as características técnicas e sociais desejadas e já enfrentavam processos de exclusão social.

Assim, em decorrência do desemprego estrutural que se estabelece, além das pessoas que não conseguem permanecer e/ou retornar ao mercado de trabalho por não possuírem a qualificação profissional exigida por esta nova configuração, também se veem em situações cada vez mais excludentes aquelas que não possuem as “qualidades” sociais exigidas pelas organizações. Negros, idosos, jovens, portadores de necessidades especiais, pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos, ou seja, qualquer pessoa que apresente um atributo significado socialmente como negativo e que, conseqüentemente, é discriminada por ser portadora desta característica socialmente indesejada. Estas pessoas depararam-se com redobradas barreiras à sua entrada no mercado formal de trabalho.

No entanto, na contramão do mundo do trabalho que exclui os “fora do tom”, observa-se um crescente movimento contra-hegemônico na sociedade que procura problematizar, discutir mais amplamente, legitimar as formas de enfrentamento e definir políticas de inclusão para estas pessoas, o que justifica a necessidade de analisar como acontece o processo de exclusão deste grupo social do mundo do trabalho, posto que este conhecimento pode contribuir para pensar políticas inclusivas de gestão do trabalho.

Na literatura acadêmica, são poucos os estudos que tratam da questão da inserção destas pessoas no mundo do trabalho. O que se pode perceber, de acordo com McQuarrie (1998), é que a literatura focou a sua atenção para o tema, dedicando-se à integração da força de trabalho de pessoas com diferenças raciais, físico-intelectuais ou das desigualdades entre homens e mulheres partindo do padrão binário, corroborando com diversos programas para atender a estes grupos. Por outro lado, pouco se discute sobre a sexualidade e da identidade de gênero como fatores de exclusão dos trabalhadores das organizações, bem como as formas de promover o respeito às diversidades no cotidiano das mesmas.

Em estudo anteriormente realizado com empresas de médio porte localizadas no interior paulista, para identificar a existência de políticas de inclusão e respeito a pessoas LGBT no cotidiano organizacional, Juliani (2013) aponta algumas dificuldades encontradas por pessoas visivelmente fora dos padrões heteronormativos para inserirem-se no mercado formal de trabalho e nele permanecer. Baseado nas perspectivas de representantes das áreas de gestão de pessoas, de seus trabalhadores do grupo social LGBT, representantes dos demais trabalhadores e de Movimentos Sociais ligados à causa LGBT, o autor buscou compreender de que forma a questão da

diversidade sexual era tratada no cotidiano de empresas de médio porte do interior do estado de São Paulo, especialmente no que se refere à existência ou não de políticas organizacionais que visassem à promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero.

Os achados da referida pesquisa apontaram para: a culpabilização das vítimas nos processos de recrutamento e seleção (para os casos em que travestis e transexuais não veem brechas institucionalizadas para concorrer às vagas de emprego); confusão e indistinção entre orientação sexual e identidade de gênero por parte dos gestores e demais trabalhadores, fazendo com que estes diferentes sujeitos (*gays*, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais) sejam entendidos como um grupo homogêneo com as mesmas características e estereótipos; desrespeito ao uso do nome social para os possíveis trabalhadores trans, o que promoveria discriminação, geraria desconforto e poderia culminar em violências verbais, físicas e psicológicas; enquadramento de pessoas LGBT em cargos que, estereotipadamente, são entendidos como mais adequados para elas, o que reforça a crença de que existem funções, habilidades e até mesmo ramos de atividades profissionais próprios para pessoas LGBT, restringe as contratações a estas áreas e discrimina ainda mais este grupo social; inexistência de pessoas TTs (travestis e transexuais) nas organizações; casos de perseguições e violências psicológicas vivenciadas por trabalhadores LGBTs. Em síntese, o estudo mostrou a ausência, nas referidas empresas, de políticas de gestão empresariais voltadas aos trabalhadores LGBTs, os quais acabam se desligando do emprego por não encontrarem um conjunto de ações e políticas que lhes garantam, minimamente, a permanência na organização de forma institucionalizada.

O referido estudo também apontou a importância de conhecer os sentidos atribuídos por esses sujeitos às suas trajetórias de trabalho. O que se percebe é que a presença insignificante de pessoas, visivelmente, transgressoras dos padrões heteronormativos no mercado de trabalho em suas várias configurações, bem como o acesso deste grupo social aos bens e serviços sociais e à cultura tem sido dificultado. Igualmente, a situação mais recorrente na mídia é a da existência de pessoas deste grupo que, alijadas da educação, família e trabalho, subsistem em ocupações que não lhes garantem as mínimas condições de desenvolvimento psicossocial ou que acabam por levá-las à exposição e à vivência de situações de risco à saúde e à vida e demais situações de vulnerabilidade.

Ocorre que o mercado formal de trabalho não é um espaço democrático, neutro e aberto a toda sorte de diversidades de grupos sociais e de suas representações

de mundo. Ele não somente limita a entrada de pessoas que não possuem os requisitos profissionais exigidos pela forma de organizar a produção e o trabalho, como mantém excluídos aqueles sujeitos que não possuem os atributos sociais desejados, como é o caso de pessoas LGBT, com barreiras de acesso ainda maiores para pessoas TT.

O preconceito em forma de transfobia alija as pessoas TT do mercado formal de trabalho dificultando o acesso a uma fonte segura de renda e a uma série de outros benefícios sociais e simbólicos, o que impacta na forma como estas pessoas percebem-se e são percebidas, não apenas pelo mercado formal de trabalho, mas pela sociedade em geral.

Diante de um mercado formal de trabalho cada vez mais excludente e competitivo e do crescimento dos movimentos sociais que reivindicam os direitos de pessoas LGBT, a questão da inclusão e permanência deste grupo social no mundo do trabalho ganha ainda mais relevância. Com vistas ao favorecimento da consolidação de contextos de trabalho promotores do respeito à diversidade sexual e da ruptura com processos discriminatórios, torna-se necessária e relevante a reflexão e a construção de referências para a gestão de trabalhadores de orientação homoafetiva e identidades transgênero. Soma-se a isto a carência de estudos voltados para a gestão de pessoas LGBT presentes nas organizações, bem como a crescente mobilização social para garantir direitos humanos e sociais para este grupo, que permanece discriminado e excluído do trabalho.

Assim, torna-se científica e socialmente relevante compreender a vivência e as representações sociais de trabalhadores LGBT sobre a inserção e permanência no mundo do trabalho, por meio da análise das suas trajetórias de vida. Este objeto de estudo foi construído com base em uma combinação conceitual que leva em conta os impactos das transformações do trabalho contemporâneo para a subjetividade dos trabalhadores, especialmente no que se refere aos processos de exclusão relacionados às identidades sexuais e de gênero.

Do ponto de vista teórico, partimos do entendimento de que o *trabalho* diferencia-se do *emprego*. Este é compreendido como uma relação formal que se estabelece, por meio de contrato firmado comprador e vendedor da força de trabalho. O *trabalho*, apesar das grandes transformações que o permeiam na contemporaneidade, ainda tem sido um dispositivo central para garantir inserção social, acrescido de relevante valor simbólico e moral, com significativos impactos na manutenção da vida e na construção da subjetividade e identidade dos sujeitos, bem como na forma como se

dão as suas relações sociais (SENNET, 2009). As *identidades sexuais e de gênero* são aqui compreendidas para além da visão biologicista e naturalizada do binarismo sexual, ou seja, são entendidas como processos históricos, culturais e performativos (Butler, 2003). As representações sociais, por sua vez, não são apenas tratadas nas suas dimensões cognitivas, mas também nas dimensões estruturais – econômicas, sociais e ideológicas – que configuram o contexto onde elas são produzidas como conhecimento que é expressão do senso comum, que serve como guia para a interpretação e organização das experiências vividas e que orienta os sujeitos nas suas relações com o mundo. Elas, portanto, tanto são o fruto quanto o motor da relação que se estabelece entre os sujeitos e as estruturas sociais (JODELET, 2001; JOVCHELOVITCH, 1994).

Do ponto de vista metodológico, para conhecer as representações sociais dos sujeitos sobre as suas relações com o mundo do trabalho nos valemos das suas narrativas sobre as suas trajetórias de vida. Compartilhamos o conceito de *trajetórias de vida* expresso por Bourdieu (1986), que compreende a vida como uma sucessão de fatos, um conjunto de acontecimentos na vida de um sujeito que se relacionam sequencial e inteligivelmente; um todo coerente e orientado, que, organizado como uma história, informa sobre os caminhos e as escolhas, à medida que transcorre cronológica e logicamente, sobre as posições e deslocamentos do sujeito no espaço social. Este autor supõe que o relato/a produção de si traz consigo a preocupação, no todo ou em partes, de dar sentido, fazer razoável, extrair uma lógica retrospectiva e prospectiva, estabelecer relações de causa e efeito que sejam consistentes e constantes por meio de etapas sucessivas de um desenvolvimento necessário. Assim, a noção de trajetória refere-se a uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou, então, por um mesmo grupo de pessoas, em um espaço social onde ele próprio é um devir, sujeito a constantes transformações. Cabe, assim, ao pesquisador aceitar a criação de tais sentidos, pelos sujeitos entrevistados, no processo de interpretação de suas narrativas de vida, que podem variar, quanto à forma e ao conteúdo expressos, em virtude de diversos fatores, como, por exemplo, a situação da investigação. Bertaux (1997) aponta que, diferentemente da autobiografia (narrativa escrita de um sujeito, sob um olhar global da vida), a narrativa de vida assume forma oral e funda-se no diálogo entre o investigador e o sujeito investigado.

Com base neste referencial, algumas questões nortearam a definição dos objetivos desta pesquisa: Como a aceitação familiar influencia a trajetória de vida e trabalho dos entrevistados? Qual é a importância da escolaridade na configuração da

trajetória profissional? Que significados tem o trabalho na vivência dos sujeitos? Quais são as estratégias por eles utilizadas para inserirem-se e permanecerem no mundo do trabalho? Quais são as possibilidades que se apresentam quando eles não conseguem a inserção no mercado de trabalho formal? A partir das situações vivenciadas, como eles projetam o futuro?

Partimos da hipótese de que os entrevistados representam o trabalho como fator de inserção/interação social, além de meio para a manutenção das suas vidas. Porém, aqueles que conseguem desenvolver trabalhos formais, não encontram políticas e práticas organizacionais que lhes garantam as condições de permanência no contexto de trabalho.

Objetivos

O objetivo geral desta dissertação foi o de analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que, visivelmente, destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca das suas relações com o trabalho, por meio da análise das suas trajetórias de vida. Os objetivos específicos foram: (1) Analisar a trajetória escolar e de formação profissional dos entrevistados, ressaltando o que eles percebem como fatores facilitadores, ou não, de acesso ao mercado formal de trabalho; (2) Analisar as representações sociais sobre as suas experiências de trabalho (formais e/ou informais) e de possíveis vivências de discriminação e preconceito; (3) Identificar as expectativas futuras sobre a vida e o trabalho.

Método

A investigação da questão proposta pautou-se em um método qualitativo, em que se considera o pesquisador como o principal instrumento de investigação, sendo essencial o contato direto e prolongado com o campo empírico. De acordo com Minayo (1999), a aproximação com aquilo que se deseja conhecer e estudar possibilita a criação do conhecimento por meio da própria realidade presente no campo de pesquisa. Para esta autora, o termo *campo de pesquisa* é entendido aqui como o recorte feito pelo pesquisador em termos de espaço, representando uma realidade empírica a ser estudada a partir das concepções teóricas que fundamentam o objeto da investigação.

Para esta pesquisa, o campo escolhido foi o estado de São Paulo, local onde se percebe algum esforço, na esfera pública, para abordar as questões de identidade de gênero e orientação sexual, no que se refere a, por exemplo, leis que protejam os direitos humanos destes sujeitos ou, ainda, uma tentativa, por parte de grandes empresas, de inserir tais questões na agenda de gestão, inclusão e permanência de pessoas LGBT no ambiente de trabalho.

Com vistas à consolidação de um referencial teórico para análise das informações obtidas, um dos primeiros passos da pesquisa foi a realização de um levantamento bibliográfico acerca dos temas:

- Transformações no Mundo do Trabalho;

- Pessoas LGBT no mercado formal de trabalho;
- Subjetividade, identidade profissional e representações sociais do trabalho;
- Heteronormatividade e Teoria *Queer*.

Para tanto, foram levantados os artigos científicos publicados em periódicos e anais de congressos nas bases da SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), Portal de Periódicos CAPES/MEC, *Google Scholar*, anais da EnANPAD, anais do EnEO (Encontro de Estudos Organizacionais), páginas de órgãos oficiais na *internet*, bem como livros que tratam das temáticas.

Conjuntamente ao desenvolvimento do referencial teórico, foi construído o roteiro semiestruturados de entrevistas, que compõem a sessão de anexos (Anexo III). O roteiro foi construído com base na noção de trajetória de vida de Bourdieu (1986) e contemplou os seguintes eixos: 1) Dados pessoais (idade, sexo biológico, identidade de gênero, orientação sexual, relacionamento familiar); 2) Trajetória escolar (grau de escolaridade, relacionamento com professores e colegas de escola, possíveis vivências de preconceito, significados atribuídos à educação); 3) Formação profissional (situação atual de emprego/trabalho, atividades profissionais desenvolvidas, acesso ao mercado de trabalho, experiências profissionais); 4) Vivência da discriminação na trajetória profissional; 5) Expectativas e planos futuros (nos âmbitos profissional e pessoal). Com base neste roteiro, foram realizadas sete entrevistas com pessoas que, visivelmente, situavam-se fora dos padrões heteronormativos no que diz respeito à expressão de gênero, para compreender as suas representações sociais sobre trabalho. Os entrevistados foram selecionados com base na técnica em cadeia de referência *Snowball* ou Bola de Neve (GOODMAN, 1961).

Inicialmente, foram realizados contatos junto a organizações não governamentais (ONGs) pró-direitos LGBT, na cidade de Ribeirão Preto, com o intuito de localizar pessoas LGBT que mantinham ou mantiveram relações de trabalho ao longo de suas vidas. Conjuntamente, foram feitos contatos diretos, por meio de mensagens privadas, na rede social *Facebook*, com pessoas travestis e transexuais que faziam parte da rede de contatos de ONGs LGBT, principalmente, daquelas localizadas no interior de São Paulo, devido à proximidade com a instituição na qual a pesquisa se desenvolveu (UFSCar, São Carlos). A mensagem enviada aos possíveis participantes continha uma breve apresentação acerca da relação do pesquisador com a supracitada universidade, bem como da presente pesquisa (seus objetivos e expectativas quanto à

aplicação dos resultados). Na sequência, foram feitas algumas perguntas para explorar a trajetória de trabalho e verificar a possibilidade do sujeito para participar da pesquisa.

Os entrevistados foram, assim, intencionalmente escolhidos em função de suas experiências profissionais, bem como por residirem no estado de São Paulo. Foram selecionados aqueles que tinham mais tempo de trabalho e trajetórias profissionais diversificadas dado que, supostamente, esses poderiam ser considerados sujeitos de referência para a análise da problemática em questão. Foi realizada, inicialmente, uma entrevista piloto, tendo por objetivo aperfeiçoar o roteiro, que foi incluída na análise dos resultados.

Dessa forma, foram utilizados procedimentos metodológicos que permitiram, sobretudo, dar conta da compreensão do sentido que os sujeitos conferem ao processo vivido no cotidiano, o *locus* privilegiado da prática discursiva e concreta. Visando reconstruir as suas trajetórias de vida e trabalho, foram realizadas tantas entrevistas quanto foram necessárias com cada um dos entrevistados, identificados com nomes fictícios, conforme segue abaixo¹:

¹ No Capítulo 4 é apresentada uma discussão mais detalhada sobre a forma como os entrevistados se identificavam.

Tabela 1: Identificação dos Entrevistados, segundo idade, profissão, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.

Entrevistado	Idade (anos)	Profissão Atual	Sexo Biológico	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Expressão de Gênero
Raquel	30	Professora de Dança	Masculino	Homossexual	<i>Transex</i>	Feminina
Anderson	43	Segurança	Feminino	Heterossexual	Homem trans	Masculina
Bárbara	37	Esteticista	Masculino	Homossexual	Transgênero	Feminina
Valentina	42	Enfermeira	Masculino	Homossexual	Travesti	Feminina
Letícia	40	Tapeceira	Feminino	Homossexual	Mulher cisgênero	Masculina
Yara	31	Profissional do Sexo	Masculino	Homossexual	Travesti	Feminina
Aurora	45	Cabeleireira	Masculino	Heterossexual	Mulher trans	Feminina

Fonte: Juliani (2017), trabalho de campo realizado em 2015-2016.

Os² participantes concordaram com sua participação na pesquisa, bem como estiveram cientes da possibilidade de interromper ou desistir da participação a qualquer momento, sem que houvesse qualquer prejuízo para os mesmos. As entrevistas foram gravadas e integralmente transcritas, sendo realizadas apenas após a concordância do sujeito, mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual se encontra no Anexo I deste relatório, dessa forma, atendendo à resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (Certificado de Apresentação para Apreciação Ética 48459315.6.0000.5504 - Anexo II).

As impressões do pesquisador foram registradas em diário de campo, constituindo relevantes informações complementares para o processo analítico. As informações obtidas com as entrevistas foram analisadas com base na Análise Temática de Conteúdos. Para Minayo (1999), por meio da análise temática de conteúdo é possível aferir as hipóteses inicialmente propostas, bem como adquirir informações que remetam a outras hipóteses não perceptíveis em uma primeira leitura, ilustrando o aspecto “vai e

² Neste trabalho, optamos por não utilizar modificações gramaticais como “@s”, “xs”, “es” para exprimir posições de gênero. Assim, fazemos uso da regra formal da língua portuguesa quanto ao uso dos artigos definidos e indefinidos para nos referirmos aos entrevistados.

vem” da análise de conteúdo, assim chamado pela autora, no que se refere à relação entre teoria e técnica, hipóteses, interpretações e métodos de análise. Em suma, de acordo com Minayo (1999), a fase de análise possui três finalidades: estabelecer uma compreensão das informações obtidas, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento acerca do assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte.

A organização e análise das informações foram realizadas de acordo com as sugestões de Minayo (1999). Primeiramente, as informações foram ordenadas, o que incluiu a transcrição das entrevistas e sistematização dos registros do diário de campo, a releitura do material obtido e a organização dos relatos, para gerar uma espécie de mapa horizontal das descobertas no campo. Na sequência, foi realizada a leitura exaustiva do diário de campo, das entrevistas e de outros documentos considerados importantes, o que resultou na classificação das informações e que serviu para problematizá-las. Neste momento, foram feitas as anotações das primeiras impressões do pesquisador e o início da busca de coerência interna entre elas, o recorte de entrevistas e documentos em “unidades de sentido” para construir as categorias analíticas de acordo com o que pareceu ser mais relevante e representativo para os sujeitos entrevistados. Por último, a análise final relacionou as informações obtidas com a literatura científica já produzida sobre o tema e o referencial teórico utilizado.

Cabe ressaltar que as narrativas obtidas nesta pesquisa não pretendem representar todas as pessoas LGBT. Mesmo dentro de cada um dos subgrupos que formam este coletivo, foram percebidas inúmeras histórias, discursos, posicionamentos, representações que dependem/relacionam-se com as circunstâncias de vida de cada um dos entrevistados.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo, brevemente, retoma o contexto histórico e as transformações ocorridas no mundo do trabalho, destacando as novas tecnologias e formas de organização bem como as consequências para os trabalhadores, especialmente no que se refere às possibilidades de inclusão/realocação dos sujeitos nos postos de trabalho. Em seguida, apresenta uma síntese dos estudos brasileiros que versam sobre a criação e execução de políticas e práticas de diversidade organizacional, com foco nas relações entre mercado de trabalho formal e trabalhador LGBT.

O segundo capítulo apresenta uma discussão acerca do trabalho como dispositivo central na construção da subjetividade e inserção do sujeito na realidade

social, sintetiza a abordagem da Teoria das Representações Sociais e os conceitos fundamentais utilizados para a compressão do objeto da pesquisa.

Uma análise sobre os aspectos da heteronormatividade de nossa sociedade, bem como a forma como, diante disso, organizamos as nossas relações sociais é apresentada no terceiro capítulo. Também são abordados os impactos das LGBTfobias nas possibilidades de inserção escolar e de trabalho do sujeito LGBT. A compreensão deste sujeito está para além de uma visão biologicista e binária, o que é discutido mais detalhadamente pelo viés da Teoria *Queer*, também abordada neste capítulo.

O quarto capítulo apresenta as relações estabelecidas entre a teoria e as informações apresentadas pelos sujeitos entrevistados sobre as suas trajetórias de vida e relações estabelecidas com o trabalho.

CAPÍTULO 1

O MUNDO DO TRABALHO: TRANSFORMAÇÕES E INCLUSÃO DE PESSOAS LGBT

O presente capítulo apresenta as discussões teóricas levantadas acerca: I) das transformações ocorridas no mundo do trabalho, principalmente após a década de 1990, no caso brasileiro; II) da utilização de políticas de diversidade nos contextos organizacionais, bem como sua abertura às pessoas LGBT, com o olhar voltado às travestis e transexuais, pessoas que visivelmente destoam dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade, conseqüentemente, pelos gestores das empresas; III) das iniciativas públicas, para além do enviesado discurso privado, de legitimação e proteção dos trabalhadores LGBT, além do reconhecimento do trabalho como direito humano.

O intuito é o de demonstrar como as transformações ocorridas na organização do trabalho formal excluem aqueles que, para além das características técnicas/profissionais, não possuem as características sociais desejadas pelas organizações, bem como as novas táticas de alguns poucos discursos organizacionais que, por competitividade, necessidade de sobrevivência e construção de uma imagem socialmente responsável, passam a incorporar nas organizações, até certa medida, parte daqueles que vivem às margens da sociedade e que clamam por visibilidade, reconhecimento e direitos sociais.

1.1 Reestruturação produtiva e o trabalhador ideal

En la historia de la artesanía, estas marcas de autor no contenían en general mensaje político alguno, como sí puede haberlo en un grafiti garabateado en una pared, sino que eran meras afirmaciones que trabajadores anónimos habían impuesto a materiales inertes: fecit («Yo lo hice», «Aquí estoy, en este trabajo», que es como decir «Existo»)[...] lo que esas marcas declaran es mucho más «existo» que «resisto». Pero «existo» es quizás la señal más urgente que un esclavo puede emitir.

Richard Sennett – El Artesano

A Administração/gerência científica iniciada por Frederick Winslow Taylor, em fins do século XIX e, amplamente, difundida no século XX, impactou e ainda tem impactado no modo como as empresas organizam o trabalho no interior das unidades produtivas (BRAVERMAM, 1981). A cisão entre o pensar e o fazer, principal

consequência do taylorismo/fordismo, impacta negativamente na autonomia do trabalhador que passa a executar funções mecânicas ínfimas do processo produtivo (BRAVERMAM, 1981; SENNETT, 2009) que tem desdobramentos fora do trabalho. Como foi apontado por Lopes (2009, p. 93), trata-se de “(...) um reordenamento dos processos sociais, que ao mesmo tempo, viabilizam e são viabilizados por um novo padrão de racionalidade, uma nova sociabilidade e, é claro, um novo sujeito”. “*La separación de la cabeza y la mano no es sólo de naturaleza intelectual, sino también social*” (SENNETT, 2009, p. 62).

No norte global, após a profunda recessão de 1973, presenciou-se um conturbado período de reestruturação econômica e ajustamento social e político nas décadas de 1970 e 1980 (HARVEY, 2001), dando início a um regime de acumulação flexível.

No caso brasileiro, a partir da década de 1990, intensificou-se no mundo do trabalho uma profunda reestruturação produtiva do capital, substituindo muitos dos paradigmas até então utilizados para organizar a produção e o trabalho das grandes empresas (ANTUNES, 2003; NEVES, 2000; LOPES, 2009; MATTOSO, POCHMANN, 2010).

O surgimento de novas tecnologias baseadas na microeletrônica e a sua utilização nos setores industriais e de serviços abriu precedentes para que se buscasse intensificar e otimizar o funcionamento da linha produtiva, o que afetou, profundamente, a forma de organizar o trabalho nas empresas. Segundo Neves (2000), a utilização de computadores relaciona-se, diretamente, com uma maior agilidade e rapidez baseadas nas exigências do mercado. A difusão, com maior incremento em 1989, de máquinas e ferramentas de comando numérico, de robôs (especialmente nas indústrias automobilísticas) e de sistemas de desenho e manufatura assistidos por computador no Brasil assinala importantes investimentos realizados pelas empresas. Estas se reestruturam externalizando parte de suas atividades e com uma crescente complementaridade intersetorial, visando à cooperação mais ágil e rápida, com emprego do *just-in-time* em todo o fluxo produtivo.

Em uma década de grande salto tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital. [...] O fordismo e o taylorismo já não são únicos e mesclam-se com outros processos produtivos (neofordismo, neotaylorismo, pós-fordismo) [...] sendo em alguns casos até substituídos, como a

experiência japonesa a partir do toyotismo permite constatar (ANTUNES, 2003, p. 23).

Os empregos formais então existentes foram, em parte, substituídos por outras formas de contratação. Contratações indiretas, subcontratações e trabalhos *part-time* são exemplos de formas de contratação da força de trabalho adotadas pelas empresas, que se tornavam cada vez mais flexíveis. Segundo Neves (2000), o desemprego deixa de ser acidental e decorrente de crises conjunturais e se define como estrutural, pois, ao contrário da forma clássica, não opera por inclusão de toda sociedade no mercado de trabalho e de consumo, mas por exclusão.

Assim, grande parte da força de trabalho que não possuía qualificação profissional e/ou o nível de escolaridade exigidos para se reinserir nas novas configurações das empresas, o que Dubar (2012) chama de *empregabilidade*, engrossou a massa de trabalhadores desempregados que aumentou exponencialmente. Segundo o autor:

Compreende-se melhor o interesse, para os empregadores, em reconhecer o poder e competência legítimos de profissionais que poderão colocá-los a serviço dos objetivos de sua empresa em troca de salários e de perspectivas interessantes de carreira. É nessa transação entre o reconhecimento, pelo empregador, de uma competência apoiada em um título e a mobilização (*commitment*), pelo profissional assalariado, dessa competência a serviço da empresa que repousa o "novo (?) modo de gestão da mão-de-obra", que preserva os profissionais da proletarização e mantém uma cisão entre eles e os assalariados que não empreenderam ou que não obtiveram sua "profissionalização". Como toda transação, essa é instável e depende do conjunto das relações que caracterizam a situação dos profissionais que sempre correm o risco de uma desprofissionalização, mas também a dos não-profissionais que sempre aspiram a uma profissionalização (DUBAR, 2005, p. 204).

Fonseca (2002) aponta que a expansão da insegurança do trabalho torna-se nítida e se dá no nível do mercado de trabalho, no emprego, na renda, na contratação e também na representação que o sujeito faz do trabalho. A organização do processo de produção e do processo de trabalho, de acordo com Neves (2000), afeta as relações no interior do processo produtivo, as exigências de qualificação dos trabalhadores, o próprio conteúdo do trabalho, a divisão do trabalho e o universo da classe trabalhadora.

Percebidos como selvagens, ignorantes, incivilizados, rudes, feios e grevistas, sobre os trabalhadores urbanos que compõem a classe

operária em formação nos inícios da industrialização no Brasil constitui-se paulatinamente uma vasta empresa de moralização. Seu eixo principal: a formação de uma nova figura do trabalhador, dócil, submisso, mas economicamente produtivo; a imposição de uma identidade social ao proletariado emergente, se assim já podemos chamá-lo (RAGO, 1997, p. 12).

Esta breve síntese sobre as transformações do trabalho no século XX é importante para pontuar a ideia de que o trabalho pode ser compreendido não apenas como mero instrumento econômico, de sobrevivência, mas como elemento constituinte e constituído da subjetividade tanto de quem trabalha quanto de quem está excluído do trabalho, bem como é um meio pelo qual os trabalhadores inserem-se e participam (ou não) da vida social. Para além da insuficiente preparação técnica e psicológica para incorporar-se às atividades rotinizadas da economia capitalista, os sujeitos desempregados deparam-se com obstáculos sociais quando tentam inserirem-se no trabalho formal, tais como os preconceitos ligados às questões de raça, gênero, idade, orientação sexual e identidade de gênero. Assim, ocorre um processo de exclusão psicossocial que carrega consigo fatores que também impactam economicamente na vida dos que dependem do trabalho para sobreviver, o que também reflete no acesso a outros direitos sociais. Este é o caso de negros, idosos, jovens, portadores de necessidades especiais, pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos (pessoas LGBT), ou seja, qualquer pessoa que apresente um atributo significado socialmente como negativo e que, conseqüentemente, é discriminada por ser portadora desta característica socialmente indesejada. Essas pessoas deparam-se com redobradas barreiras para entrarem no mercado formal de trabalho. Este processo de exclusão, que é psicossocial, carrega consigo fatores que impactam também economicamente na vida do sujeito excluído, que encontra maiores dificuldades para estabelecer relações de trabalho e conseguir crédito, por exemplo. Segundo Ramos (2001):

Com o advento das novas tecnologias e sistemas de organização do trabalho – processo chamado genericamente de reestruturação produtiva – [...] a qualificação [do trabalhador] entrou numa fase em que, sob alguns aspectos, é tomada como pressuposto da eficiência produtiva; por outros, ela tende a ser abandonada como conceito organizador das relações de trabalho e de formação dando lugar à noção de competência. Alguns aspectos passam a ser valorizados em nome da eficiência produtiva: os conteúdos reais do trabalho, principalmente aqueles que transcendem ao prescrito e às qualidades dos indivíduos expressas pelo conjunto de saberes e de saber-fazer realmente colocado em prática, incluindo para além das aquisições de

formação, seus atributos pessoais, as potencialidades, os desejos, os valores (RAMOS, 2001, p. 53).

Neste cenário, encontram-se em uma condição ainda mais complexa as pessoas que carregam marcas aparentes e que “denunciam” a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero, bem como o trânsito entre gêneros, principalmente as pessoas travestis e transexuais (TT). Como aponta Butler (2003), por romperem com o binarismo de gênero posto por uma sociedade heteronormativa, estas pessoas causam estranhamento e chocam as demais, enquanto percorrem o caminho da livre expressão de seu gênero e plena vivência de sua vida afetiva-sexual. Para Garcia (2007), todos aqueles que rompem com os padrões heteronormativos na expressão de sua sexualidade e com a binaridade de gênero (masculino/feminino) na relação com o seu corpo são socialmente penalizados. Seus “defeitos”, suas marcas, ganham peso considerável nos processos de recrutamento e seleção, especialmente, mas não só, na fase inicial de uma vida profissional.

Segundo Silva e Heloani (2015), a diversidade nos contextos de trabalho, geralmente, faz referência às questões como democratização e inclusão social, pois os critérios referentes à ocupação diferencial de cargos, à responsabilidade e promoções têm levado em consideração variáveis até então desconsideradas, como: a cor da pele, o sexo, questões de gênero e deficiências. Costa e Ferreira (2006) apontam que a questão da diversidade social nas organizações, nos estudos brasileiros da área de administração, vem sendo discutida no contexto acadêmico, com destaque para: a presença dos afrodescendentes, dos portadores de necessidades especiais, das mulheres e das pessoas com diferentes orientações sexuais. Entretanto, McQuarrie (1998) afirma que a literatura focou a sua atenção para o tema, dedicando-se à integração de pessoas com diferenças raciais, físico-intelectuais ou das desigualdades entre homens e mulheres (partindo do padrão binário), no mundo do trabalho corroborando com diversos programas para atender a estes grupos. Mas, por outro lado, ainda hoje, são poucos os trabalhos acadêmicos voltados à questão da inserção e permanência do trabalhador sexualmente diverso no contexto organizacional (CARRIERI, SOUZA e AGUIAR, 2014; FERREIRA, *et. al.*, 2015; MECCHI, 2007; SARAIVA; IRIGARAY, 2009; SIQUEIRA; ZAULI-FELLOW, 2006).

De acordo com o estudo realizado por Ferreira *et al.* (2015), no período compreendido entre os anos de 2000 à 2014, o evento EnEO (Encontro de Estudos Organizacionais) realizado pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em

Administração (ANPAD) contou com quarenta e seis publicações com ênfase na diversidade e gênero, dos quais somente três abordam, diretamente, as temáticas de orientação sexual e transexualidades – COSTA e FERREIRA (2006); SIQUEIRA e FELOWS (2006); e IRIGARAY (2010) -, enquanto os demais versam sobre pessoas com necessidades especiais, raça e etnia, ressocialização de ex-detentos, questões transgeracionais e diferenças de gênero (entre homens e mulheres cisgênero). O próximo tópico dedica-se à análise da literatura que trata dessas políticas.

1.2 Políticas organizacionais de diversidade e as relações entre o mercado formal de trabalho e pessoas LGBT

Historicamente, as empresas têm sido geridas com base em um pensamento que prima pela assepsia e hegemonia e estimula relações internas em prol de objetivos comuns, de modo funcional e “neutro” (IRIGARAY, 2008). Os trabalhadores devem, assim, estar aptos para separar interesses pessoais de profissionais, subjugando a sua dimensão de sujeitos sociais ao bem comum organizacional (IRIGARAY, 2010). No entanto, com a diversificação populacional em variados âmbitos, a diversidade da força de trabalho é tema que tem ganhado relevância desde os anos 1980 (SARAIVA; IRIGARAY, 2009; SILVA; HELOANI, 2015), com significativos impactos nas vidas pessoais e profissionais dos sujeitos aos quais se destinam as políticas de inclusão e de respeito ao trabalhador diverso, quer seja por questões ligadas à raça, etnia, gênero, limitações físico-intelectuais ou ainda questões etárias, de orientação sexual e de identidade de gênero.

Conforme indica Guimarães (2007), no Brasil, 60% dos homossexuais já foram vítimas de algum tipo de agressão motivada por orientação sexual e todos afirmam já terem vivenciado ou presenciado situações de intolerância e violência, quer seja psíquica ou física, nos ambientes familiares, escolares e de trabalho. Irigaray (2008) aponta ainda que homo e bissexuais masculinos, no mercado de trabalho brasileiro, quando comparados aos heterossexuais com a mesma experiência, educação, profissão, estado civil e região de residência, percebem um salário de, em média, 11% a 27% inferior. Para além das perdas financeiras, ser estigmatizado como homo ou bissexual também acarreta custos psicossociais no ambiente de trabalho (IRIGARAY; FREITAS 2013), o que pode, ainda, impactar na ascensão profissional (IRIGARAY, 2008) ou mesmo na permanência na organização.

Esta situação apresenta-se ainda mais complexa para os casos em que aqueles que buscam trabalho ou pretendem manter o cargo fogem mais visivelmente dos padrões heteronormativos postos pela nossa sociedade. É o caso, por exemplo, de *gays* efeminados, lésbicas masculinizadas, travestis, mulheres e homens transexuais. Pessoas estas, muitas vezes, discriminadas inclusive pelo próprio coletivo LGBT (RONDAS; MACHADO, 2015), por aqueles membros que mais se enquadram nas normas sociais heteronormativas (homens *gays* masculinos, mulheres lésbicas femininas ou mesmo homens e mulheres transexuais que mais se aproximam do ideal físico e comportamental tidos como próprios do gênero com os quais se identificam). Rubin, ao referir-se aos estudos de Esther Newton quanto à vida *gay* nos Estados Unidos da América, nos anos 1960, afirma que:

No momento da pesquisa de Newton a comunidade *gay* fornecia bem menos empregos do que hoje em dia, e o mundo do trabalho não-*gay* era quase totalmente intolerante com homossexuais. Houve alguns indivíduos bem sucedidos que puderam ser abertamente *gays* e ganhavam salários decentes. Mas a vasta maioria dos homossexuais tinha que escolher entre uma pobreza honesta ou a tensão em manterem uma falsa identidade. Apesar de essa situação ter mudado muito, a discriminação contra pessoas *gays* ainda é excessiva. Para a grande massa da população *gay*, ser assumido no emprego ainda é impossível. Geralmente o mais importante e mais bem pago no trabalho, menos a sociedade irá tolerar um ostensivo “desvio” erótico. Se é difícil para pessoas *gays* encontrarem emprego onde não precisem fingir, é duplamente ou triplamente mais difícil para indivíduos mais exoticamente sexuais (RUBIN, 2003, p. 30).

No Brasil, país que mais mata travestis e transexuais no mundo (TGEU - TRANSGENDER EUROPE, 2015; 2016), o que se percebe é a presença bastante diminuída e dificultada de pessoas visivelmente transgressoras dos padrões heteronormativos no mercado de trabalho em suas várias configurações, bem como o acesso deste grupo social aos bens, aos serviços e à cultura. Do mesmo modo, a situação mais recorrente nos noticiários é a de pessoas deste grupo alijadas da educação, família e trabalho, subsistindo em ocupações que não lhes garantem as mínimas condições de desenvolvimento ou em condições outras que acabam por levá-las à segregação social e, conseqüentemente, à exposição e vivência de situações de risco à saúde e à vida.

No geral, com baixa escolaridade e abjetadas pela sociedade (branca, heterossexual, machista, “LGBTfóbica”) travestis e transexuais veem-se em triplicada situação de exclusão do mercado formal de trabalho. Nas raras vezes em que esses

trabalhadores são incluídos, eles passam por situações de constrangimento, são alvo de piadas e de divulgação vexatória da sua presença na organização, são alocados em vagas tidas como próprias do gênero com o qual se identificam, ou ainda, em “postos de trabalho invisíveis” tais como camareiras ou ficam escondidos em meio às linhas de produção, sem contato com o público e em tentativa explícita de escondê-los. As empresas de *telemarketing*, um dos mais típicos contratantes de pessoas TT, são um bom exemplo de alocação em “postos invisíveis”, já que, em funções desta natureza, estes trabalhadores não têm contato presencial algum com os clientes. Em seu estudo, Irigaray (2010) também afirma que, quando aceitas no mercado de trabalho formal, travestis e transexuais ocupam posições subalternas e operacionais, na grande maioria das vezes, em indústrias específicas como a de entretenimento, lazer e beleza. O autor também aponta que:

A miséria e a violência experimentadas, no Brasil, por estes indivíduos são (sic) decisivas para decidir o seu destino: a grande maioria se prostitui e, os que conseguiram entrar no mercado de trabalho formal, exercem funções operacionais; mesmo assim, são vítimas de agressões, violência e intolerância (sic) por parte de seus colegas de trabalho, inclusive nas empresas que afirmam possuir políticas de diversidade e respeito às diferenças (IRIGARAY, 2010, p. 13).

Visando a sobrevivência e a competitividade das organizações, as gestões têm discutido, cada vez mais, agendas de inclusão e diversificação da força de trabalho, não apenas pelas exigências legais, como, por exemplo, a contratação de cotas mínimas de trabalhadores com necessidades especiais, mas também no intuito de criarem para as organizações imagens ou mesmo identidades de responsabilidade social (SILVA; HELOANI, 2015). No entanto, Irigaray (2008) e Siqueira e Zauli-Fellows (2006) apontam que, quando se fala em políticas de diversidade, a sociedade é mais propensa a aceitar as diferenças étnicas, sociais e de gênero do que aquelas referentes à orientação sexual e identidade de gênero. Acrescenta-se, ainda, o fato de que mesmo as empresas que declaram possuir uma ampla política de diversidade e respeito às diferenças posicionam-se contrárias à entrada de pessoas travestis e transexuais no mercado de trabalho (IRIGARAY, 2010), demonstrando que o discurso empresarial em muito se afasta da prática.

Especificamente, para o caso da diversidade sexual e de identidade de gênero, Irigaray (2010) afirma que estudar a incorporação de travestis e transexuais ao

mundo do trabalho, assim como de pessoas LGB, contribui para que a cidadania destes sujeitos seja reconhecida e instaurada, propiciando a este grupo social a participação ativa no processo produtivo e na vida social. Para Rondas e Machado, (2015) a aceitação social, por meio de atividades de trabalho, deste grupo de pessoas consiste em:

[...] garantir o tratamento das travestis em igualdade de condições com qualquer outra pessoa igualmente qualificada, em entrevistas para emprego e no exercício de atividades profissionais. Porém, um dos grandes entraves a essa aceitação é a crescente transfobia a que se assiste atualmente, inclusive com a associação do termo travesti a forte apelo erótico e fetichista, a transtornos patológicos, à imitação, engano ou fingimento com relação a ser alguém que não se é (RONDAS; MACHADO, 2015, p. 188).

Mendes (2004) aponta que a implantação de políticas de diversidade acarreta benefícios variados para a organização, como: 1) aumento da criatividade, inovação e capacidade de solução de problemas decorrentes da formação de times de trabalho heterogêneos, reconhecendo a importância de uma multiplicidade de percepções subjetivas no processo de geração de inovações; 2) aumento da flexibilidade organizacional devido à ideia de que membros de minorias sociais teriam uma maior habilidade para lidar com ambientes de mudança; 3) diversificação e aumento das fontes de contratação de recursos humanos; 4) ampliação de mercado, visto que este está se tornando mais culturalmente diverso; 5) fortalecimento da imagem organizacional perante a comunidade e demais *stakeholders* através de *Marketing Social*, promovendo as políticas de diversidade e movimentos de responsabilidade social.

Na prática, entretanto, as empresas têm demonstrado não reconhecer qualquer vantagem em optar por um modelo de gestão que inclua a diversidade sexual em seus quadros funcionais. Ao contrário, afirmam, por vezes, que o fato de vincularem as suas imagens à causa LGBT, de qualquer forma que seja, pode gerar descrédito junto ao mercado, aos clientes, fornecedores e parceiros, e pode “manchar” a imagem da empresa (JULIANI, 2013). Conforme McNaught (1993), as empresas preferem que o trabalhador LGBT permaneça oculto, o que evidencia o preconceito velado das organizações que temem ter suas marcas associadas a sujeitos não aceitos ou não reconhecidos pela sociedade o que, na percepção dos gestores, poderia incorrer em prejuízos financeiros.

Por meio da assinatura, pelo então Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Juan Somavia, do Memorando de Entendimento, o Brasil passou, em junho de 2003, a assumir um compromisso com o estabelecimento de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD). Tal agenda, lançada em maio de 2006, compreende o Trabalho Decente como “(...) um trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna”, o que é “(...) condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável” (ANTD, 2006, p. 5). A ANTD estrutura-se em três prioridades, quais sejam: I) Gerar mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; II) Erradicar o trabalho escravo e eliminar o trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e III) Fortalecer os atores tripartites e o diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática. Com relação à primeira prioridade, no que tange à linha de ação de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento e combate à discriminação, o texto faz referência à: 1) Desenvolvimento de ações de promoção da igualdade de gênero e raça no mercado de trabalho; e 2) Implementação de programas e ações de combate à discriminação no trabalho, com atenção especial para mulheres, pessoas negras, jovens, idosos, pessoas que convivem com o HIV/Aids e pessoas com deficiência (OIT, 2016). Ao longo do documento, nenhuma menção é feita às discriminações motivadas pelas orientações sexuais não heterossexuais e às identidades transgênero.

Entretanto, mais recentemente, diante do reconhecimento da importância de se garantir o direito ao trabalho decente/digno e dos direitos humanos ao trabalhador diverso e, em certa medida, na tentativa de legitimar as reivindicações sociais deste, a OIT, em parceria com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/Aids (UNAIDS), desenvolveram o *Manual de Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no Mundo do Trabalho: construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho – combatendo a homo-lesbo-transfobia*, que teve a sua segunda edição lançada em setembro de 2015. O material reúne orientações de como lidar com a questão da diversidade sexual e de identidade de gênero no contexto organizacional, informações quanto às responsabilidades dos empregadores e gestores, papel dos profissionais de gestão de

peças e de valorização da diversidade, além de propor alguns compromissos da empresa para com a promoção dos direitos LGBT, quais sejam:

- 1) Comprometer-se – presidência e executivos – com o respeito e a promoção dos direitos LGBT;
- 2) Promover igualdade de oportunidades e tratamento justo às pessoas LGBT;
- 3) Promover ambiente respeitoso, seguro e saudável para as pessoas LGBT;
- 4) Sensibilizar e educar para o respeito aos direitos LGBT;
- 5) Estimular e apoiar a criação de grupos de afinidade LGBT;
- 6) Promover o respeito aos direitos LGBT na comunicação e *marketing*;
- 7) Promover o respeito aos direitos LGBT no planejamento de produtos, serviços e atendimento aos clientes;
- 8) Promover ações de desenvolvimento profissional de pessoas do segmento LGBT;
- 9) Promover o desenvolvimento econômico e social das pessoas LGBT na cadeia de valor; e
- 10) Promover e apoiar ações em prol dos direitos LGBT na comunidade.

No ano de 2001, foi promulgada, pelo Governo Estadual de São Paulo, a Lei de número 10.948, de 5 de novembro, que versa sobre as penalidades a serem aplicadas em casos de discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero. A referida Lei traz a seguinte informação em seu Artigo 1º: “Será punida, nos termos desta lei, toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero” (SÃO PAULO, 2001).

Segundo o documento, configuram-se atos atentatórios e discriminatórios:

- I - praticar qualquer tipo de ação violenta, constrangedora, intimidatória ou vexatória, de ordem moral, ética, filosófica ou psicológica;
- II – proibir o ingresso ou permanência em qualquer ambiente ou estabelecimento público ou privado, aberto ao público;
- III – praticar atendimento selecionado que não esteja devidamente determinado em lei;
- IV - preterir, sobretaxar ou impedir a hospedagem em hotéis, motéis, pensões ou similares;
- V - preterir, sobretaxar ou impedir a locação, compra, aquisição, arrendamento ou empréstimo de bens móveis ou imóveis de qualquer finalidade;

VI – praticar o empregador, ou seu preposto, atos de demissão direta ou indireta, em função da orientação sexual do empregado;

VII – inibir ou proibir a admissão ou o acesso profissional em qualquer estabelecimento público ou privado em função da orientação sexual do profissional;

VIII – proibir a livre expressão e manifestação de afetividade, sendo estas expressões e manifestações permitidas aos demais cidadãos.

O documento traz ainda, em seu artigo 3º, a informação de que são passíveis de punição o cidadão, inclusive aqueles em cargos de função pública, civil ou militar, e toda organização social ou empresa, com ou sem fins lucrativos, que possua caráter privado ou público, instaladas no estado paulista, que intentarem contra o que dispõe a lei 10.948/2011 (SÃO PAULO, 2001). As penalidades previstas fazem referência a suspensões e cassações de licenças estaduais para funcionamento, além de multas de até R\$ 3.000,00 (três mil reais). Multas estas que, entretanto, não demonstram exercer uma efetiva mudança no comportamento das empresas discriminadoras, devido ao seu baixo valor, o que abre brechas para recorrentes contravenções.

Acerca das discriminações ocorridas no ambiente de trabalho, Almeida e Martins (2013) afirmam que:

Há muito, a Justiça do Trabalho interpreta como repugnante manifestações discriminatórias em relação à orientação sexual. De maneira pioneira, vem concedendo indenizações por danos morais a estes trabalhadores discriminados, sempre que a ofensa se encontra robustamente comprovada. Normalmente, são casos de ofensas proferidas pelo empregador ou por seu preposto no ambiente de trabalho e as condenações se referem tanto a ofensas efetivamente proferidas por superior hierárquico, como à negligência do empregador em relação a atitudes homofóbicas de colegas (ALMEIDA; MARTINS, 2013, p. 12).

Dubar (2005) aponta que desde o fim dos anos 1970, tem-se observado a criação de numerosos dispositivos de formação, por parte dos Estados, com vistas a favorecer a inserção de jovens com menor grau de escolaridade, a recapacitar trabalhadores demitidos ou a ajudar desempregados de longa data a se reinserir no mercado de trabalho. Tais dispositivos estariam, então, voltados para populações que vivenciam uma condição de “exclusão relativa” (não apenas profissional, mas também escolar e social), como é o caso de pessoas travestis e transexuais.

Tem-se observado a criação de iniciativas municipais e estaduais de incentivo às empresas para a contratação de pessoas LGBT. O Estado de Pernambuco,

por meio do Centro Estadual de Combate à Homofobia (CECH), lançou em 2015, uma campanha intitulada O Trabalho TRANSforma com o objetivo de estimular o acesso e permanência de pessoas trans no mercado de trabalho, com a construção de espaços legítimos e formais, por meio de campanhas publicitárias, para a sensibilização de gestores e empresários para a abertura de vagas para pessoas transexuais (PERNAMBUCO, 2016).

Também a prefeitura do Rio de Janeiro, através da Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual, retomou as atividades do Projeto Damas no ano de 2011 (RIO DE JANEIRO, 2016). Tal projeto objetiva a reinserção social e profissional de travestis e transexuais por meio de ações de capacitação, incentivo à escolaridade e empregabilidade. No ano de 2016 o projeto deu início à sua sétima turma.

No ano de 2015, deu-se início, no Município de São Paulo, ao Projeto Reinserção Social Transcidadania, idealizado pela Prefeitura Municipal em parceria com a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania - SMDHC e Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo - SDTE. De acordo com as informações que constam na página oficial do Programa na *web*, o objetivo é fortalecer as atividades de colocação profissional, reintegração social e resgate da cidadania para o grupo social LGBT em situação de vulnerabilidade, atendido pelas CADS - Coordenadoria da Diversidade Sexual (SÃO PAULO, 2016). O Programa formou trinta e oito alunos em sua primeira turma. Alguns destes egressos formaram o Grupo de Resistência de Travestis e Transexuais Ativistas de São Paulo (GRETТА), o qual vem divulgando uma interessante campanha por meio de vídeos na *internet* cuja mensagem central é “Emprego, por que não?”. Nos vídeos, mulheres travestis e transexuais apresentam-se como tal, acompanhadas de seus nomes sociais, e, segurando suas carteiras de trabalho, lançam um questionamento aos empregadores sobre quais seriam os motivos de não serem contratadas, por exemplo, em uma função de contadora, ou recepcionista, ou vendedora.

No ano de 2013, no estado de São Paulo, ocorreu o primeiro encontro do Fórum de Empresas e Direitos LGBT, que realizou sua 12ª edição em junho de 2016 (FÓRUM DE EMPRESAS E DIREITOS LGBT, 2016). Com o objetivo de articular empresas, comunidade LGBT, governos, órgãos internacionais (como por exemplo, a Organização das Nações Unidas - ONU, Organização Internacional do Trabalho - OIT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD) e apoiadores em torno do cumprimento da proteção dos direitos humanos de pessoas LGBT inseridas nas

organizações, o Fórum conta, atualmente, com a participação de sessenta e três grandes empresas atuantes no território nacional, das quais, trinta e uma são signatárias de uma Carta de Adesão, criada por este mesmo Fórum, contendo dez compromissos da empresa com a promoção dos direitos LGBT consonantes com o Manual de Promoção dos Direitos Humanos de Pessoas LGBT no Mundo do Trabalho anteriormente citado.

Apesar de alguns poucos, porém significativos, esforços verificados por parte de órgãos internacionais, poderes públicos e até mesmo iniciativa privada, o cenário geral é aquele em que o preconceito, principalmente em forma de transfobia, alija pessoas LGBT do mercado de trabalho, dificultando o acesso a uma fonte segura de renda e a uma série de outros benefícios simbólicos, o que impacta na forma como estas pessoas percebem-se e são percebidas, não apenas pelo mercado, mas pela sociedade de forma geral.

CAPÍTULO 2

UM APORTE TEÓRICO PARA O ESTUDO DAS IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO TRABALHADOR LGBT

Neste capítulo discutimos o trabalho como um dispositivo central de integração social, acrescido de relevante valor simbólico e moral, com significativos impactos na manutenção da vida e na construção da subjetividade e da identidade do sujeito trabalhador, bem como na forma como se dão (ou não se dão) as suas relações em sociedade. Faz-se, assim, uma relação entre esta compreensão e as potenciais transformações que o trabalho pode possibilitar na subjetividade e na vida das pessoas LGBT, principalmente das pessoas travestis e transexuais, que mais visivelmente destoam dos padrões estabelecidos por nossa sociedade, hegemonicamente, heterossexual, machista, misógina, transfóbica, higienizadora, enfim, muitos outros adjetivos que poderiam ser aqui citados para evidenciar o cruel cenário social no qual os sujeitos marcados pela diferença lutam por reconhecimento, inteligibilidade e respeito.

Também são aqui apresentados os principais aspectos relacionados à Teoria das Representações Sociais, que garante a base teórica para a análise das informações transmitidas pelos sujeitos nas entrevistas realizadas, apresentada posteriormente em capítulo específico.

2.1 Travesti, trabalhadora, cidadã: palavras que formam frase?

Nardi (2003), apoiado em Castel (1998; 2000), refere-se aos trabalhadores pós- Revolução Industrial como “(...) indivíduos que sobrevivem abandonados à própria sorte, sem a possibilidade de exercício da cidadania, por não estarem inseridos em nenhuma estrutura coletiva que os integre na dinâmica social” (NARDI, 2003, p. 41). O mesmo percebe-se com relação às pessoas TT que, por possuírem maiores dificuldades para concluir os seus estudos, para permanecer em casa devido às relações de violência física e psicológica vivenciadas com os familiares, além da tratativa social para com estas pessoas em forma de transfobia, não têm acesso igualitário ao mercado formal de trabalho, sendo obrigadas a recorrer à informalidade ou à prostituição para obterem renda. Percebe-se assim, um processo de exclusão/inclusão precária destes sujeitos sociais que, à medida que são impedidos de participar das dinâmicas e relações formais de trabalho, são compulsoriamente impelidos a desenvolverem atividades informais ou

mesmo de prostituição. Nesse sentido, Martins (2002, p. 21) aponta que “A vivência real da exclusão é constituída por uma multiplicidade de dolorosas experiências cotidianas de privações, de limitações, de anulações e, também, de inclusões enganadoras”. Ainda segundo o autor:

[...] situações como a de exclusão induzem à criatividade social, à inventividade. Em situações assim, o *poder da ordem* se manifesta na busca de alternativas de integração social, de reconstituição do tecido social rompido. A própria vítima regenera rapidamente aquilo que falta para se situar interpretativamente na realidade de parece empurrá-la para fora, excluí-la (MARTINS, 2002, p. 39-40).

De acordo com Green (2000), o termo travesti fazia referência, até a década de 1960, a um homem “vestido com roupa de mulher”. Entretanto, a partir da década de 1970, o termo passou a carregar a conotação de atividade sexual, sendo um sinônimo de homossexual que se prostitui. Para Garcia (2007), o pouco preparo escolar e o preconceito social direcionado aos homossexuais efeminados são fatores determinantes para a entrada destes no mercado do sexo. Segundo dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), em reportagem concedida à Agência Brasil de Comunicação, no ano de 2015, 90% das pessoas TTs brasileiras estavam trabalhando no mercado do sexo, o que evidencia um processo de entrada compulsória destas pessoas no mercado do sexo, que não leva em consideração seus desejos e anseios quanto ao trabalho que gostariam de realizar. Além disso, o preconceito e a violência vivenciados fazem ainda com que estas pessoas vivam, em maior ou menor grau, outras restrições sociais, por exemplo, por não se sentirem seguras para saírem às ruas durante o dia e fazerem compras, pagarem contas, estudarem ou mesmo para buscarem emprego. Conforme Saraiva (2012) estes sujeitos são pressionados à invisibilidade, por um processo de diferenças que produz uma redução ou nulificação das possibilidades de interlocução com a sociedade.

Baseado em Paugan (2000), Nardi (2003) afirma que o trabalho inscreve o trabalhador na lógica protetora do Estado e lhe assegura o exercício dos direitos sociais, não apenas quanto à sua contribuição para a atividade produtiva, mas também em relação ao princípio de cidadania. O que não ocorre apenas em países de economias extremamente desenvolvidas. Mesmo no Brasil, percebe-se, ainda, uma legislação trabalhista que defende, minimamente, os direitos adquiridos pela classe trabalhadora,

como direito a férias, décimo terceiro salário, licença maternidade, auxílio doença, aposentadoria, entre outros.

O processo de filiação à sociedade salarial dá-se acompanhado de uma adequação da classe trabalhadora ao código moral da sociedade moderna, pois, ao mesmo tempo em que a filiação à sociedade salarial permitiu o incremento na qualidade de vida dos trabalhadores, ela pressupôs a aceitação de um código moral restritivo, que era marcado pela dominação branca, heterossexual, masculina e centrada na família (NARDI, 2003, p.43).

Por não gozarem dos benefícios decorrentes desta filiação a que se refere Nardi (2003) e de diversos outros direitos sociais, já que não são considerados cidadãos/gente de fato, ficam também comprometidos os processos de subjetivação das pessoas TT, para além da simples sobrevivência material. Trabalhar torna-se algo mais que apenas meio de obtenção de renda. Exercer uma atividade laboral implica, além de segurança, presença no mercado de trabalho e na dinâmica das relações sociais. Significa dizer: “Eu estou aqui. Eu existo!”. Este ato, que também é político, oferece ao sujeito trabalhador, em algum grau, uma perspectiva emancipatória e, conseqüentemente, a possibilidade de autogovernar-se e de ser cidadão (SENNETT, 2009).

Nadie podría negar que los individuos nacen desiguales o se vuelven desiguales. Pero, en lo que respecta a los seres humanos, la desigualdad no es lo más importante. La capacidad de nuestra especie para producir cosas pone más en evidencia lo que tenemos en común. Del hecho de compartir estos talentos se desprenden consecuencias políticas [...] Aprender a trabajar bien capacita para autogobernarse y, por tanto, convierte a los individuos en buenos ciudadanos. La criada laboriosa tiene más probabilidades de ser una buena ciudadana que su señora aburrida (SENNETT, 2009, p. 348).

Conforme Dubar (2012), todos os tipos de trabalhos possibilitam um espaço de socialização que, para além da acumulação de conhecimentos profissionais, permite a incorporação de uma autodefinição e projeção para o futuro, o que envolveria o compartilhamento de uma cultura de trabalho, ou seja, a presença do sujeito em um determinado segmento organizado, codificado e controlado visando um objetivo comum.

[...] a vida de trabalho é feita, ao mesmo tempo, de relações com parceiros (patrões, colegas, clientes, público, etc.) inseridas em situações de trabalho, marcadas por uma divisão do trabalho, e de

percursos de vida, marcados por imprevistos, continuidades e rupturas, êxitos e fracassos. A socialização profissional é, portanto, esse processo muito geral que conecta permanentemente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros e consigo (self), concebido como um processo em construção permanente. É por esse e nesse “drama social do trabalho” que se estruturam mundos do trabalho e que se definem os indivíduos por seu trabalho (DUBAR, 2012, p. 7).

A pertença a um coletivo de trabalho, um dos direitos modernos mais fundamentais, conduz ao aprendizado e engajamento subjetivo, o que permite ao trabalhador pensar o seu futuro. “Situar assim o trabalho no centro da vida social e das existências individuais constitui uma característica essencial da modernidade que nenhuma profecia sobre ‘o fim do trabalho’ conseguiu destruir” (DUBAR, 2012, p. 14). Desta forma, no caso de pessoas transexuais e travestis, que percebem uma maior dificuldade em participar das relações trabalho, principalmente de trabalho formal, compreende-se que estas pessoas encontram uma maior dificuldade em planejar o futuro e administrar as suas vidas. A presente configuração do mundo do trabalho, suas exigências técnicas e principalmente sociais, gera incertezas, inseguranças e barreiras quase intransponíveis para as pessoas que não se enquadram nos padrões heteronormativos, o que impacta na forma como elas organizam as suas vidas e as suas relações sociais.

No processo de luta pela sobrevivência, os trabalhos informais que essas pessoas venham a desempenhar, devido às barreiras colocadas pelo mercado formal, podem, de fato, garantir rendas satisfatórias. No entanto, ressalta-se que a execução de atividades de trabalho formal, ainda hoje, pode ser compreendida por alguns sujeitos sociais como fonte de outros benefícios simbólicos ou mesmo de um *status* socialmente reconhecido, devido às supostas garantias intrínsecas à formalidade.

Denise Jodelet (2005) demonstra, com um estudo de caso, como o trabalho, e principalmente o sujeito trabalhador, são, em alguma medida, socialmente preenchidos de algo nobre, decente, normal, moral, mesmo que aquele que execute o trabalho seja um tipo socialmente *non grato*. Em “Loucuras e Representações Sociais”, a autora analisa a história de um povoado que se torna a extensão cuidadora e (pretensamente) inclusiva de uma instituição manicomial. Apesar das segregações e discriminações relatadas pela autora, o importante é perceber que o trabalho, naquele contexto, era fator decisivo na relação entre hospedeiros e pensionistas porque os segundos eram desejados e até disputados pelos primeiros dependendo de sua

capacidade para o trabalho. Os pensionistas que melhor recebiam pelos trabalhos que realizavam adquiriam certo *status* perante a família hospedeira, sendo-lhes permitido, inclusive, que comessem à mesa de jantar com os membros da família. À medida que os pensionistas, tidos como não possuidores de direitos de cidadania, eram capazes de produzir, trabalhar, contribuir com as despesas, exercer atividade socialmente reconhecida e desejada (“não ser um vagabundo”), eram preenchidos com significância e certo reconhecimento social que lhes devolvia, em parte, a condição de cidadão.

Não se deve, entretanto, esquecer que o valor moral atribuído ao trabalho, como indica Nardi (2003), só existe devido a um processo de incorporação do trabalho como valor simbólico, transformando-o em elemento central da constituição do tecido social. Conforme Lopes (2009), o mundo do trabalho, eminentemente amalgamado à construção subjetiva em nossa cultura, torna-se um ponto de referência fundamental para os processos de subjetivação contemporâneos, bem como um importante fator que orienta a dinâmica das sociedades capitalistas devido às complexas relações que se forjam no encontro (ou não-encontro) do sujeito com a atividade laboral.

A gradativa materialização das sociedades ocidentais modernas testemunha, assim, o entroncamento da formação subjetiva com as atividades profissionais, que dá ao trabalho um lugar central na conformação sociossubjetiva moderna. Inclui-se na categoria trabalho, aqui, não apenas o exercício de uma determinada profissão, mas também os modos de trabalhar, as formas de conquista de um espaço no mercado de trabalho e, até mesmo, os contextos que definem a exclusão do trabalho. O trabalho vai tornar-se, paulatinamente, a forma por excelência de relação e ação do sujeito sobre o mundo (LOPES, 2009, p. 94).

Em vista da compreensão do trabalho como dispositivo central de construção da subjetividade e inserção social, é necessário compreender também como o trabalho participa da mediação entre o sujeito e o social.

2.2 O trabalho entre o “privado” e o “público”: representações sociais e a construção de si

Verifica-se, a partir dos anos de 1960, um crescente interesse pelos fenômenos do domínio do simbólico, bem como pelas explicações a estes fenômenos, ligadas às noções de consciência e de imaginário (ARRUDA, 2002). As noções de *representação e memória social* também figuram as tentativas de explicação de tais

fenômenos, a partir dos anos de 1980. A autora, apoiada nos estudos de Sader (1988), aponta que o surgimento de novos atores sociais, como os movimentos sociais, entre o fim dos anos 1960 e início de 1980, também corroboram com o desenvolvimento de uma nova proposta de interpretação dos fenômenos sociais, na medida em que estes grupos explicitam suas demandas de forma enérgica à sociedade, incitando a ciência a desenvolver novos conceitos que incorporassem a análise de suas realidades. Neste momento, tornava-se, assim, relevante compreender a forma pela qual o sujeito social interpreta e constrói a sua realidade.

A teoria da representação social, inaugurado por Serge Moscovici em *La Psychanalyse, son image, son public*, de 1961 (cuja segunda edição data de 1976), tem suas origens na sociologia de Durkheim (FARR, 1994; MINAYO, 1994; ARRUDA, 2002, DOISE, 2011; JOVCHELOVITCH, 2011; WOLTER, 2011), mas é na psicologia social que passa a adquirir contornos de uma teoria que contribui para compreender como sujeitos e realidades sociais são construídos e transformados no contexto de uma relação de dupla transformação. Segundo Jovchelovitch (2011), Moscovici, com a Teoria das Representações Sociais, “(...) produz um clássico da psicologia social dos saberes, demonstrando a continuidade entre saber e contexto, e aquilo que liga a psicologia da racionalidade e da cognição à psicologia da emoção, da experiência e da sociedade” (p. 160). Além disso, Wolter (2011), afirma que, contrariamente às disciplinas mães (Sociologia e Psicologia) a Psicologia Social não possui um olhar binário sobre os fenômenos. Assim, ao invés de separar objeto e sujeito (individual ou coletivo), a Psicologia Social direciona o olhar, simultaneamente, para três dimensões da realidade, quais sejam: Sujeito Individual, Sujeito Social e Objeto. Segundo o autor, esta abordagem possibilita uma visão multifacetada da relação entre estes três termos, à medida que o Sujeito Social (Alter), media as relações entre o Sujeito Individual (Ego) e o Objeto.

Moscovici, rejeitando os pressupostos do behaviorismo, do individualismo e do empirismo (JOVCHELOVITCH, 2011), que então marcavam o conhecimento psicológico da época, recorre ao conceito de representações coletivas de Durkheim (FARR, 1994) para buscar, também no social, elementos que possibilitassem a compreensão da construção do saber prático. A Teoria das Representações Sociais recoloca “(...) nos espaços constitutivos da teoria e do método em Psicologia Social um lugar para o mundo social e seus imperativos, sem perder de vista a capacidade criativa e transformadora de sujeitos sociais” (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 64). No processo

de teorização, Moscovici desfez a antítese entre as representações coletivas e as representações individuais de Durkheim produzindo uma síntese que se apresenta como uma forma sociológica de psicologia social.

Moscovici afirma que a noção de representações coletivas de Durkheim descreve, ou identifica, uma categoria coletiva que deve ser explicada a um nível inferior, isto é, em nível da psicologia social [...] Moscovici estava modernizando a ciência social, ao substituir representações coletivas por representações sociais, a fim de tornar a ciência social mais adequada ao mundo moderno (FARR, 1994, p. 44-45).

Deste modo, Moscovici trouxe o conceito durkheimiano para as condições em que se encontrava a sociedade, desde então já bastante marcada pela intensa divisão do trabalho, cada vez mais dinâmica, com velozes mudanças econômicas, culturais e políticas, em que o tempo já era considerado algo deveras precioso e curto para que a informação pudesse se sedimentar como tradição e onde o conhecimento já não era acessível a todos, quer seja na íntegra ou mesmo em partes. Isto porque, segundo Lahlou (2011), Moscovici percebeu nas representações sociais, uma relevante função constitutiva da realidade que conhecemos, por meio das experiências, e pela qual nos movimentamos na dinâmica social. Moscovici também recorreu a teóricos como Piaget, Lévy-Bruhl e Freud para apoiar a sua perspectiva quanto à construção e ao valor deste saber prático.

Piaget, por meio da sua contribuição a respeito do desenvolvimento do pensamento infantil - a forma como se estrutura e se configura -, mostra que ele se dá por imagens e também por corte-e-cola, juntando fragmentos do que a criança já conhece para formar uma configuração que traduza o que ela desconhece [...] Lévy-Bruhl, por meio dos seus estudos sobre o pensamento místico, encontrado em povos distantes, aponta outras formas de lógica para pensar o mundo, baseadas em princípios diversos dos do pensamento ocidental, como o princípio de participação. Freud, com as teorias sexuais das crianças, mostra como elas elaboram e internalizam suas próprias teorias sobre questões fundamentais para a humanidade, teorias que carregam as marcas sociais da sua origem: a experiência vivida no seu grupo, na sociedade, e o diálogo com outras crianças, como as teorias que explicam o ato sexual (ARRUDA, 2002, p. 136).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) surgiu, assim, para operacionalizar um conceito que pudesse trabalhar com o pensamento social, que abordasse a sua dinâmica e diversidade. Segundo Arruda (2002), partia-se da premissa

de que há modos diferentes e móveis de conhecer e comunicar algo, guiados por objetivos diferentes. Dois destes modos, muito presentes na nossa sociedade, são o consensual e o científico, cada qual gerando seu próprio universo. Ambas as esferas, ainda que tenham propósitos diferentes, são de fundamental importância para a vida do sujeito social. O universo consensual faz referência à vida cotidiana e à convenção informal, ao passo que o científico relaciona-se à hierarquia e aos cânones de linguagem, tidos como próprios das ciências. A proposta inaugurada por Moscovici questiona a racionalidade científica e legitima o senso comum, o saber popular, o conhecimento do cotidiano do sujeito comum, o seu conhecimento concreto, a sua experiência vivida. Reconhece-se a possibilidade de diversas racionalidades, de variadas e distintas sociedades ou grupos sociais, que possuem diferentes formas de construir seus saberes e diferentes visões sobre um mesmo objeto. É por meio do estudo das representações sociais que podemos compreender como se dão as relações que se estabelecem entre os universos de pensamento “reificado” – considerado aqui como as leis e as normas formais de gestão do trabalho – e “consensual” – produzido na vivência cotidiana dos trabalhadores – (MOSCOVICI, 2004), objetivadas por meio das diferentes formas de comunicação na vida cotidiana, especialmente a fala. Para Jovchelovitch (1994), justamente por existir diferenças, diversidade e pluralidade entre as pessoas é que a comunicação e a ação tornam-se necessárias na busca de consensos e entendimentos. Jodelet (2001) refere-se às representações sociais como formas de conhecimento prático, voltadas para a comunicação, para a compreensão e para a transformação do contexto social, material e ideativo em que vive o sujeito social.

Para Jovchelovitch (2011), os saberes do cotidiano (por abrangerem campos diversos, como o do objeto a que se refere, os sistemas dialógicos de relações interpessoais e grupais, a utilização de valores e julgamentos socioculturais) têm um importante papel na reprodução dos sujeitos, das sociedades e das culturas.

Ainda que diferentes do saber científico e tecnológico, esses saberes não são menos ‘sábios’ nos ‘*know-hows*’ e ‘*know-whys*’ que contêm. Pela sua plasticidade e capacidade de adaptação eles se constituem através de processos de absorção e transformação de outras formas de saber, incluindo o conhecimento científico. Há uma racionalidade na vida cotidiana, expressa nos saberes e ‘*know-hows*’ que ela produz, na inteligência dos sistemas de pensar que os humanos desenvolvem enquanto espécie, e na eficácia de seus modos individuais, coletivos e culturais de viver. Essa racionalidade é fruto da dinâmica sócio cultural que compõe a arquitetura do pensamento social [...] privilegiar uma e diminuir a outra faz parte das ilusões da

modernidade e dos processos de hierarquização dos saberes [...] (JOVCHELOVITCH, 2011, p. 163).

Dessa forma, a TRS faz uma crítica aos binarismos natureza/cultura, razão/emoção, objetivo/subjetivo, pensamento/ação, ciência/senso comum, à medida que se afirma a importância da subjetividade, do afeto e da cultura na construção dos conhecimentos (popular e científico) e nas ações humanas (ARRUDA, 2002). Jodelet (2002) reforça esta crítica ao sugerir que as representações sociais devem ser estudadas por meio da articulação de diferentes e complementares elementos, como os afetivos, mentais e sociais. De acordo com Arruda (2002, p. 133) “A teoria das representações sociais não separa o sujeito social e o seu saber concreto do seu contexto, assim como a construção desse saber não pode se desvincular da subjetividade”. Moscovici concebe, assim, as representações sociais como uma elaboração psicológica e social (JODELET, 2009), no qual o saber passa a ser compreendido como produto inerente de um sujeito psíquico vinculado a um grupo e a uma dinâmica social, enquanto que a realidade é compreendida como sendo socialmente construída e compartilhada.

Para analisar as representações sociais produzidas pelos sujeitos e por grupos localizados em espaços concretos da vida, Jodelet (2009) propõe um esquema, denominado *As Esferas de Pertença das Representações Sociais*, que parte do pressuposto de que não há sujeito isolado, mas atores sociais ativos e que estes possuem um corpo pelo qual a sua participação no mundo e a sua subjetividade passam. O esquema proposto pela autora propõe considerar três aspectos relacionados às representações sociais (RS): o da Subjetividade, o da Intersubjetividade e o da Transsubjetividade. A Subjetividade permite compreender as RSs sempre como algo que é de alguém. O estudo da Subjetividade fornece os meios para acessar os significados que os sujeitos, quer sejam individuais ou coletivos, atribuem a um objeto de seu meio social e material, bem como para entender como este se articula com sua sensibilidade, interesses, desejos, emoções e funcionamento cognitivo; a Esfera da Intersubjetividade remetem às representações que são construídas nas interações entre os sujeitos, em especial aquelas que são negociadas e estabelecidas em comum pela comunidade verbal direta; por fim, a terceira Esfera, da Transsubjetividade, passa pelos níveis subjetivo e intersubjetivo, tanto o indivíduo e os grupos, quanto os contextos de interação, as produções discursivas e as trocas verbais.

Como aponta Jesuino (2011), a proposta de Jodelet é consonante com os conceitos subjacentes ao conceito de representação apresentados por Moscovici, quais sejam: (1) toda representação é uma representação de qualquer coisa; (2) qualquer coisa é representação de qualquer coisa; (3) toda a representação é representação de alguém. Deste modo, demonstra-se que as representações referentes a um objeto são elaboradas por um sujeito, seja ele individual ou coletivo, que vivencia um contexto social específico, em determinado tempo, e que possui uma cultura, comunicação/linguagem e inserção socioeconômica próprias daquele grupo social. Jesuino (2011) indica, ainda, que o que confere especificidade às representações sociais, para além do número de sujeitos ou grupos que as compartilham ou produzem, é a função que elas desempenham, haja vista a contribuição que dão aos processos de formação das condutas e das comunicações sociais. Para Arruda:

As condições de produção da representação afirmam com veemência a marca social das representações, assim como seu estatuto epistemológico marca a sua função simbólica, e os processos e estados, o seu caráter prático. Vemos dessa forma como a representação social encadeia ação, pensamento e linguagem nas suas funções primordiais de tornar o não-familiar conhecido, possibilitar a comunicação e obter controle sobre o meio em que se vive, compreender o mundo e as relações que nele se estabelecem (ARRUDA, 2002, p. 142).

Moscovici sistematiza os fundamentos da construção deste saber prático e social fazendo menção a dois processos: Objetivação e Ancoragem. Deste modo, pode-se compreender a forma pela qual “(...) o social transforma um conhecimento em representação e a forma pela qual esta representação transforma o social” (JODELET, 1988, p. 367). A Objetivação faz concreto aquilo que é abstrato. Por meio dela é possível compreender como o sujeito estrutura o conhecimento do objeto, o que ocorre em três etapas. Inicialmente há uma espécie de “enxugamento”, no qual o sujeito seleciona algumas informações do objeto que vai representar e elimina outras, na tentativa de simplificá-lo, já que não é possível lidar com todo o conjunto de informação transmitida, dissociando-as do contexto original e associando-as ao contexto imagético do sujeito ou do grupo. Essa “limpeza” é feita com base em nossas experiências anteriores e em nossos valores. Após esta fase inicial, o sujeito remonta as informações que selecionou, no intuito de torná-las concretas, palpáveis, de fato objeto de conhecimento. Por fim, há a naturalização deste objeto, completando o ciclo da

objetivação. Para Jesuino (2011, p. 40), “(...) trata-se de conferir inteligibilidade a um objeto estranho dificilmente enquadrável nas categorias disponíveis, sejam da ciência ou do senso comum [...] *tornar o não familiar, familiar*. Será esse o problema central da representação”.

Por sua vez, a Ancoragem é o processo pelo qual o objeto que se apresenta à compreensão do sujeito adquire sentido. “Trata-se da maneira pela qual o conhecimento se enraíza no social e volta a ele, ao converter-se em categoria e integrar-se à grade de leitura do mundo do sujeito, instrumentalizando o novo objeto” (ARRUDA, 2002, p. 136). Por meio da ancoragem, o sujeito denomina, classifica, ajusta o objeto da representação, em função das articulações que este tem com seu contexto social, fazendo com que aquele objeto seja integrado a um sistema de valores pré-existente. Neste processo de familiarização, o sujeito torna aquilo que é novo em algo possível de se compreender.

Ainda que as representações sociais manifestem-se por meio de imagens, conceitos, categorias, teorias, elas não se limitam apenas a elementos cognitivos, pois são socialmente construídas e compartilhadas. Para Jodelet (2009), com a emergência de um pensamento Pós-Moderno e as contribuições dos estudos de Foucault (2001), percebe-se a reabilitação do conceito de representação e a necessidade de se pensar o sujeito como ativo e pensante. Para a autora:

Colocar o indivíduo como agente implica reconhecer neste último um potencial de escolha de suas ações, permitindo-lhe escapar da passividade diante das pressões ou constrangimentos sociais e intervir, de maneira autônoma, no sistema das relações sociais, como detentor de suas decisões e senhor de suas ações (JODELET, 2009, p. 689).

Na abordagem processual de Jodelet (2001), é possível compreender as articulações que se estabelecem entre as regulações sociais e os processos cognitivos e psicossociais de sujeitos que não são passivos, pelo contrário, por meio da atividade “pensante” articulada às experiências vividas encontram seus próprios modos de explicar e lidar com a realidade. Lahlou (2011) indica que a RS, como ferramenta de pensamento, é o meio pelo qual os seres humanos (indivíduo e grupo) representam objetos de seu mundo (material e ideal). Jesuino (2011), apoiado em Glumplowicz (1905), demonstra que aquilo que o sujeito pensa, não é de todo ele, mas a sua comunidade social e ele não saberia pensar de forma diferente das influências do seu círculo social, da atmosfera social que respira.

Desta maneira, as representações não devem ser estudadas como cópias mentais do mundo exterior, mas como construção, ou melhor ainda, reconstrução de tal mundo, com base nas múltiplas relações entre os agentes sociais (DOISE, 2011). Também neste sentido, Arruda (2002, p. 134) aponta que a representação social “(...) não é uma cópia nem um reflexo, uma imagem fotográfica da realidade: é uma tradução, uma versão desta. Ela está em transformação como o objeto que tenta elaborar. É dinâmica, móvel”.

No entanto, não apenas o objeto é modificado neste processo. Também o sujeito é modificado pelas representações sociais que elabora sobre algo.

O sujeito amplia sua categorização e o objeto se acomoda ao repertório do sujeito, repertório o qual, por sua vez, também se modifica ao receber mais um habitante. A representação portanto, repito, não é cópia da realidade, nem uma instância intermediária que transporta o objeto para perto/dentro do nosso espaço cognitivo. Ela é um processo que torna conceito e percepção intercambiáveis, uma vez que se engendram mutuamente [...] (ARRUDA, 2002, p. 137).

O sujeito psíquico nem está abstraído da realidade social, nem simplesmente fadado a reproduzi-la. A TRS foca seu olhar neste sujeito que, por meio da atividade e das relações que estabelece com o objeto/realidade, constrói tanto o mundo quanto a si próprio. Nesta perspectiva, as representações sociais são definidas como ponto móvel no interior de um sistema de transformações, na forma de um jogo representacional, decorrente de relações intergrupais e interinstitucionais na esfera pública, assim como dos processos de reprodução e renovação da cultura (JOVCHELOVITCH, 2011). Por meio da ação de sujeitos sociais, em espaços comuns, a esfera pública demonstra ser o local onde uma comunidade desenvolve e sustenta saberes sobre ela mesma, em outras palavras, representações sociais.

Entretanto, conforme Jovchelovitch (1994), as representações sociais não são apenas o agregado de representações individuais, assim como o social é mais que o simples agregado de indivíduos. Dessa forma, a autora propõe que a análise das representações sociais deve forçar-se nos processos de mediação social, como por exemplo, a comunicação (mediação entre um mundo de perspectivas diferentes), o trabalho (mediação entre necessidades humanas e a natureza).

As representações sociais são uma estratégia desenvolvida por atores sociais para enfrentar a diversidade e a mobilidade de um mundo que, embora pertença a todos, transcende a cada um individualmente.

Nesse sentido, elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada sujeito vai além de sua própria individualidade para entrar em domínio diferente, ainda que fundamentalmente relacionado: o domínio da vida em comum, o espaço público (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 81).

Ressalta-se que, para efeitos de análise, a tentativa de isolar as representações sociais sobre um objeto se dá dentro de um contexto investigativo e teórico, que as vê como objetividades instáveis, abstrações que, na sequência, são teoricamente devolvidas para o campo de processos que as produziu. Estudar as representações sociais de um grupo ou de um indivíduo torna-se mais do que simples listagem de sentidos atribuídos a objetos. É necessário contemplar a complexidade da dinâmica do jogo representacional que ocorre nas esferas públicas e como os diferentes sujeitos dela participam.

Para Jovchelovitch (1994), as relações de alteridade que ocorrem no espaço público são um terreno privilegiado para a construção e o estabelecimento de representações sociais sobre determinados objetos.

Tendo em vista que as nossas relações sociais se dão tanto com aqueles que reconhecemos como “nossos iguais” (com os quais compartilhamos uma identidade social), quanto com aqueles que consideramos diferentes ou distintos (os outros), a alteridade manifesta-se, justamente, nas relações com os outros, os “não-eu” ou “não-nós” (JODELET, 1998). É a partir das relações que estabelecemos em sociedade, ou seja, do reconhecimento da existência do outro, sem o qual não seria possível existir a linguagem, formas simbólicas e a própria construção das identidades, inclusive identidades profissionais, identidades/expressões de gênero e o próprio gênero em si. Como também afirma Jovchelovitch (1998), é na relação com o outro que estão os elementos fundantes de nossa vida psíquica e social.

Jodelet (2009) afirma que o sujeito como outro é, ao mesmo tempo e inseparavelmente, instituído e instituidor. Assim, o Eu projeta-se no Outro e vice-versa, indicando uma projeção-introprojeção, que é produto daquilo que ambos fazem um no outro. Segundo Jovchelovitch (1994), não é possível o desenvolvimento do Eu sem a internalização de Outros (de seus gestos, de seus olhos). O Outro se torna, assim, um espelho que permite o confronto do Eu consigo mesmo. O mesmo raciocínio é válido na concepção de uma comunidade/Nós necessária para a constituição do sujeito, reafirmando que vidas privadas surgem a partir de fora, daquilo que é público, e não a partir de dentro/de si mesmas. Dessa forma, a alteridade não trata de uma característica

intrínseca a um sujeito ou grupo social, mas é algo que lhe é atribuído a partir do exterior, baseado nas diferenças e nas relações dinâmicas e ininterruptas que se estabelecem entre eles.

A questão da alteridade está presente em diversos campos, desde a filosofia e a moral até as ciências sociais e humanas, assim, Jodelet (1998) diferencia o conceito de alteridade em: “alteridade de fora” e “alteridade de dentro”. A primeira está ligada à ideia do exótico, do longínquo, em relação a uma determinada cultura, e tem sido o objeto de estudo da Antropologia, considerando-se as pluralidades geográficas/espaciais, temporais e culturais, onde o outro se define em vista da identidade de um observador acidental arquetípico. Por sua vez, a “alteridade de dentro” relaciona-se à distinção de sujeitos que constituem um mesmo conjunto social ou cultural, conferindo-lhes marcas diferenciadoras, quer sejam físicas (raça, deficiências) ou relacionadas a uma noção de pertença do grupo (nacionalidade, religião ou orientação sexual e identidade de gênero). Acerca das relações de alteridade, Jodelet (1998) aponta ainda três diferentes “escalas”, cuja mais severa, a denominada *Alteridade Radical* manifesta-se quando o outro possui uma diferença que é vista como algo essencialmente negativo e se expressa, de forma ideal-típica, nos extremismos do racismo, da homofobia, da lesbofobia e da transfobia. Segundo Jovchelovitch (1998, p. 79):

A alteridade [...] fornece ao sujeito social as referências e os significados em relação aos quais a subjetividade emerge, se sustenta e, se for o caso, se defende. A identidade do interno sempre emerge em relação à identidade do externo. É quando o sujeito é capaz de reconhecer, acessar, avaliar e mesmo rejeitar o externo, que ele pode reconhecer quem é.

Ora, o trabalho demonstra ser espaço privilegiado para proporcionar que tais relações intersujeitos ocorram. Richard Sennett (2009), em “O Artífice”, leva a perceber o valor e a função do trabalho na vida das pessoas que, à medida que participam, ativamente, de uma função laboral, adquirem sentimento de comunidade, de pertença a um grupo socialmente reconhecido e, conseqüentemente, compreende-se enquanto cidadão. Para Sennett, o local de trabalho é um espaço social, um fator de coesão social mediante rituais de trabalho, desde o compartilhar um momento na cafeteria; o acompanhamento do desenvolvimento do trabalho pelos superiores e chefia; o assessoramento, mesmo que informal no local de trabalho; ou a troca de ideias e

informações cara a cara com o outro. A imersão no mundo do trabalho possibilita às pessoas que saíam de suas vidas e entrem em outras repletas de significados sociais.

Dubar (2005), utilizando-se de estudos baseados em análises microeconômicas / microsociológicas (esfera empresarial) e estudos macroeconômicos e sociológicos (esfera do sistema social), reflete sobre a exclusão e dificuldade de acesso de determinados grupos sociais ao mercado de trabalho. Dessa forma, o autor leva a perceber que tais segregações estão relacionadas em um nível macro: a) às características de estratificação do sistema social, que levam à formação de hierarquias e distribuição seletiva dos indivíduos; e b) a posição social de origem e o grau de escolaridade, elementos básicos da estratificação. E em um nível micro, elas relacionam-se aos planos de carreira, característicos de uma “gestão administrativa da mão-de-obra”, que se baseiam no diploma e na maneira como a experiência profissional é adquirida (em um modelo profissional burocrático), no qual “(...) regras rígidas governam a um só tempo a formação dos salários e a distribuição dos trabalhadores” (DUBAR, 2005, p. 226).

Nessa formalização, o mercado de trabalho é duplamente estratificado: verticalmente, pelos graus de escolaridade que condicionam os pontos de entrada no mercado de trabalho e refletem a estratificação "societal" do sistema social; horizontalmente, pelos tipos de mercado interno que remetem a modos de gestão dos empregos pelas empresas, modos de gestão esses que condicionam as trajetórias dos assalariados no decorrer de sua carreira e exprimem as características "econômicas" das empresas. [...] Dessa forma, os "privilégios" de algumas categorias profissionais resultariam da forte articulação entre determinadas categorias individuais, ligadas a características socialmente valorizadas, e determinadas políticas de gestão interna dos empregos, ligadas a configurações econômicas ou políticas particulares (DUBAR, 2005, p. 228).

Ainda que, no trecho acima, o autor dê ênfase na questão salarial e refira-se aos profissionais que já estão alocados no mercado formal de trabalho, em outro momento, ele dedica a sua reflexão, mais propriamente, ao momento da inserção do profissional:

Se admitirmos que a concorrência no "mercado externo" ocorre principalmente em função dos diplomas e das características da formação escolar, a fase de inserção será tanto mais longa e difícil quanto o nível escolar for mais baixo e a formação profissional tiver sido mais ou menos adaptada ao estado da concorrência (DUBAR, 2005, p. 227).

Para Dubar (2005), as diversas possibilidades identitárias de uma pessoa (raça, classe, gênero, etc.) constroem-se mediante um processo de negociação intra e interpessoal, dentro de sistemas sociais específicos em que os sujeitos estejam inseridos, como no trabalho, por exemplo.

Veronese e Esteves (2009) apontam que, em uma perspectiva psicossocial, o conceito de identidade é entendido como a relação psicológica que se estabelece entre o sujeito com os sistemas específicos de categorias sociais. Dessa forma, compreende-se a identidade como uma articulação entre o sujeito e o contexto social, de modo estável e provisório, individual e coletivo, biográfico e estrutural, e por meio de processos de transação do Eu com o Outro e com o mundo, ou seja, entre as identidades biográficas/subjetivas com as que são relacionais/objetivas e também com aquelas identidades culturalmente disponíveis.

Veronese e Esteves (2009) explicam que, nas ciências humanas e sociais, a discussão acerca da identidade se dá em duas vertentes: a psicodinâmica e a sociológica. Na vertente psicodinâmica a construção da identidade é baseada em uma estrutura psíquica que tende a ser mais ou menos estável. Assim, a identidade é tida como a aptidão do sujeito para manter-se o mesmo frente às mudanças pelas quais ele passa ao longo da vida, o que remete à ideia de uma individuação por autodescoberta, com pouca participação da alteridade no processo de construção. Por outro lado, a vertente sociológica (utilizada nesta dissertação), baseia-se no conceito de *self* (ou si-mismo) e lida com a construção da identidade como algo dialético, a partir da linguagem e da comunicação. A identidade é, assim, não algo fixo, mas passível de modificações, de acordo com as relações/interações sociais entre os sujeitos, que mantém, modelam ou transformam suas identidades.

A identidade seria a face socializada da individualidade, sendo sempre assimilada por meio de um processo de interação com os outros, tornando-se assim real para o indivíduo que a vivencia. A tradição da Sociologia descreve um caminho para a construção da identidade calcado na ideia (sic) de socialização e de interação, atribuindo à alteridade papel preponderante na construção da identidade de alguém. Segundo essa ideia (sic), a individuação dá-se por socialização, ou seja, são os outros que tornam possível a singularidade (VERONESE; ESTEVES, 2009, p. 219).

De acordo Veronese e Esteves (2009), a existência de identidades híbridas, múltiplas, plurais, diversas (como são, por exemplo, as possíveis identidades de gênero

e as orientações sexuais) evidencia o declínio das oposições binárias, fixas, simplistas, que marcam identidades imutáveis, essencializadas, naturais, à medida que também questionam concepções normalizadoras e identidades “válidas”, “normais”, “legítimas”. Segundo Silva (2000), identidade e diferença são, ativamente, produzidas na cultura, na linguagem, no social.

Em uma esfera intersubjetiva, o trabalho, para Veronese e Esteves (2009), proporciona vivências e aprendizagens que se incorporam à dimensão identitária dos sujeitos que estão se relacionando. Também Jacques (2006) afirma que as vivências de trabalho que partilham possibilitam aos trabalhadores construir representações de si, diante de suas situações de trabalho.

Assim, os modos de trabalho, suas orientações, formas de organização/gestão, cultura organizacional impactam de forma significativa sobre as identidades dos trabalhadores. Não apenas de suas identidades profissionais, cidadãs, mas até mesmo, de acordo com Salvagni (2011), das próprias identidades de gênero do sujeito trabalhador, à medida que, inserido em um contexto de trabalho fortemente marcado pela divisão sexual do trabalho, aquele que trabalha se reconhece mais ou menos homem ou mulher, dependendo das funções que desempenha dentro da organização, ou mesmo como se porta diante de seu trabalho. Por exemplo, entende-se como mais “macho” que o outro aquele trabalhador que não utiliza todos os equipamentos de segurança que deveria para proteger-se de riscos decorridos de sua atividade laboral.

Em uma perspectiva sócio-histórica e psicossocial, Jovchelovitch (2011) nos leva a refletir sobre as formas como compreendemos os fenômenos que ocorrem em âmbitos informais, realizados por atores sociais em tarefas corriqueiras do cotidiano, aparentemente banais que, no entanto, constroem suas histórias; bem como, sobre as possíveis verdades que podem ser extraídas de contextos locais, de ordem simbólica, como as situações de trabalho, e como tais verdades influenciam nas grandes questões sociais e nos discursos que cada grupo social reconhece como seu.

É, portanto, por meio dos sistemas simbólicos, dos significados produzidos pelas representações, que o sujeito dá sentido à sua experiência e constrói o seu lugar no grupo e na estrutura social. Pensadas nesta perspectiva, as representações sociais não são, puramente, concepções abstratas sobre determinados fenômenos da realidade e tanto são geradas quanto se integram à experiência e à prática social dos sujeitos, refletindo a estrutura social, a ideologia e a cultura que as sustentam. Estudá-las é,

portanto, adentrar no espaço, público e privado, que coloca os sujeitos em relação, direta e/ou indireta, com a estrutura social que condiciona o seu modo de ser e o da(s) sua(s) realidade(s). São os encontros propiciados na vida pública, mediante a comunicação, que garantem o compartilhamento das preocupações comuns do presente, as projeções do futuro e as reflexões sobre o passado do grupo (JOVCHELOVITCH, 1994).

Assim, tem-se na TRS, uma teoria que permite explicar o conhecimento construído pelo sujeito nas relações cotidianas, que leva em consideração a sua inserção na estrutura social sem negar a sua subjetividade. Conhecimento este, que é expressão do senso comum e permite ao sujeito interpretar e organizar as suas experiências vividas, orientando também suas relações com os outros, além de revelar as marcas, tanto do sujeito que representa quanto do objeto da representação porque ambos estão social e historicamente inscritos (JODELET, 2005).

Em resumo, para entender como as pessoas LGBT enfrentam e representam as dificuldades de inserção e permanência no mundo do trabalho, compartilhamos com Jodelet (2001) a ideia de que as representações sociais são modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação, a compreensão e a transformação do contexto social, material e simbólico em que se vive. Como substrato fundamental da memória e da identidade social dos sujeitos, elas manifestam-se como elementos cognitivos — imagens, conceitos, categorias, teorias — mas não se reduzem a eles porque são socialmente elaboradas e compartilhadas. Isto quer dizer que, mesmo que as representações sociais sejam acessadas a partir do seu conteúdo cognitivo por meio da atividade discursiva dos sujeitos, elas devem ser entendidas a partir do contexto e do processo de produção, das funções simbólicas e ideológicas a que elas servem e das formas de comunicação que as fazem circular, que revelam as posições dos sujeitos nas estruturas de poder. Como fenômenos cognitivos, elas envolvem a pertença social dos sujeitos e as suas implicações afetivas e normativas, as interiorizações de experiências, práticas, modelos de condutas e pensamento socialmente criados e veiculados pela comunicação social que a elas estão ligadas. Como fenômenos sociais, o processo de formação de representações sociais permite que os grupos realizem julgamentos e posicionem-se diante de determinado objeto, enfim, que se coloquem diante do mundo e de outros grupos sociais. Assim, elas possuem um papel central no processo de transformação das identidades sociais. Enquanto fenômeno psicossocial, as representações sociais “(...) estão necessariamente radicadas no espaço público e nos

processos através dos quais o ser humano desenvolve uma identidade, cria símbolos e se abre para a diversidade de um mundo de Outros” (JOVCHELOVITCH, 1994, p. 65).

Complementarmente a este pensamento, Valentim (2013) aponta que, um dos motivos para que a Psicologia Social siga utilizando a teoria das representações sociais em seus estudos reside no fato que, as representações sociais estão intimamente ligadas às mudanças sociais. Tanto àquelas mudanças das próprias representações - visto que se referem ao estudo do senso comum, e este se transforma constantemente à medida que se apropria dos conhecimentos científicos, reorganizando-se permanente e bilateralmente -, quanto às transformações sociais das sociedades e comunidades. Isto porque, segundo o autor, para que qualquer projeto de mudança seja bem sucedido é necessário que se compreenda os sistemas de significação que estão em jogo.

Ora, as representações que nossa sociedade faz acerca dos gêneros e das sexualidades, das suas potencialidades e suas limitações, impactam diretamente na forma como estruturamos e mantemos as relações sociais. A sinfonia dos corpos, os seus movimentos, os seus impulsos, os seus afetos e as suas modificações são regidos pelas representações que a sociedade possui sobre gênero o que, desde há muito, tem sido embasada pelos discursos estereotipados e patologizantes da ciência médica. Assim como, no caso do trabalho, delimita-se onde e como podem (ou não) serem alocados os sujeitos trabalhadores. Quem permanece em casa para cuidar das crianças, quem realiza o trabalho braçal, quem ocupa o cargo de chefia e quem se prostitui nas esquinas são assim definidos pelos consensos do coletivo social sob o manto da pretensa neutralidade de um sistema heteronormativo/cisnormativo que orienta nossas relações sociais. Nos dias de hoje, não são raras as frases do tipo “esta é a natureza dele(a)”, “mas o que se pode fazer? A sociedade é assim mesmo!” ou ainda “foi deus quem quis assim”. Cabe-nos, diante disso, questionar onde se situa o desejo do sujeito trabalhador. Este deve conformar-se com o sistema e as relações estabelecidas e, compulsoriamente, ser alocado em atividades pré-determinadas ou, inclusive por meio de seus corpos e desejos dissonantes, produzir uma ruptura na estrutura imposta, cabendo-lhe, assim, segurar as rédeas de sua própria vida?

CAPÍTULO 3

A “HETERO/CISNORMATIVIDADE” E AS LGBTFOBIAS

Este capítulo apresenta uma síntese teórica das principais contribuições da Teoria *Queer* para o processo de desconstrução dos binarismos, estereótipos e demais formas de rotulação do sujeito social. Esta teoria, que também possui cunho político, questiona os processos normalizadores que produzem, ao mesmo tempo, o hegemônico e o subalterno e nos reapresenta um sujeito social que é compreendido para além das questões meramente biológicas, o que impacta diretamente na forma como este se organiza e se relaciona em sociedade. Para melhor compreensão deste sujeito e de suas relações, também, aborda-se aqui questões como preconceito, fobias sexuais, essencialismos, naturalizações e normatizações do sistema sexo/gênero.

Busca-se ressaltar que a concepção de um sujeito de possui múltiplas possibilidades de configuração da sexualidade, do gênero e do próprio corpo é basal para o desenvolvimento de relações que expressem respeito, não discriminação e violência nas relações sociais mais básicas, como as que se dão no âmbito familiar, escolar e de trabalho.

3.1 Corpos de tijolos dialéticos: identidade de gênero e orientação sexual como construções sociais

Toda esta atenção loquaz com que nos alvoroçamos em torno da sexualidade, há dois ou três séculos, não estaria ordenada em função de uma preocupação elementar: assegurar o povoamento, reproduzir a força de trabalho, reproduzir a forma das relações sociais; em suma, proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora?

Michel Foucault – A História da Sexualidade I: a vontade de saber.

As discussões sobre sexualidade e gênero não se limitam apenas ao âmbito do privado, do individual. Ao contrário, o debate e o consequente controle que se coloca acerca destes temas, embasados na crença de uma ordem “natural”, tornam-se meio para o ordenamento e inteligibilidade das relações entre os sujeitos sociais.

Conforme aponta Bento (2011), em nossa sociedade, a heterossexualidade é entendida como aquilo que dá coerência às diferenças binárias entre os gêneros. Rubin (2003) discute como a ciência, historicamente, tem contribuído para construir determinadas representações sociais sobre sexualidade e gênero:

Um tal axioma é o essencialismo sexual – a idéia (sic) de que o sexo é uma força natural que existe anteriormente à vida social e que molda as instituições. O essencialismo sexual é incorporado no saber popular das sociedades ocidentais, as quais consideram o sexo como eternamente imutável, a-social e transhistórico. Dominado por mais de um século pela medicina, psiquiatria e psicologia, o estudo acadêmico do sexo tem reproduzido o essencialismo. Estes campos classificam o sexo como propriedade dos indivíduos. Talvez seja inerente aos hormônios ou a psique. Talvez seja construído como fisiológico ou psicológico. Mas dentre essas categorias etnocientíficas, a sexualidade não tem história e tampouco tem determinantes sociais significativos (RUBIN, 2003, p. 11-12).

Segundo Arán (2006), os discursos da sexologia, psiquiatria e parte da psicanálise que conferem um *status* patológico, principalmente à transexualidade, mas também às demais sexualidades não heterossexuais, baseiam-se no entendimento da existência de uma “(...) matriz binária heterossexual que se converte em sistema regulador da sexualidade e da subjetividade” (ARÁN, 2006, p. 50). A este respeito, por um viés pós-identitário, desnaturalizante e desconstrutivo, alguns autores argumentam que gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual tende a se cristalizar no tempo de forma a produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural e anterior de ser (ARÁN, 2006; BENTO, 2014a; BUTLER, 2003; LOURO, 2001; RUBIN, 2003). Para Butler (2003), gênero não é algo que somos e sim que fazemos; não é uma condição estática e sim uma construção ideal que, com esforço, é materializada através do tempo; não é algo natural, mas sócio e culturalmente construído por meio de discursos e de ações, de maneira performativa. Bento (2014a, p. 52) afirma ainda que “(...) a dicotomia natureza (corpo) *versus* cultura (gênero) não tem sentido, pois não existe um corpo anterior à cultura, ao contrário, ele é fabricado por tecnologias precisas”. Arán, (2006) contribui afirmando que:

[...] *gênero* não é uma construção social imposta a uma matéria antes determinada (o sexo), e sim um efeito performático que possibilita a constituição e o reconhecimento de uma trajetória sexuada, a qual adquire estabilidade em função da repetição e da reiteração de normas (ARÁN, 2006, p. 51).

A repetição, para Bento (2011, p. 553), permitiria “(...) a eficiência dos atos performativos que sustentam e reforçam as identidades hegemônicas”. Dessa forma, os

efeitos concretos da performance do gênero, no corpo e na vida daquele que o performa, dão-se com base em uma matriz heterossexual caracterizada pela dominação masculina e pela exclusão da homossexualidade que, abjetada, torna-se fronteira ou limite de inteligibilidade para o sujeito dito normal/humano/heterossexual, enquanto mantém o outro/não-humano/"anormal"/homossexual ininteligível, irreconhecível, impensável, inviável, sem possibilidade de simbolização (ARÁN, 2006). Sobre isso, Butler (2003) afirma que o abjeto designa as zonas inóspitas e inabitáveis da vida social, local destinado aos que não gozam do *status* de sujeito, mas, por habitarem o inabitável, são necessários para a constituição do sujeito legítimo e seu domínio. Segundo Louro (2001), por meio de uma abordagem desconstrutiva é possível compreender a heterossexualidade e a homossexualidade como interdependentes e mutuamente necessárias, integrantes de uma mesma referência.

A afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença. Esse 'outro' permanece, contudo, indispensável. A identidade negada é constitutiva do sujeito, fornece-lhe o limite e a coerência e, ao mesmo tempo, assombra-o com a instabilidade. Numa ótica desconstrutiva, seria demonstrada a mútua implicação/constituição dos opostos e se passaria a questionar os processos pelos quais uma forma de sexualidade (a heterossexualidade) acabou por se tornar a norma, ou, mais do que isso, passou a ser concebida como 'natural' (LOURO, 2001, p. 549).

É na homofobia, no desprezo pelo sujeito abjeto e, por que não, no medo de que o outro assuma a sua posição na hierarquia sexual que reside a grande dificuldade de pessoas, que habitam fora dos padrões heteronormativos, em serem reconhecidas como possibilidade pela sociedade, permanecerem nos espaços escolares, religiosos, ou mesmo familiares, terem acesso ao mercado de trabalho e nele permanecerem, terem acesso ao mercado de consumo, à cultura. Para Borrillo (2009), a homofobia, através de seus mecanismos de diferença, torna-se a guardiã das fronteiras sexuais (hétero/homo) e de gênero (masculino/feminino). O autor atribui o sexismo (subordinação do feminino ao masculino, mas também hierarquização das sexualidades) como o fundamento da homofobia, o que pode ser estendido à lesbofobia, à bifobia e à transfobia.

A lembrança constante da superioridade biológica e moral dos comportamentos heterossexuais faz parte de uma estratégia política de construção da normalidade sexual. A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão com o qual todas as outras sexualidades devem

ser comparadas e medidas. É essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – que constitui uma forma específica de dominação chamada heterossexismo. Este pode ser definido como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade assume posição superior. Todas as outras formas são qualificadas, na melhor das hipóteses, como incompletas, acidentais e perversas, e na pior, como patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização (BORRILLO, 2009, p.25).

As fobias sexuais, por Lionço e Diniz (2008), são entendidas como manifestações perversas e arbitrárias da opressão e discriminação de práticas sexuais não heterossexuais ou de expressões de gênero distintas dos padrões hegemônicos. No entanto, se é necessária uma produção repetida da normatização da sexualidade, isto significa que a materialização do sexo, ou mesmo do gênero, nunca é de fato completa, dado que os corpos nunca obedecem completamente às normas pelas quais sua materialidade é fabricada (ARÁN, 2006). A homofobia, assim, é o meio de vigilância e enquadramento pelo qual o heterossexual, que possui uma sexualidade frágil, carente de constantes reafirmações e adequações à norma posta, reafirma seu distanciamento do feminino, seu oposto constitutivo.

[...] não é difícil perceber que a fixidez da lei estruturalista estabelece, por meio de uma matriz heterossexual, as posições consideradas legítimas. Todo o resto então, torna-se incompreensível caso não corresponda a este sistema binário hierárquico, e permanece como um excesso impossível de ser inscrito no âmbito simbólico. Desta forma, aquilo que é possível de ser simbolizado será estabelecido por uma operação violenta de exclusão (ARÁN, 2006, p. 58).

Entretanto, tem-se a transfobia como fonte de uma discriminação ainda maior que a homofobia e a lesbofobia, com especial destaque para a condição de travestis e mulheres trans, pois, como apontou Amaral (2013), estas não só rompem com o binarismo de gênero, mas também com a “condição privilegiada” de ser homem.

A discriminação contra transexuais e travestis femininas é mais marcada do que a dos homens *gays*, uma vez que a realidade que se impõe em nossa sociedade é não só heterocentrada, mas também machocentrada. Assim sendo, o processo de feminilização destas pessoas é encarado, muitas vezes, como uma afronta dupla: ao binarismo de gênero e à supremacia do sexo masculino, cuja negação acaba por ser bastante execrada (AMARAL, 2013, p. 4).

Há ainda quem possa defender o contrário, afirmando ser ainda mais petulante a afronta da "sapatão que quer ser homem", usurpadora daquilo que "ao falo é, por natureza, de direito".

Segundo Rubin (2003), a organização da sexualidade em sistemas de poder recompensa e estimula alguns sujeitos sociais, ao passo que pune e reprime outros. A autora recorre à analogia daquilo que denomina Pirâmide Erótica para afirmar que no topo desta pirâmide reside a consolidação ideológica do casal monogâmico (também branco, heterossexual, cristão), com direitos assegurados pelo casamento e pela reprodução; logo abaixo, os heterossexuais monogâmicos não casados em relação conjugal; depois, a masturbação (substituta inferior aos encontros em par); em seguida, os casais lésbicos e *gays* estáveis, de longa duração (situados no limite da respeitabilidade); mais abaixo, as sapatões de bar e homens *gays* promíscuos; nas posições mais inferiores, estão os transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, prostitutas, modelos pornográficos e aqueles sujeitos cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. Desta forma, quanto mais próximos do topo da pirâmide, mais os sujeitos gozam da recompensa e do reconhecimento da saúde mental, respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que se distanciam do topo, os sujeitos são considerados doentes mentais e criminosos, têm a mobilidade social e física restringida e perdem o suporte institucional, além de experimentarem sanções econômicas (RUBIN, 2003). Neste sentido, Bento (2011) afirma que:

A possibilidade de se reivindicarem direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que o lançam ao topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/ política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem vida àqueles seres que estão “ajustados” a essa expectativa (p. 554).

Carrieri, Souza e Aguiar (2014) afirmam que está estabelecida, entre os sujeitos sociais, uma norma adequada para se portar e aqueles que possuem uma conduta entendida como “anormal”, estão sujeitos às sanções por parte dos demais membros da sociedade como, desconfiança, presunção de doenças mentais e de

criminalidade, perda de suportes institucionais, perdas econômicas, limitações na mobilidade social, entre outras.

Vale ressaltar que o discurso midiático possui um relevante papel enquanto ferramenta de reprodução deste pensamento hierarquizante das sexualidades e identidades de gênero. De acordo com Veras e Guasch (2015), a grande imprensa brasileira tem direcionado seu olhar às pessoas TT de forma enviesada, ou melhor ainda, “enviesante”, retratando, principalmente as travestis, como figuras marginalizadas, desordeiras, ligadas a brigas, assassinatos, roubos, vícios, prostituição, etc. Dessa forma, corrobora com a construção de representações sociais que desenham as pessoas TT como corpos e sujeitos sociais ininteligíveis. O que, em relações de alteridade, garante ao sujeito “normal” os limites para sua própria inteligibilidade.

Como aponta Bento (2014a), o principal elemento discursivo da naturalização das identidades é a negação da possibilidade de se conferir humanidade àqueles sujeitos que vivem as suas masculinidades e as suas feminilidades para além dos marcadores biológicos (aparelhos reprodutivos, hormônios, cromossomos).

Arán, (2006) aponta que os gêneros inteligíveis são assim entendidos por manterem uma continuidade entre sexo, gênero, práticas sexuais e desejo, por meio dos quais a identidade é reconhecida e adquire efeito de substância. Assim, transformam-se em patologias todas as vivências sexuais e de gênero que, diante do reconhecimento da existência de um sistema normativo, possuem espectros de descontinuidade e incoerência com o modelo adotado. Fato este que, segundo Butler (2003), leva ao entendimento, por grande parte da sociedade, de que existem determinados tipos de identidade de gênero que parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, justamente por não se conformarem às normas de inteligibilidade cultural. Para Bento (2011), o processo de naturalização das identidades de gênero e a patologização daqueles que fogem da norma estabelecida produzem as margens (local habitado pelos seres abjetos), o que torna estes sujeitos verdadeiros “mortos vivos sociais”. Para a autora, a patologização das identidades é um processo pelo qual alguns sujeitos são dotados de humanidade, em detrimento da desumanização de outros, a quem se destinam os castigos e as sentenças pelo descumprimento da lei. Neste sentido, “(...) os divergentes sexuais e de gênero só poderão existir em espaços apropriados, nos compêndios do saber médico e nos espaços confessionais das clínicas. Lá os encontraremos, todos hierarquizados, classificados e especificados” (BENTO, 2011, p. 557).

Leite Jr. (2012) aponta que nossa sociedade compreende como inteligíveis apenas aqueles sujeitos que, nascidos com pênis, estejam satisfeitos com a denominação de meninos/homens que lhes fora imposta (médica e juridicamente) ao nascimento, sejam masculinos em seu modo de agir e atraiam-se afetivo-sexualmente por pessoas que, oposta e binariamente, tenham nascido com vaginas, concordem com a denominação de meninas/mulheres que lhes conferiram, tenham um “comportamento feminino” e, reciprocamente, invistam esforços afetivos sexuais no sexo oposto. A esse respeito, Rubin (2003) afirma que:

Isso não significa que as capacidades biológicas não são pré-requisito para a sexualidade humana. Significa que a sexualidade humana não é compreensível em termos puramente biológicos [...] A fome na barriga não dá pistas sobre a complexidade da culinária. O corpo, o cérebro, os genitais, e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais. Além de que nós nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura (RUBIN, 2003, p. 12-13).

Arán (2006) afirma ainda que esta compreensão biologicista para o gênero e a sexualidade, em geral, parte do pressuposto de que:

[...] *sexo* é algo definido pela natureza, fundamentado no corpo orgânico, biológico e genético, e de que *gênero* é algo que se adquire por meio da cultura. Esta compreensão se baseia na percepção de que o *sexo* — homem ou mulher — é um dado natural, a-histórico, e de que o *gênero* é uma construção histórica e social. Esta tese, porém, por um lado determinista e por outro construtivista, restringe em muito a possibilidade de compreensão das subjetividades e das sexualidades (ARÁN, 2006, p. 50).

Para Bento (2014a), existe uma multiplicidade considerável de performances de gênero e reconhecer tal diversidade é também negar quaisquer vieses que trabalhem no sentido de construir indicadores que sejam universais para uma experiência social e cultural como é o gênero. Segundo Rubin (2003):

É impossível pensar com clareza as políticas da raça ou gênero porquanto estas são pensadas como entidades biológicas ao invés de construtos sociais. Similarmente, a sexualidade é inacessível à análise política enquanto for concebida primariamente como um fenômeno biológico ou um aspecto da psicologia individual. A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de

entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível. Uma pessoa pode então pensar as políticas sexuais nos termos de fenômenos como populações, vizinhanças, padrões de ajustamento, migração, conflito urbano, epidemiologia, e tecnologia política. Estas são categorias de pensamento mais frutíferas do que aquelas mais tradicionais como pecado, doença, neurose, patologia, decadência, poluição, ou a ascensão e queda de impérios (RUBIN, 2003, p. 13).

Questionar as normas sociais que tornam pessoas LGBT, mais especificamente as pessoas TT, em “monstros” sociais é uma alternativa psicossocialmente mais flexível do que a busca obsessiva de adequação e enquadramento dos corpos nos extremos binários estereotipados do masculino e feminino, o que se aplica não somente aqueles que fogem da norma, mas a todos os sujeitos para que permaneçam nela enquadrados. Uma pedagogia, uma teoria que conteste a fixidez dos sistemas binários masculino-feminino, hétero-homossexual, bem como a naturalização e superioridade da heterossexualidade, oferece ferramentas para pensar a existência de outras formas de viver a sexualidade e o gênero, tão legítimas e inteligíveis quanto a heterossexualidade e a cisgeneridade. Conforme aponta Arán (2006), especificamente para o caso da transexualidade, mas podendo se estender para todos os tipos de “fora da norma”:

Diante dos dispositivos da sexualidade tão bem definidos na modernidade por meio da naturalização de sistemas normativos de *sexo-gênero*, como também da naturalização do sujeito do desejo, a transexualidade será sempre excluída das possibilidades subjetivas consideradas normais e legítimas. É necessário, portanto, certo estremecimento destas fronteiras excessivamente rígidas e fixas — tais como as do simbólico e das estruturas de poder — para que a transexualidade possa habitar o mundo viável da sexuação e sair do espectro da abjeção, seja como transtorno de identidade de gênero, seja como psicose. Desse modo, estaremos mais livres para compreender as diversas formas de identificação e de subjetivação possíveis na transexualidade (ARÁN, 2006, p. 59).

3.2 As contribuições da Teoria *Queer*: gênero e sexualidade desnaturalizados

Segundo Miskolci (2009), emergiu nos Estados Unidos, em fins da década de 1980, uma corrente teórica denominada Teoria *Queer*, cujo objeto de análise é a dinâmica da sexualidade e do desejo na organização das relações sociais. Louro (2001) afirma que a Teoria *Queer*, enquanto teoria e política pós-identitárias, objetiva a crítica

à oposição heterossexual/homossexual, compreendida como a categoria central que organiza as práticas sociais e as relações entre os sujeitos.

A Teoria *Queer* (termo primeiramente utilizado por Tereza de Lauretis) faz parte de um conjunto de *saberes sujeitados* denominados por Foucault como Saberes Insurgentes (MISKOLCI, 2014). Segundo Miskolci (2014), *saberes sujeitados* é um termo que se refere a históricos blocos de saber que estavam presentes e disfarçados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos, bem como uma série de saberes, até então, desqualificados como saberes não conceituais, ingênuos, hierarquicamente inferiores, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. Formavam assim, um conjunto de conhecimentos que não possuíam poder, ou seja, autoridade e conseqüente reconhecimento para aquilo que estavam produzindo. Estas novas formas de produção do conhecimento, herdeiras do marxismo e da psicanálise, relacionam-se às questões feministas (principalmente da segunda onda do feminismo), às demandas étnico-raciais e ao movimento homossexual do final da década de 1960. Aqueles grupos, até então objeto de estudos, passaram a ser sujeitos do conhecimento.

Ganharam relevância as questões das mulheres, homossexuais, negros, imigrantes das ex-colônias, prisioneiros, loucos, pessoas com deficiência, todos aqueles e aquelas que antes eram vistos como minorias ou anormais, mas que passam – progressivamente – a demandar direitos e questionar as disciplinas e suas teorias sobre eles/as. Exemplos são os de como as mulheres demandaram igualdade jurídica e direito de escolha sobre a concepção; homossexuais contestaram o diagnóstico médico que os qualificava de doentes; negros exigiram direitos civis no Sul dos Estados Unidos; o movimento anti-manicomial se expandiu; e a compreensão das “deficiências” físicas e mentais exigiu uma reconfiguração dos saberes, das instituições e, mais recentemente, a adaptação do espaço público às suas necessidades (MISKOLCI, 2014, p.7).

As novas pesquisas que daí surgiram buscavam problematizar a tendência, então adotada pelas ciências sociais, de essencializar as identidades. Isto ocorreu no início da década de 1970, logo após a retirada da homossexualidade do manual de diagnóstico de doenças mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders - DSM*). Os primeiros estudos realizados por gays e lésbicas seguiram a lógica minorizante e o material teórico até então produzido por heterossexuais, os quais consideravam os desejos homoafetivos como desviantes e incorretos. Como foi apontado por Foucault (1999), a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX tanto permaneceu apontando a heterossexualidade e a monogamia heterossexual como regra

interna das práticas e dos prazeres, como também passou a interrogar a sexualidade das crianças, dos loucos, criminosos, o prazer dos que não amavam o outro sexo. Enfim, neste período, toda a variedade de sexualidades periféricas foi convidada a tomar a palavra para confessar as suas essências desviantes, as suas motivações obsessivas, as características típicas dos membros do seu restrito grupo.

Consonantes ao pensamento científico-sociológico essencializador, naturalizante e minorizante, os primeiros estudos feitos por pessoas gays e lésbicas, ao focarem seu discurso unicamente na homossexualidade, mantiveram a heterossexualidade intocada, inquestionável. De acordo com Miskolci (2014), é somente na década de 1980, quando da epidemia da AIDS e o pânico por ela causado, que pesquisas começaram a questionar este pressuposto. Interessante, a esta altura, relembrar o que Gayle Rubin diz nas linhas iniciais de seu texto “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade” (2003) quanto aos pânicos morais e sexuais:

Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade (RUBIN, 2003, p. 1).

As abordagens pós-estruturalista que surgiram em 1980, influenciadas pelos estudos de Jacques Derrida e Michel Foucault, romperam com a lógica dos estudos sobre minorias na compreensão das sexualidades homossexuais. De acordo com Bento (2014a), nos estudos por ela chamados de *Transviados*, os discursos médicos são entendidos e analisados enquanto discursos que limitam a existência da diversidade dos desejos, gêneros e sexualidades ao âmbito das estruturas fixas corpóreas, estabelecendo-se uma disputa epistemológica na qual o corpo torna-se “(...) um significante com múltiplos significados, uma estrutura estruturante em permanente processo de transformação” (BENTO, 2014a, p. 49). Surgiram, assim, os estudos *Queer*, que questionam a premissa de uma heterossexualidade natural do sexo e evidenciam o seu caráter compulsório por meio da pesquisa e análise das relações de poder que a instituem como hegemônica (MISKOLCI, 2014). Por décadas a referência básica de que se dispunha para explicar os trânsitos entre os gêneros foram os conceitos definidos pelo pensamento médico/psicológico.

De acordo com Bento (2014a), com a adesão de ativistas e acadêmicos a uma perspectiva de análise contrária à naturalização das identidades, aos binarismos identitários e à análise de tais discursos, passou-se a estabelecer novas possibilidades de interpretação. Ainda segundo a autora, com a desnaturalização das identidades, iniciada pelos estudos e políticas feministas, entendeu-se que as expressões de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam, de fato, uma correspondência/continuidade com o corpo quando a heteronormatividade é que orienta as relações. “A produção de seres abjetos e poluentes (*gays*, lésbicas, travestis, transexuais, e todos os seres que fogem à norma de gênero) e a desumanização do humano são fundamentais para garantir a reprodução da heteronormatividade” (BENTO, 2011, p. 554).

Heteronormatividade é um termo utilizado inicialmente por Michael Warner e Adrienne Rich e refere-se a uma crença da superioridade da orientação heterossexual, o que, segundo (IRIGARAY, 2010), implica a exclusão, quer seja de forma calculada ou não, de sujeitos não-heterossexuais de políticas públicas e também organizacionais. A presença desta norma heterossexual é o que, segundo Irigaray e Freitas (2013) explica, por exemplo: a quase total exclusão de *gays* e lésbicas da mídia, dos anúncios; a premissa de que homossexuais são fúteis, devassos, engraçados; e a inclusão da homossexualidade como assunto obrigatório quando se discute a pandemia de AIDS e não quando o tópico é direitos humanos, por exemplo.

Como aponta Miskolci (2009), a Teoria *Queer* desafia a Sociologia a não mais estudar apenas aqueles que rompem as normas (o que redundaria nos limitados estudos de minorias até então já realizados), nem apenas os processos sociais que os criam como desviantes, mas antes focar nos processos normalizadores marcados pela produção simultânea do hegemônico e do subalterno, do abjeto. Diferentemente dos estudos minoritários, a Teoria *Queer* não reproduz o modelo essencializante dos estudos étnico-raciais, à medida que busca ainda questionar a hegemonia heterossexual, traduzida em uma heteronormatividade, uma norma social hétero que rege as relações sociais e as configurações de sexo e identidades de gênero.

Para Bento (2011), este processo de desnaturalização desloca a explicação da constituição das identidades do sujeito para as genealogias dos discursos, responsáveis por dotar de humanidade apenas dois e excludentes modos de vida: “(...) ou você tem pênis ou vagina. Ou você é mulher ou é homem. Ou você é masculino ou

feminino, mas sejamos todos heterossexuais. Nada de ambiguidade, um horror a indeterminação” (BENTO, 2011, p. 558).

Abre-se assim a possibilidade para conceber a existência de mais que apenas dois tipos de sujeitos sexuais, heterossexual e seu “oposto” homossexual, como, por exemplo: travestis e transexuais (operados ou não); intersexuais; bissexuais; *crossdressers*; homens que fazem sexo com outros homens, sem, no entanto, entenderem-se como homossexuais; e demais corpos que não se enquadram no binarismo de gênero e sexual. Enfim, uma ampla gama de sujeitos que permeia os extremos binários de macho/fêmea, heterossexual/homossexual, nos quais o “original” coloca-se em situação de superioridade aquele que dele destoa.

Em uma perspectiva psicanalítica, Butler (2003) contesta a premissa de que a heterossexualidade seja uma lei natural a ser seguida afirmando que:

A perspectiva alternativa sobre identificação que emerge da teoria psicanalítica sugere que as identidades múltiplas e coexistentes produzem conflitos, convergências e dissonâncias inovadoras nas configurações do gênero, as quais contestam a fixidez das posições masculina e feminina em relação à lei paterna. Com efeito, a possibilidade de identificações múltiplas (que finalmente não são redutíveis a identificações primárias ou fundadoras, fixadas em posições masculinas e femininas) sugere que a Lei não é determinante e que “a” lei pode até não ser singular (BUTLER, 2003, p. 103-104).

Como afirma Pereira (2012, p. 373), “(...) o *queer* é, assim, tanto adjetivo (ou substantivo) como, mais apropriadamente, verbo. Um verbo que desenha ações e deslocamentos arriscados, delineando trajetórias múltiplas de corpos instáveis, provisórios e cindidos”. A possibilidade de mudança que se vislumbra é o que, de fato, incomoda as pessoas. A multiplicidade de configurações dos corpos e dos desejos, a possibilidade de transformação em si, denunciam a instabilidade dos corpos, a precariedade da heteronormatividade e da heterossexualidade como natural, hierarquicamente superior, coerente, privilegiada, inteligível. As experiências de trânsito entre os gêneros, para Bento (2011), demonstram que não há para nós e nossos corpos um destino pré-fixado. Pelo contrário, há corpos que escapam ao processo de produção dos gêneros reconhecidos por nossa sociedade como inteligíveis e, dessa maneira, à medida que revelam as múltiplas possibilidades de transformação, do corpo e também das normas, arriscam-se por desobedecerem tais normas. Para a autora:

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher), que dá inteligibilidade aos gêneros, encontra nas existências trans seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo assim um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, depara-se com outra “revelação”: a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. (BENTO, 2014a, p. 52).

Também Veras e Guasch (2015) afirmam que o estigma e a abjeção travesti, representados pela confusão gerada por suas ambíguas marcas corporais, seus modos, seus seios de silicone, seus hormônios, “(...) surgem como ameaça à pretensa coerência do sistema sexo/gênero, à suposta inteligibilidade dos gêneros e à fictícia verdade das categorias homem/mulher” (p. 43). Dessa forma, se há uma situação de inconformidade das expressões de gênero de um sujeito, com base naquilo que se espera que ele cumpra por ser portador de determinado aparelho reprodutor, abre-se, segundo Bento (2011), uma possibilidade para que se desestabilizem as normas de gênero, que, por meio de violências físicas e/ou simbólicas, atuam em um processo de marginalização das práticas e dos sujeitos considerados humanamente anormais.

CAPÍTULO 4

LGBTTRABALHADORES: TRAJETÓRIAS DE VIDA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE TRABALHO

Nesta dissertação, até o presente momento, foram apresentados os aspectos teóricos referentes às mudanças ocorridas no mercado de trabalho, principalmente após a década de 1990, cujos impactos têm repercutido na forma como o trabalho e os trabalhadores são organizados no sistema produtivo, e à relevante participação do trabalho na vida e na construção da subjetividade e da identidade do sujeito social. Procuramos também especificar a forma pela qual este sujeito, entendido aqui como agente de identidades múltiplas e fluídas, em constante processo de (re)construção, encontra-se entre a ininteligibilidade e a normatização do sexo, do gênero, da orientação afetiva-sexual. Sujeito este que vivencia, para além da família e da escola, situações de exclusão e discriminação que são reproduzidas no mercado de trabalho formal e no cotidiano das relações de trabalho. Com base neste quadro de referência teórica, analisamos as informações compartilhadas pelos entrevistados ao discorrerem sobre as suas trajetórias de vida e relações de trabalho.

A primeira parte deste capítulo apresentamos os participantes da pesquisa por meio de uma breve síntese das suas trajetórias de vida, informadas no processo de entrevistas, principalmente quanto às suas vivências familiares. Na sequência, discutimos as representações dos entrevistados sobre as suas identidades de gênero e apresenta exemplos de situações cotidianas que expressam a vivência de preconceito e discriminação motivadas por suas identidades ou expressões de gênero dissonantes da norma social. Em seguida, são abordadas as suas relações escolares: as relações estabelecidas e não estabelecidas, vivências de preconceito e discriminação e os impactos destas nas vidas dos sujeitos. Por fim, na segunda parte do capítulo, dar-se-á foco às relações de trabalho vividas pelos entrevistados em contextos formais e informais, apresentando suas representações sociais sobre trabalho.

4.1 Os participantes da pesquisa: representações sobre identidade de gênero, relações com atores sociais do cotidiano, relações familiares e escolares.

4.1.1 “É de menino que se torce o pepino”: a normatização dos corpos e dos desejos nas relações familiares

Raquel, que no momento da entrevista se considerava *transex*, nasceu com pênis e foi registrada como um menino, em uma cidade do interior paulista. Mora nesta mesma cidade, com um amigo, com quem divide a casa e as despesas. Hoje, com trinta anos de idade, conta que, desde os sete, não se identificava como um menino. Aos treze começou a sentir afeto por um amigo, filho de um compadre de seu pai.

[...] e começou a surgir, além da amizade, uma coisa a mais. Mas como a gente era criança, a gente não sabia o que era. Aí com treze anos, ele cresceu, o corpo dele foi pedindo as necessidades dele, aí ele chegou e pediu para mim. Falou que queria experimentar as outras coisas. E eu tinha medo. Eu via meu pai a todo o momento. Eu disse “Eu, agora, não estou preparado para isso”. Aí acabamos nos separando. Ele ficou bravo com isso e ficou aquele amor incompleto (Raquel – *transex*, professora de dança).

A primeira experiência sexual ocorreu mais tarde, aos dezesseis anos. A aproximação com o universo LGBT deu-se, aos dezoito, quando ela se viu longe de casa, em uma cidade vizinha onde estudava: “Não estava na minha cidade, mas ali podia conhecer melhor. E foi assim, comecei e deu no que deu (risos)”.

Aos vinte e dois anos, quando começou a cursar a faculdade de biologia, em uma instituição pública de ensino superior de outro estado, seu receio era perder as amizades que havia conquistado por se entender, na época, como um rapaz *gay*.

Ao término da faculdade ela retornou para a sua cidade onde fez também algumas amizades com pessoas LGBT. Nesta convivência, começaram a tratá-la por um nome feminino, também diminutivo de seu nome civil. Com estes amigos ela começou a usar as primeiras roupas femininas, aos vinte e três anos. Contou que, também na primeira experiência de usar roupas femininas em público, a imagem de seu pai não lhe saía da cabeça: “Ele já sabia, mas é aquela coisa do respeito, sabe?”.

Ao mesmo tempo em que auxiliava o pai na loja de ferragens, negócio da família, começou a dar aulas de biologia na rede pública de ensino de seu Município.

Gostaria de colocar próteses de silicone no peito, mas o receio de causar constrangimentos aos alunos e à família ainda não lhe permitiu fazê-lo.

Silicone eu quero colocar, mas não tem a ver com emprego. Pelo contrário, se eu colocar vão dizer, “Ah! Está chegando a peituda”. [...] E eu tenho vontade de por peito, mas como a gente trabalha, tem uma profissão, tem que estudar, tem a família, tem um punhado de coisa, e para a gente optar por ser só menina é um passo grande. [...] Eu namoro, já faz um tempinho, fico na verdade, há cinco anos (risos), e é complicado, você quer ser a menina do rapaz. Para mim ele é bissexual, ele não é *gay*, porque eu vejo ele como um homem e eu como uma menina. Então, por mim, eu me sinto, vai que ele larga de mim para ficar com uma menina, não é? (Raquel – *transsex*, professora de dança).

Raquel e o pai ficaram dois anos sem se falar, após um episódio em que um amigo de seu pai tentou agarrá-la à força. Depois disso, Raquel contou que o pai não teve muito contato com seu processo de revelação/transformação: “Ele via mais por foto ou se ele estava em uma festa ele me encontrava, mas eu dava um jeito de ele não me ver mais, para evitar. Não por medo, mas eu tentava evitar”.

No momento da entrevista, Raquel não estava dando aulas de biologia, mas trabalhava como professora de dança em uma ONG e em outras três escolas de dança, de sua cidade. Informou que sua renda mensal, naquele momento, girava em torno de mil e quinhentos reais, com os quais, mantinha a si mesma e, em algumas emergências, as duas irmãs.

Anderson, no momento da entrevista com quarenta e três anos, vivia há dezesseis anos com a sua companheira e o filho adotivo. Contou que, desde os seis anos, começou a refletir sobre a sua identidade de gênero: “Nasci assim! [...] Por exemplo, eu não vestia roupa de meninas, não aceitava nada que viesse, uma boneca, um brinquedo mais levado para menina. Aí, lógico que eu não sabia o que é que eu era”. Há apenas três anos é que Anderson teve contato com as terminologias trans e passou a compreender-se como homem transexual, antes disso, entendia-se como mulher lésbica.

Seu processo de transformação foi bastante rápido. Entre dois e três meses de uso de testosterona, já percebia os primeiros fios de barba saindo-lhe pelo rosto a fora. Seu aspecto físico começou a ter uma maior consonância com suas vestimentas, desde antes já mais masculinas.

Houve, lógico, tem aquele espanto, não é? Mas, como já estavam acostumados a me ver sempre como pai do S. como “são duas meninas, mas ele é o chefe da casa” [...] eu só tenho uma cara mais fechada [...] Por isso que facilitou, na hora que eu comecei realmente essa transformação (Anderson – homem transexual, segurança).

Para o entrevistado, identificar-se como transexual facilitou a compreensão de sua família sobre “o que ele era”. Sem grandes conflitos, a família de Anderson sempre procurou respeitá-lo: “A minha mãe e meu pai sempre entenderam. Se eu quero brincar de bola, brinca de bola, ponto. Se quer por um vestido põe, se não quer não põe. Isso eles nunca interferiram”. Sentia que seus pais até mesmo o defendiam, quando necessário, de comentários maldosos. A única pessoa da família com quem Anderson teve maiores atritos foi a sua irmã, que era evangélica e, segundo ele, esforçava-se para tolerá-lo enquanto lésbica. Porém, quando ele compreendeu-se como homem transexual e passou a buscar uma maior adequação do corpo com esta identidade de gênero, ela cortou os relacionamentos com ele, com a sua companheira e o seu filho.

Festa de final de ano, se eu estou ela não vai. Então, da minha família ela foi a única pessoa. [...] Então, das pessoas próximas a única que realmente virou as costas foi minha irmã. Dentro de casa. É triste, a gente sofre, não é? Aí a psicóloga virou e falou que “Acostumou com você daquele jeito e quando você mudou é como se tivesse matado aquela pessoa que ela conhecia e entrado outro”. Tá eu até entendo, a gente respeita, mas eu acho que quem deveria também entender um pouco seria do lado dela, mas a gente toca (Anderson – homem transexual, segurança).

Anderson não pretendia fazer maiores alterações físicas em seu corpo, como cirurgias de redesignação sexual. A grande questão para ele eram as alterações documentais. Uma das razões para o filho do casal estar registrado apenas no nome da companheira de Anderson é que este não gostaria que nos documentos do filho constasse seu nome feminino, sob o título de mãe do garoto: “[...] mas eu nunca conseguiria ouvir a palavra mãe. Entendeu? Eu nunca me identifiquei, nunca quis, não é assim”.

Anderson, formado em um curso profissionalizante de segurança patrimonial, no momento da entrevista, encontrava-se afastado do trabalho de segurança, de uma loja de um *shopping center*, devido a um problema de saúde. Quando jovem, machucou o joelho enquanto jogava uma partida de vôlei e as complicações vieram já na idade adulta. A renda que recebia pelo auxílio doença, durante o afastamento, cerca de mil e quatrocentos reais, mais a renda da esposa, valor também próximo a este, mantinham o colégio do filho e as demais despesas da família, que já contava com casa própria e veículos (carro e moto) quitados.

Bárbara não se compreendia como travesti, pois entendia este termo como algo vulgar, tampouco como mulher transexual, já que, para ela, isto era sinônimo de anseios por uma redesignação genital.

Por que é que eu não quero me operar? Porque eu não acho saudável, eu acho complicado, não é natural essa cirurgia, isso traz muitos transtornos psicológicos e físicos, entendeu? Pela estatística, a maioria das transexuais que se operam se suicidam, se matam de alguma forma (Bárbara – transgênero, esteticista).

Então, com trinta e sete anos, disse estar muito bem com esta parte de seu corpo. Tanto ela, quanto o seu namorado, com quem estava há sete anos. A família do rapaz a recebeu bem, inclusive, os sobrinhos dele chamavam-na de tia. Também a família dela, com exceção do pai, que, em um primeiro momento, ficou, segundo ela, enciumado, também recebeu bem o rapaz, que já, frequentemente, saía com o sogro para as pescarias dos finais de semana.

Quando pequena, Bárbara morava na zona rural com seus pais e ia para a cidade mais próxima, diariamente, para estudar. Cidade para onde se mudou com os pais, aos onze anos, e onde permanecia desde então.

Eu venho de uma família que são quatro filhos, então sempre... sabe quando você tem sempre aquele sentimento de inferioridade com todo mundo, com tudo, que você sempre merece menos? Você sempre tem menos do que os outros, você sempre tem aquela coisa, então você vai se conformando com aquilo. E depois que eu me assumi, na minha cabeça eu era a escória da sociedade, aquela coisa, então era o fim do fim (Bárbara – transgênero, esteticista).

A fala de Bárbara vai ao encontro do que fala Bento (2011) ao afirmar que as dúvidas que passam pela cabeça da criança que começa a não se identificar com o gênero que lhe foi atribuído, quanto aos brinquedos, às roupas, ao próprio corpo, levam estes sujeitos, que vivem em constante choque com as normas de gênero, a encontrar em si mesmos a explicação para suas dores. Assim, eles passam a se sentir como aberrações, monstros, escórias da sociedade, algo impossível ou que nem mesmo devesse existir.

Antes de assumir-se *gay*, aos quatorze anos de idade, Bárbara sentia-se, em suas palavras, como “um monstro da Tasmânia”.

Quando eu me assumi eu perdi todas as minhas características assim, meus valores, por conta do próprio preconceito mesmo, porque você era julgada pelos meus pais, como a pior coisa que existia, pela sociedade realmente que por mais que fervia com você, te tratava bem, você era ali, a pessoa te conhecia ali na rua, muitas vezes isso, no salão, a pessoa no salão, ia lá cumprimentavam, conversava, na rua passava reto, fazia de conta que nem conhecia. Que eu já passei muito isso. Então você realmente perde um pouco essa identidade social assim, você se sente realmente muito excluída (Bárbara – transgênero, esteticista).

Como apontam Rondas e Machado (2015), em decorrência da violência e rejeição por parte de suas famílias, as pessoas LGBT são levadas à vida em condições de rua, onde se deparam com toda a sorte de violências, necessidades, humilhações, doenças e morte social e física.

Por ter uma família muito conservadora, pais que sempre trabalharam no campo, sem nenhum parente que, sabidamente, fosse *gay* para servir de parâmetro, ela disse que a sua primeira vitória foi aceitar a si mesma.

Por isso que eu digo que foi o fato mais importante para mim foi realmente eu me aceitar. Porque eu sofria muito. Eu passava na rua, via um moço bonito, gostoso, aquela coisa, falava “Nossa, que moço lindo”. E ao mesmo tempo, logo em seguida, eu me reprimia. Porque eu não podia sentir isso, não podia falar, não podia nem pensar nisso. Então eram os conceitos que eu tinha naquela época. Então só de eu ter reconhecido isso, poder aceitar aquilo, que eu sentia, não ter que esconder aquilo, para mim foi maravilhoso (Bárbara – transgênero, esteticista).

Bárbara, nessa época, namorou uma menina, que dançava balé com ela, pois sentia uma cobrança social: “Eu imaginava que eu teria de namorar uma menina, ter uma família. Eu tinha esses padrões sociais na minha cabeça. Eu fui criada dessa forma, não sabia de outras”. Quando se assumiu *gay*, aos quatorze anos, o pai a levou em todos os tipos de médicos, psicólogos, até mesmo urologistas para que lhe receitassem um tratamento hormonal.

Tanto a coragem para poder assumir-se, quanto a sua transformação, Bárbara devia às ruas e aos amigos. Pelo convívio com uma amiga ela aprendeu a utilizar os hormônios e, também, que:

[...] tinham outras pessoas que conviviam naturalmente com aquilo, que levavam numa boa, que não tinha, não se escondiam, porque eu me escondia. Era um sentimento que eu escondia. Eu era uma pessoa

extremamente tímida, sabe? Eu tinha medo de me mostrar para as pessoas, das pessoas descobrirem quem eu era. Eu sofri muito, eu sofri muito *bullying* quando era criança, sabe? Eram outros tempos, era bem complicado (Bárbara – transgênero, esteticista).

Aos dezoito anos ela disse já estar bastante feminina. Antes de se assumir, a mãe lhe costurava algumas roupas bem diferentes para o padrão da época, porém, após ela ter se assumido transgênero, achava ruim que a filha usasse aquelas roupas. Fez alguns procedimentos cirúrgicos e outros estéticos: colocou silicone industrial no bumbum com uma bombadeira³, próteses de silicone nas mamas, fez uma lipoaspiração, preenchimentos com *botox* e depilação a laser no rosto. Para ela, este último procedimento foi fundamental para sentir-se mulher e, inclusive, para sua vida social.

Então, quando eu pude, quando eu estava ganhando, eu pude trabalhar, pagar um tratamento, a primeira coisa que eu fui fazer foi a depilação a laser. [...] Eu queria me ver livre daquilo, sabe? Aquela barba era uma coisa que me incomodava muito. Eu não saía. Eu saía uma vez na semana, porque minha pele sempre foi muito sensível, então não podia raspar todo dia. Então eu tinha que raspar uma vez na semana. Ou, às vezes, eu raspava no meio da semana só para baixo, para não ficar peluda, e uma vez na semana só que eu podia raspar para cima, para ficar com aquela pele bem lisinha e fazer uma maquiagem e tentar tampar, mas ficava ainda aquele sinal de barba. Era bem horrível. Na noite para paquerar, aquela coisa toda, eu não tinha coragem, sabe? É coisa da cabeça da gente, mesmo, não tinha nada a ver, aquele dia que você estava barbuda era o dia que você acabava indo embora para casa, a pé, toda regaçada, com a calcinha rasgada e encontrava o *boy* magia para ficar junto, aí me constrangia tudo. Às vezes eu não ficava! Chegava a não ficar para que ele não percebesse o meu pelo e tudo e tal. Era bem horrível. Então me incomodava muito, era uma coisa que me incomodava muito e me fazia muito mal. Foi quando, nossa quando eu consegui tirar minha barba, foi maravilhoso! Acho que foi realmente aí que eu me senti mulher, sabe? (Bárbara – transgênero, esteticista).

Após trabalhar em alguns salões de beleza, ela fez um curso profissionalizante de esteticista e começou o seu próprio negócio. Quando da entrevista, disse possuir uma renda mensal satisfatória, que custeava alguns procedimentos estéticos, plásticas, para ela e para a mãe, esporádicas trocas de carro por modelos mais novos, viagens internacionais, as mensalidades do curso de direito que fazia em uma instituição particular de ensino superior, além de outras despesas domésticas.

³ Pessoa que injeta o silicone industrial nas travestis. Normalmente, é também uma travesti.

Letícia, mulher cisgênero de, no entanto, expressão de gênero marcadamente masculina, estava com quarenta anos quando participou da pesquisa.

Na minha família, como quase em todas, quando a notícia veio, porque enquanto os outros falam para os seus pais é uma coisa, quando vem à tona, eles te apertam para o negócio sair da sua boca, aí o mundo de todo mundo dá uma mexida bem “reviravoltosa” mesmo (Letícia – mulher cisgênero, tapeceira).

Segundo a entrevistada, seu pai, agora já falecido, era um senhor de “atitudes drásticas” na forma como criava a ela e ao irmão. Certa vez, após Letícia ter se assumido lésbica, ela estava passeando com uma amiga com quem havia trocado os sapatos porque eles eram novos e a estavam machucando. Quando chegou em casa, seu pai não gostou de vê-la com sapatos tão caros, porém não a questionou naquela noite. Quando Letícia acordou, pela manhã, o pai havia retirado as dobradiças e a porta de seu quarto dizendo que iria queimar os sapatos da garota. Sabendo do valor dos sapatos, Letícia disse que não teria condições de devolver o dinheiro para a amiga e não deixou que ele o fizesse. O pai a fez escolher entre permitir que ele queimasse os sapatos ou que ela saísse de sua casa. Ela, percebendo que a situação em nada tinha a ver com os sapatos, decidiu sair de casa e foi morar com a avó. Desta forma, aos vinte anos de idade, saiu de casa e começou a ter uma vida social mais agitada, o que incluiu começar a fumar e beber mais intensamente.

Foi neste período que conheceu a ex-companheira, com quem namorou por muitos anos, até que abrigaram uma terceira garota, que havia sido expulsa de casa, e com quem a companheira traiu Letícia. Ainda que tenham terminado o relacionamento, por questões financeiras, permaneceram vivendo na casa que construíram juntas.

Letícia contou que, após estes episódios traumáticos, passou a viver cada vez mais intensamente uma vida de festas e vícios quase todas as noites.

Durante o dia, a entrevistada trabalhava no negócio que foi de seu pai, uma tapeçaria onde consertava móveis estofados. Esta era a única fonte de renda de que dispunha para o seu sustento, cerca de dois mil reais mensais, que variavam de acordo com a demanda pelos seus serviços.

No momento da entrevista, Letícia estava auxiliando financeiramente uma garota que estava já há seis meses desempregada e com quem ela havia começado um novo relacionamento.

Valentina, de 42 anos, solteira, estava dividindo a casa e suas despesas com um amigo. Informou compreender-se como travesti e contou que, quando criança, não sentia se encaixar nas brincadeiras das outras crianças.

[...] eu era menino, fisicamente, mas eu não me encaixava nas brincadeiras, nem de menino, nem de menina. De menino eu não gostava e de menina eu tinha medo porque eu não era uma menina. É lógico que a gente tem uma tendência, eu sonhava em, isso eu estou te falando de seis, sete anos de idade, eu sonhava com vestidos de noiva, sonhava em ser a princesa das estórias. Isso é uma memória, onde eu consigo ir mais longe. Eu tinha alguns tios, por parte de mãe, eles eram adolescentes na época, e eu sentia uma atração muito grande pelos corpos masculinos. Mas assim, eu achava bonito, lógico que com seis, sete anos, eu não sabia nem o que era sexo, principalmente há trinta e quatro anos atrás, que o pessoal era mais atrasado, hoje é tudo muito evoluído, mas naquela época era tudo mais atrasado (Valentina – travesti, enfermeira).

Filha de uma família simples do interior do estado de São Paulo, ela tinha uma irmã mais velha e outro quinze anos mais novo que ela. No dia do nascimento deste irmão, em sua adolescência, quando começou a “manifestar sinais mais evidentes de homossexualidade”, quando começou a ouvir coisas como “este menino está desandando”, seu pai lhe disse, ao sair da maternidade com o caçula no colo: “Hoje eu tenho o filho homem que eu queria”.

Era época dos concursos de lambada, Valentina, que já fazia balé escondida do pai, começou a participar de alguns deles. Segundo ela disse: “[...] eu comecei a ter uma visibilidade muito maior, porque a gente rebolava mais que as bailarinas de lambada”. Os comentários e as críticas vieram junto com o sofrimento da mãe, mulher simples e muito submissa ao pai.

[...] mas, até então, eu não sabia o que estava acontecendo comigo direito, eu tinha algumas dúvidas, como todas as pessoas têm, tinha algumas amigas, nessa época, que se passavam por namoradas para poder ajudar a aliviar um pouco a cobrança do meu pai. Meu pai era muito preconceituoso, ele tinha preconceito com relação a negros também. E ele é negro (Valentina – travesti, enfermeira).

O pai de Valentina, mesmo antes de ela sentir-se atraída afetiva-sexualmente por homens, agia no sentido de enquadrá-la em uma norma de comportamentos masculinos que ele julgava ser a correta. Para tanto, fez com que ela o acompanhasse em suas viagens de trabalho (era motorista de caminhão) e a incluiu nos

rituais de masculinidade, tais como: urinar em grupo, cumprimentar os outros com “gestos másculos” (mostrando o polegar e “falando grosso” ao invés de abanar a mão), bem como se valeu, diversas vezes, da força física para obrigá-la, por exemplo, a tirar a camisa contra a sua vontade para que pudesse fazer parte do “time sem camisa” nas partidas de futebol.

E uma das brincadeiras que tinha, que os meninos costumam ter até hoje, é jogar bola. E o meu pai me forçava a jogar bola, porque eu era muito sensível, eu chorava muito, muito emotiva, qualquer coisa me emocionava e, naquela época, para homem isso não era legal, porque “homem não pode chorar”, “homem não pode amar”, era isso que a gente ouvia. E eu já era totalmente ao contrário. Se você aumentasse o tom de voz comigo eu já chorava. Então talvez fossem sinais que os meus pais começaram a perceber. Então, eles me obrigavam a fazer coisas de menino e uma dessas coisas era jogar bola. E quando você não tem talento para isso, não adianta! Eu não tinha talento, mas, mesmo assim, ia, porque ou eu ia ou apanhava. Apanhei muito! (Valentina – travesti, enfermeira).

Conforme aponta Bento (2011), estas:

[...] reiterações que produzem os gêneros e a heterossexualidade são marcadas por um terrorismo contínuo. Há um heteroterrorismo a cada enunciado que incentiva ou inibe comportamentos, a cada insulto ou piada homofóbica. Se um menino gosta de brincar de boneca, os heteroterroristas afirmarão: “Pare com isso! Isso não é coisa de menino!”. A cada reiteração do/a pai/mãe ou professor/a, a cada “menino não chora!”, “comporta-se como menina!”, “isso é coisa de bicha!”, a subjetividade daquele que é o objeto dessas reiterações é minada (BENTO, 2011, p. 552).

Valentina contou que, em seu processo de revelação, além dos preconceitos por parte do pai, a família também se afastou dela.

Naquela época, os homossexuais eram tidos como bicho papão, não é? Era a visão que meu pai passava, porque eu tinha um outro primo na família que era homossexual e ninguém da família conversava com ele, todo mundo se afastou. Então era o bicho papão mesmo, que pegava as criancinhas para fazer sabão. Era bem o título da música. Então quem era homossexual era homossexual, quem era puta era puta e quem era de família era de família. Não se misturava na época. A gente sabia muito bem onde era o puteiro, onde eram as moças de família, então a cabeça do povo era muito fechada em relação a isso (Valentina – travesti, enfermeira).

“A bicha”, “a puta”, “o drogado”, “o outro” são sempre evocados no discurso apenas no intuito de marcar as fronteiras daquele que é legítimo. O que também ocorre entre os próprios integrantes do grupo social LGBT, à medida que constroem e afirmam os limites de suas identidades por meio de atitudes de preconceito e discriminação, por exemplo, para com a travesti prostituta, o *gay* efeminado e/ou passivo, a lésbica masculinizada, enfim. Segundo Bento (2011), por meio do discurso, dá-se vida ao outro abjeto para imediatamente matá-lo. Segundo a autora:

Quando um/a pai/mãe firma “Isso é coisa de bicha”, essa sentença tem múltiplos efeitos. A criança não entende muito bem o que é aquele “bicho-papão” que provoca a ira da/o mãe/pai. Sabe que não quer ser rejeitado. Sabe, portanto, que não poderá (ainda que não saiba como) agir como uma bicha. Essas interdições ficam mais claras ao longo da vida. A bicha, o sapatão e o afeminado são essenciais para realimentar a heterossexualidade, não por serem estranhos, externos a ela, mas porque a constituem ou, conforme Jacques Derrida (1974), a diferença gera aquilo que ela proíbe, “tornando possível a própria coisa que ela torna impossível” (BENTO, 2011, p. 552).

Aos dezoito anos, Valentina estava se arrumando para sair com os amigos quando o pai lhe perguntou se iria encontrar “o bando de veados”. Após a sua resposta afirmativa o pai lhe deu um soco na boca e a expulsou de casa: “Alguns amigos meus foram encaminhados para tratamento. A opção que meu pai teve foi me colocar para fora de casa, não quis me tratar não. Preferiu se livrar do problema que arrumar outro, não é?”.

Começou a sua hormonização com dezenove anos de idade e os utilizou por cerca de dez anos. As transformações mais ousadas foram mais tardias. O quadril e o bumbum foram feitos com silicone industrial, aos trinta anos, e as próteses de silicone no peito, aos trinta e três.

Eu senti aquela necessidade, mas tinha muita preocupação do que é que eu ia ser, onde eu ia estar trabalhando. Então, quando eu entrei no serviço público, que eu adquiri uma estabilidade eu falei: “Então agora é hora de eu fazer”. Lógico que teve toda aquela perseguição, todo aquele comentário, aquela repercussão, mas fiz. De repente eu saio sem nada e chego com uma bunda de cento e doze centímetros, maior que da Carla Perez. Passa-se um tempo, eu saio sem peito e volto com peito, não é? [...] Mas as pessoas não aceitaram muito bem não (Valentina – travesti, enfermeira).

O processo de aceitação de Valentina por parte de seu pai foi, segundo a entrevistada, “traumático”. Após ter descoberto uma traição do marido, a mãe de Valentina saiu de casa, ao que o seu pai sofreu um acidente vascular cerebral. No hospital, Valentina foi a enfermeira responsável por cuidar de seu pai, que há doze anos não falava com ela: “Ele me via nas ruas, ele mudava de calçada para não passar por mim [...] O processo de vida é muito maravilhoso não é? Eu não fui fazer o curso de enfermagem a toa”. Após este episódio, que a entrevistada contou muito emocionada, pai e filha se reaproximaram.

Yara, de trinta anos, vivia sozinha na casa ao lado da de sua mãe, ambas compradas por ela com o dinheiro advindo da prostituição. A descoberta da sua identidade travesti deu-se, concomitantemente, à sua entrada no mercado do sexo. Um amigo que com ela jogava vôlei na escola, depois de um ano e meio sem terem contato, retornou à sua cidade já como travesti. Após poucos convites, Yara decidiu acompanhar a amiga nas ruas. Assim, “montou-se de mulher” (até então, nem mesmo assumira-se como homem *gay*) e começou a fazer seus primeiros programas: “Foi aí que eu vi ‘Opa! É isso que eu sou, me identifiquei’. Com uma simples montagem. Foi aí que aconteceu tudo e, desde então, não parei mais. E senti que era isso que eu sou, entendeu?”.

Filha de pais muito pobres, que viviam no (e do) campo, Yara contou que sentia vontade de ter muitas coisas e não podia, mas, depois que conheceu as ruas, não passou mais vontades. Segundo a entrevistada: “Não vou te dizer que ser travesti foi uma opção. Eu acho que foi a melhor opção”.

Depois da primeira “montagem”, Yara, que já havia terminado o ensino médio, migrou para a cidade desta sua amiga, há cerca de oitenta quilômetros da sua, e lá passou pouco mais de um ano, montando-se para prostituir-se. Neste período, fez depilação definitiva a laser em seu rosto e colocou três litros de silicone industrial no bumbum. Optou por não fazer também a modelagem da cintura com a bombadeira, pois o cirurgião plástico que fez suas mamas a proibiu, alertando para os graves riscos que corria. Yara contou que, como efeitos do silicone industrial, sente muito cansaço e falta de ar, também pelo peso extra no corpo, e que tem muito medo de voltar a praticar vôlei plenamente, já que uma pancada acidental poderia ocasionar em um vazamento interno. Ainda assim, pretende fazer mais algumas alterações em seu corpo: desenhar o nariz e diminuir o tamanho de sua testa.

A entrevistada contou que a família a aceitou bem, principalmente as irmãs que passaram a lhe pedir roupas emprestadas e dicas de maquiagem. Apenas um de seus dez irmãos não reagiu muito bem à transformação.

Tenho um irmão só que não conversa comigo até hoje. Ele fala que preferia me ver morto que travesti. Só que hoje, assim, ele precisa ele vem. Se precisa de dinheiro ou favor você sabe que vem. Tirando isso eles respeitam, sabe? Porque eu acho que na cabeça dele eu seria mais uma das drogadas, das que vivem nas sarjetas. Eu acho que por isso ele não aceitava. Hoje em dia ele até brinca com os amigos que eu sei. Que ele tem uma irmã gostosa. [...] Às vezes eu ia sair, eu tinha que me maquiar na casa da minha irmã. Aí a gente se via na balada, ele já olhava torto, tinha que sair de perto para evitar uma coisa maior, mas foi no começo. Hoje em dia eu tenho minha casa, ele a dele, cada um tem suas vidas. (Yara – travesti, profissional do sexo).

Foi o pai de Yara, já falecido, que a ensinou a sempre pagar a previdência social, o que ela faz religiosamente. No momento da entrevista, ela contou que a sua renda variava muito e que já havia conseguido “fazer” nove mil reais em um mês, quando estava determinada a colocar as próteses mamárias. Com o dinheiro que recebia, mantinha duas casas (a dela e a da mãe). Assim, auxiliava um total de nove pessoas, entre elas a mãe, o sobrinho, o irmão e a cunhada.

Aurora, mulher transexual de quarenta e cinco anos, aos cinco já se entendia por menina: “Eu descobri que eu não era menino quando me colocaram para tomar banho com as meninas e eu pensei que elas tinham alguma coisa de errado porque a mulher ali era eu e nelas estava faltando alguma coisa”.

Mudou-se da capital para o interior junto com os pais e os três irmãos, aos onze anos de idade. Antes de assumir-se *gay* para os pais, teve, assim como Valentina, algumas amigas que se passavam por suas namoradas. No dia de seu aniversário de dezoito anos, revelou-se *gay* e, para sua surpresa, foi a mãe, ao invés do pai caminhoneiro, com quem teve maiores problemas. Isto porque sua mãe temia perder o auxílio financeiro que o irmão dela, militar altamente graduado dentro da corporação, lhes dava mensalmente. Também nesta época, os pais de Aurora separaram-se, ao que o tio passou a cuidar integralmente da família.

Esse irmão militar já tinha percebido a minha sexualidade antes disso, porque, nos quatro primeiros anos, quando a gente veio para cá, ele vinha domingo sim domingo não para cá e, toda vez que ele vinha, ele dava um dinheirinho para os meus irmãos passearem e para mim não. Eu sempre era colocada de lado. No natal eles escolhiam o presente

que queriam ganhar e eu não, eu tinha que receber o que ele me desse. Ele me dava caminhão, ele me dava ônibus, me dava kichute, *commander*, tudo coisa masculinizada. E isso foi tudo muito estranho e eu sempre fui muito reprimida sobre isso, mas, enfim, eu vivia (Aurora – Mulher transexual, cabeleireira).

Acerca do papel dos brinquedos na formação das identidades e subjetividades das crianças, Bento (2011) argumenta que:

Uma criança que recebe de presente bonequinhas para cuidar, dar de mamar, fogõezinhos e panelinhas onde predomina a cor rosa está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer esses atributos. Ou então, se essa criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias. (BENTO, 2011, p. 551).

Com dezenove anos, por abusar das dosagens de hormônios, que roubava da gaveta de sua mãe, acabou internada em um hospital onde quiseram iniciar um tratamento hormonal masculino para reverter as alterações que o seu corpo já apresentava. Foi levada a psiquiatras, pais de santo, pastores e padres exorcistas. Até que tentou um suicídio.

Por volta dos vinte anos de idade, aceitou os insistentes convites de algumas clientes travestis que viviam na Itália e, quando estavam no Brasil, frequentavam o seu salão. Desta forma, embarcou em um voo para prostituir-se em terras italianas. Apenas quando já haviam decolado foi que as companheiras revelaram que ela estava sendo traficada e que deveria obedecer a algumas condições, inclusive pagar-lhes um valor de dez mil dólares em troca de proteção. Passou vinte anos trabalhando como prostituta e cabeleireira na Europa, enviando grandes quantidades de dinheiro para a família. Neste período, visitou o Brasil por diversas vezes, a maioria delas para trazer medicamentos para cuidar de sua mãe e de seu tio que haviam sido diagnosticados como soropositivos. Este alegava ter se contaminado em combate, por ter sido baleado. Aquela era cozinheira e por, frequentemente, se cortar no manuseio com a faca, provavelmente contaminou-se enquanto cuidava do irmão. Devido ao avançado estágio da doença, a família comunicou à polícia militar que, prontamente, enviou um helicóptero para levar o tio a um hospital onde pudesse ter melhores cuidados.

Quando eles estavam chegando em casa para pegá-lo, para você ver como ele ainda era, ele pegou meu braço, antes da polícia entrar em casa e disse “Meu filho, me faz um favor, se esconde dentro do banheiro, não deixa eles te verem. Por favor, eu quero morrer sem manchas”. E isso é muito frustrante até hoje para mim, toda vez que eu falo eu me emociono. [Entrevistada parou de contar a história para chorar] Fui, me tranquei no banheiro, a polícia não me viu, pegaram ele e foram embora. Depois de três dias ele morre (Aurora – Mulher transexual, cabeleireira).

Depois da morte da mãe, conheceu um rapaz, em uma das visitas que fez à família. Assim, decidiu vender seus imóveis, carros, sua parte da sociedade no salão de beleza que tinha na Itália e voltar para o Brasil para casar-se com o rapaz. Quando voltou, teve que enfrentar os irmãos que queriam ainda disfrutar do dinheiro do trabalho dela como prostituta. Chegou, até mesmo, a saber sobre planos que tinham para matar a ela e ao marido: “Nisso deu briga, falamos que íamos chamar a polícia e ele [irmão da entrevistada] dizia: ‘pode chamar a polícia, porque veado nunca tem razão’. Aí vem a tona todo aquele preconceito! ‘Veados não tem direito a porra nenhuma, veado isso, aquilo’”.

Quando ela gastou o último centavo que havia sobrado da antiga vida na Itália para fazer as seis cirurgias de redesignação sexual pelas quais passou, os irmãos pararam de persegui-la. Assim ela recomeçou a vida no Brasil.

4.1.2 Há mulheres que têm pênis e homens que têm vagina: Identidades dissidentes, nome social e táticas para lidar com o outro

Enquanto o aparelho da ecografia passeia pela barriga da mãe, ela espera ansiosa as palavras mágicas que irão desencadear as expectativas. A ansiedade da mãe aumenta quando o aparelho começa a fixar-se ali, na genitália, e só termina quando há o anúncio das palavras mágicas: o sexo da criança. A materialidade do corpo só adquire vida inteligível quando se anuncia o sexo do feto. Toda a eficácia simbólica das palavras proferidas pelo/a médico/a está em seu poder mágico de gerar expectativas que serão materializadas posteriormente em brinquedos, cores, modelos de roupas e projetos para o/a futuro/a filho/a antes mesmo de o corpo vir ao mundo.

Berenice Bento- Na escola se aprende que a diferença faz a diferença

Inicialmente, é importante debater sobre as identidades de gênero com as quais os entrevistados informaram se identificar durante o processo de entrevistas.

Diferentemente das categorizações e distinções normalmente propostas pelo movimento social LGBT, ainda visivelmente identitário, ou alguns autores que não trabalham em uma perspectiva *queer*/não identitária de sujeito, os entrevistados identificaram-se de formas variadas e que não necessariamente seguem a lógica do senso comum.

Tabela 1: Identificação dos Entrevistados, segundo idade, profissão, sexo biológico, orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero.

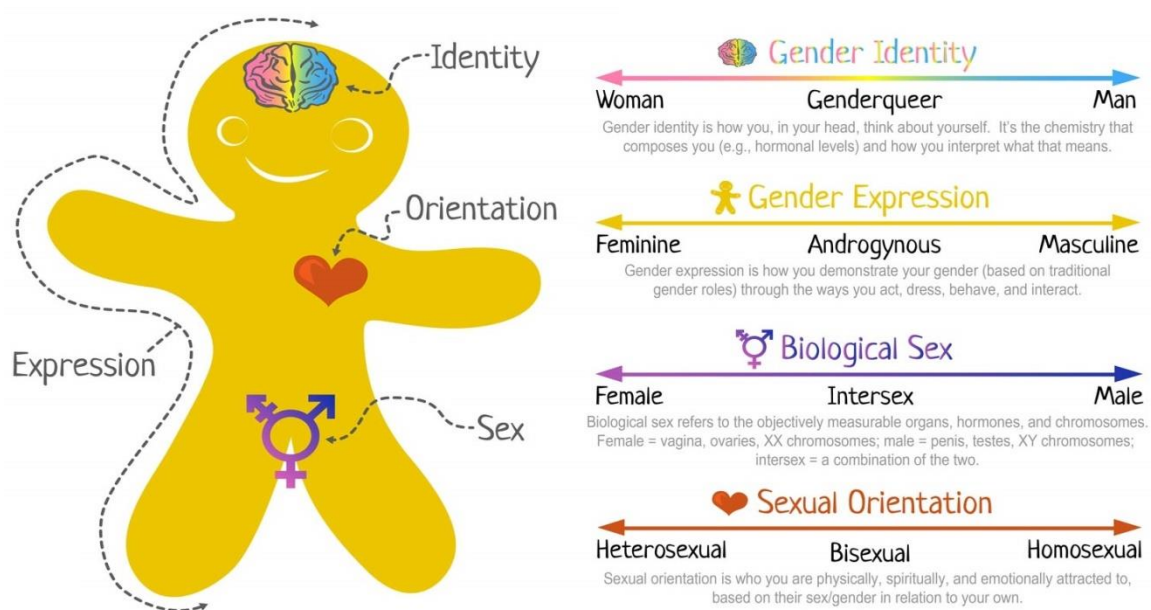
Entrevistado	Idade (anos)	Profissão Atual	Sexo Biológico	Orientação Sexual	Identidade de Gênero	Expressão de Gênero
Raquel	30	Professora de Dança	Masculino	Homossexual	<i>Transex</i>	Feminina
Anderson	43	Segurança	Feminino	Heterossexual	Homem trans	Masculina
Bárbara	37	Esteticista	Masculino	Homossexual	Transgênero	Feminina
Valentina	42	Enfermeira	Masculino	Homossexual	Travesti	Feminina
Letícia	40	Tapeceira	Feminino	Homossexual	Mulher cisgênero	Masculina
Yara	31	Profissional do Sexo	Masculino	Homossexual	Travesti	Feminina
Aurora	45	Cabeleireira	Masculino	Heterossexual	Mulher trans	Feminina

Fonte: Juliani (2017), trabalho de campo realizado em 2015-2016.

A tabela 1, já apresentada na seção método, foi construída com base nas informações transmitidas pelos entrevistados e não pretende organizá-los em categorias fechadas e pré-definidas pela literatura ou pelo movimento social. Pretende-se, com sua utilização, demonstrar a vasta possibilidade de configurações e rearranjos das instâncias, independentes, da orientação sexual, identidade de gênero, sexo biológico e expressão de gênero. Por exemplo, Letícia compreendia-se como lésbica, o que, para ela, era prerrogativa para uma expressão de gênero masculinizada, ainda que tenha afirmado, incisivamente, a sua identidade de gênero feminina. Assim, o fato identificar-se como mulher cisgênero não exclui o seu relato, pois conforme foi explicitado anteriormente, a questão de maior relevância para esta pesquisa é a forma como o entrevistado expressa o gênero. Expressão que é compreendida pela sociedade como transgressora.

Para efeitos ilustrativos, o site norte americano *It's Pronounced Metrosexual*, utilizando-se de um jogo entre as palavras *ginger* (gingibre) e *gender* (gênero), criou o *Genderbread Person* ou Biscoito Sexual, um modelo para explicar esta independência entre as instâncias biológica, afetiva/sexual, identitária e performática (expressão).

Figura 1 - Biscoito Sexual – modelo ilustrativo da independência entre as diferentes instâncias relacionadas a sexo e gênero



Fonte: Página do site *It's Pronounced Metrosexual*⁴.

Outro fato observado, é que, ainda que a entrevistada Raquel se compreendesse como *transsex* e se relacionasse unicamente com homens, ela identificava-se como homossexual ao invés de heterossexual. Estas observações levam à compreensão de que: I) não havia, entre os sujeitos entrevistados, um consenso quanto às classificações de identidade de gênero; II) as identidades dos entrevistados poderiam variar, dependendo do contexto e do interlocutor; III) havia entrevistados que pareciam não necessitar de tais classificações nas suas vidas cotidianas, o que demonstra a arbitrariedade delas.

Primeiramente, não houve consenso entre os entrevistados sobre o entendimento de algumas terminologias referentes à, principalmente, identidade de gênero.

⁴ Disponível em: <<http://itspronouncedmetrosexual.com>> Acesso em 20 dez. 2016.

Alguns entrevistados possuíam uma concepção fundamentada em um pensamento biológico do que é ser homem e mulher. Yara, que se compreendia como travesti, afirmou que, para ela, as mulheres trans, ainda que se sentissem assim, não seriam ou serão mulheres. “(...) até porque ela nunca vai menstruar, ela nunca vai dar um neto para a mãe dela”. Yara, assim como outros entrevistados, também partia do pressuposto da utilização (durante as práticas sexuais) do órgão genital ou sua redesignação cirúrgica para a definição de uma identidade de gênero, como demonstram alguns trechos de suas falas:

Para mim a travesti é aquela que é montada vinte e quatro horas, dorme e acorda travesti, dorme e acorda com seu silicone só que não tem a pretensão de tirar (o pênis), porque para mim a travesti usa, ela goza, como todo o mundo. E a transexual não, ela tem cabeça de mulher. Por mais que ela nasceu em um corpo masculino, a cabeça dela é feminina. Por isso que, muitas das vezes, várias fazem a cirurgia (Yara – travesti, profissional do sexo).

E tem a travesti que muda o corpo, mas não faz a cirurgia genital, entendeu? Ela tem o seio, ela tem o silicone no rosto, em vários lugares, se traveste. Mas, até então, o órgão dela ela usa, diferente da transexual. A transexual não usa o órgão dela. E ela quer a mudança do nome porque ela se vê como mulher. A travesti se vê como mulher, mas não opera (Anderson – homem transexual, segurança).

Não me identifico com mulher trans porque eu não tenho a necessidade de transgenerização, fazer a cirurgia, a adequação. A mulher trans, ela tem a necessidade. Ela não aceita os seus órgãos. Eu (ênfase), como travesti, eu não tenho essa necessidade. Agora a mulher trans não, ela tem a necessidade da adequação sexual (Valentina – travesti, enfermeira).

Yara, Valentina e Anderson, não pareciam ser capazes de conceber, como apontam os pressupostos da Teoria *Queer*, outras possibilidades de configuração e vivência do sexo, do gênero e da sexualidade. Ainda que vivessem uma condição diferenciada das pessoas “normais”, reproduziam os mesmos logismos do restante da sociedade. Não concebiam, por exemplo, uma pessoa que se compreendesse como mulher trans, que estivesse satisfeita com o seu pênis, fizesse uso, inclusive, não profissional dele, e fosse lésbica/que tivesse atração por mulheres. Yara chegou a fazer uma confissão a este respeito.

Ah! Eu sou meio preconceituosa. Não é? Ai, se já se fez travesti é porque gosta de homem, porque quer ter uma aparência feminina. Então, por que não fica um homem para casar com uma mulher? É, todo mundo tem um tipo de preconceito, eu encaro, no meu caso, como preconceito (Yara – travesti, profissional do sexo).

Em determinados momentos, foi possível perceber que os entrevistados partilhavam e desejavam viver alguns binarismos sociais, ainda que fossem “desertores” da heteronorma. Mesmo na tentativa de desconstruir os aspectos biológicos/reprodutores do gênero, alguns dos seus discursos resultavam em outras construções sociais e acabavam por reafirmar as ideias da existência de papéis de gênero/sexuais adequados e naturais para cada um dos sexos (masculino/feminino). Segundo Costa (2005), os papéis sexuais são conjuntos de comportamentos e condutas esperados do sujeito, conforme o gênero. Ressalta-se que eles se modificam de acordo com a época, o local e o grupo, ainda que dentro de uma mesma cultura. Bárbara, por exemplo, entendia que ser mulher, ainda que não tenha a ver com possuir uma vagina, quer dizer vestir-se bem, ter menstruações, ser mãe.

Eu sou transgênero. Porque assim, eu me sinto mulher, eu me sinto mulher. Só que eu não quero colocar uma vagina. Isso para mim não é importante. Ser mulher para mim não é ter uma vagina. Você está entendendo? Ser mulher para mim é ter essa alma feminina, é se sentir feminina, é querer ser tratada no feminino, é se vestir bem, se vestir da maneira que você se sente bem, no meu caso de uma maneira feminina. Entendeu? Eu sou assim. Eu me sinto realmente uma mulher. Para mim eu até menstruo se deixar. Eu entendo muito de mulher, trabalho com mulher o dia inteiro, atendo mulheres o dia todo. Então eu sou muito inteirada nesse universo feminino. Eu tenho um certo conhecimento da maternidade, aquela coisa toda, sabe? Tudo sobre a mulher. Eu me sinto uma mulher normal. Mas nem por isso eu quero mudar o meu sexo. Me sinto super bem nas minhas relações. Eu acho que é ótimo. A minha diferença é essa, sabe? O que me difere de ser uma mulher comum é isso. Entendeu? É o meu “plus” (risos) (Bárbara – transgênero, esteticista).

Eu não sou contra e eu não faria, mas não tenho nada a favor também, com relação ao lance das cirurgias. Cada um faz o que quer. Eu jamais faria uma cirurgia para me tornar masculino. Se eu estou com uma garota é porque eu quero uma garota, e a garota me quer como mulher, independente da minha forma de usar roupa ou, sei lá, andar, conversar, ela quer uma mulher. Porque se quisesse um homem ia procurar um homem. Mas também não critico quem quer operar [...] Só sei que a F. (amiga da entrevistada) começou a se masculinizar até demais, no sentido de roupas, para trabalhar, fazendo questão que se chamasse ela de ele (Letícia – mulher cisgênero, tapeceira).

Eu me identifico como homem, homem trans hétero. E binário porque o não binário é aquele que entra nos dois gêneros, tanto homem como mulher, então, isso eu não sou (Anderson - homem transexual, segurança).

E eu tenho a cabeça totalmente masculina. Eu me vejo uma travesti, tenho pretensão de ser uma travesti bonita, não quero me passar por mulher, mas eu creio que penso totalmente como homem [...] Até porque, eu penso que eu, sendo uma travesti, eu tenho minhas obrigações na minha família, com a minha mãe, como menino. Porque ela me teve um menino. Eu me fiz uma travesti. E as mesmas responsabilidades que eu teria sendo um menino eu tenho como travesti (Yara – travesti, profissional do sexo).

O trecho acima, da fala de Yara, é bastante marcado pelo reconhecimento de que cada gênero (masculino/feminino) tem papéis distintos na sociedade. Ela atribuíu ao gênero masculino, ao homem, a responsabilidade pelo sustento da casa e da família.

Os entrevistados também demonstraram possuir uma concepção higienizadora sobre o processo de câmbio do uso do termo travesti pelo termo mulher transexual. Ao referir-se sobre esta tática gramatical adotada por algumas pessoas, Valentina expressou que, em seu entendimento, a utilização do termo mulher transexual trata-se de uma tentativa de limpar do corpo travesti todo o tipo de estereótipos negativos.

Hoje em dia, por questões de aceitação, as travestis começaram a se identificar como trans. Mas eu acho que isso causou mais dúvidas nas cabeças das pessoas. Eu acho que esse termo trans, para todas, confundiu mais as pessoas. Mas é mais bonito se fazer uso do termo trans do que da palavra travesti, porque o travestismo ainda é muito envolvido com prostituição, com marginalização. A palavra trans veio para suavizar um pouco, não é? Só que eu acho errado. Eu acho que a gente devia lutar pela palavra travesti e devíamos dar dignidade para essa palavra, não nos migrarmos para uma outra palavra por questão de aceitação, porque migram-se os corpos, mas se não migrarem os ideais também não adianta (Valentina – travesti, enfermeira)

Travesti hoje se tornou um termo vulgar porque é muito antigo, do traveco, virou trava, não sei o quê. Então tiveram muitas coisas. Então é um nome popular, entendeu? Isso que é a travesti. Esse nome vem realmente de um homem que se traveste, pessoa que se traveste, tanto faz, assim como tem mulheres travestis também, não é só o homem. A travesti é um nome vulgar a gente fala. [...] Por isso que muitas vezes a gente vê essas travestis, já tive contato com todo tipo, então, essas são realmente perigosas, mafiosas, vivem da rua. E eu falo, eu não critico porque é o meio que elas vivem ali, elas cortam doze por dia ali, não é? Não é fácil o que elas passam ali. Uma pior que a outra, uma querendo tomar o lugar da outra. É bem difícil, por isso que elas

são tão violentas, são tão sarcásticas, incomodam, eu sempre tive problema com travesti. Porque elas não... eu sempre fui assim mais feminina, não sou mais que ninguém, mas assim, sempre fui mais delicada, nunca fui escandalosa, nunca fui... não sei se você vai entender o que eu quero dizer. Mas eu sempre fui mais contida, sempre tive uma postura mais delicada, mais discreta e por isso eu acho que você acaba sendo mais confundida, passa batido melhor como mulher, não chama atenção, nesses termos assim (Bárbara – transgênero, esteticista).

Eu falo que a *transex* pensa em estudar, ter uma profissão para entrar no mercado de trabalho. Eu falo pelas que eu conheço. A travesti não, ela quer o dinheiro mais rápido e mais fácil. Não que ela não sonhe, pode até sonhar, mas, pelo que eu conheço, as *transex*, todas vão para fora, querem estudar, porque é uma mulher, quer trabalhar. Teve uma reportagem esses dias e você vê a *transex*, uma era intérprete, não tinha nenhuma na rua, e quando você vê são as travestis que estão nas esquinas (Raquel – *transex*, professora de dança).

As falas de Bárbara e Raquel também demonstraram um entendimento de que há, na utilização dos termos travesti e transexual, um processo de distinção no qual o primeiro continua a carregar toda a sorte de estereótipos e rótulos negativos, ao passo que o segundo torna-se mais leve, dotado de características mais socialmente reconhecidas e valorizadas, como possuir uma profissão, pleitear uma vaga no mercado formal de trabalho, uma boa qualificação profissional, anseios e sonhos, bem como as qualidades sociais, tipicamente, tidas como do feminino: delicadeza, discrição, o que inclusive é reconhecido como fator de maior passabilidade⁵ social, ou seja, uma espécie de invisibilidade, dada a semelhança da pessoa trans com mulheres ou homens típicos/comuns/não extravagantes. Assim, os entrevistados demonstraram entender que pessoas com identidades e também comportamentos de travesti seriam negativos ou dificultadores para a vida social.

Com relação à identidade de gênero que informaram possuir, alguns entrevistados apontaram que, dependendo do contexto em que estão, apresentam-se sob uma identidade diferente daquela com a qual realmente se identificam. Bárbara afirma que:

Aí depende muito do meio que eu estou para eu me classificar. Entre as meninas (amigas travestis/transexuais) eu me classifico como travesti mesmo, até porque não tenho vontade de mudar de sexo, de

⁵ Diz-se que a pessoa trans possui passabilidade quando sua performance/expressão de gênero aproxima-se, estereotipadamente, do gênero com o qual se identifica. Sobre estas pessoas, é comum escutar comentários como: “Ela é tão feminina, nem parece travesti”, “Ele era mulher? Nossa! ‘Passou batido’”.

fazer nenhuma cirurgia para isso, estou super bem adaptado como eu sou e gosto de ser assim (Bárbara – transgênero, esteticista).

Quando estava entre iguais, a entrevistada sentia-se confortável para assumir uma identidade que carrega consigo mais preconceitos, como o é a identidade travesti. Isto já não ocorria quando o meio em questão eram as festas heterossexuais que ela, normalmente, disse frequentar. Nestes ambientes, preferia o tom mais higienizado e a leveza do termo transexual, ainda mais quando precedido da palavra mulher. De acordo com Leite Jr. (2011), pelo fato de o discurso sobre a transexualidade, construído nos laboratórios e consultórios da Europa e Estados Unidos, possuir uma aura mais “higiênica”, pode-se afirmar que a terminologia “transexual” é, linguisticamente, mais valorizada que o termo “travesti”. Desta forma, o capital linguístico pode ser transformado em capital social e ser capaz de abrir ou fechar portas, dependendo da forma como a pessoa identifica-se ou é identificada.

Diferentemente, há pessoas, como Aurora, que adotaram uma tática contrária à de Bárbara. A entrevistada contou que, apesar de se identificar como uma mulher transexual, em sua, ainda inicial, carreira política e nos trabalhos que realizava como representante de uma ONG no interior do estado, preferia portar a identidade de travesti.

Você imaginava escutar tudo isso de uma travesti? Porque a minha identidade política é travesti. Nunca! Ninguém pensa. Porque a sociedade diz “O meu lugar é na escola e no trabalho. O seu lugar é na esquina, depois das dezenove horas e até às seis da manhã você tem que sair de lá!”. Esse é o problema, foi feita divisão por sol e lua (Aurora - mulher transexual, cabelereira).

Isto demonstra ser um ato, até mesmo uma política, de desconstrução da imagem da pessoa travesti, principalmente neste caso, em que entrevistada possuía grande conhecimento jurídico e político. Além, é claro, de ser uma forma de dar maior visibilidade para a presença de pessoas travestis nos espaços públicos. Ainda assim, a imagem da pessoa que trabalha com sexo permanece com os mesmos tons e matizes dos estereótipos negativos de sempre. Seria também interessante a adoção de uma postura e discurso a fim de desconstruir da imagem da profissional do sexo.

Assim, por um viés situacional e relacional, compreendemos que os entrevistados orientam suas ações dependendo do contexto e dos atores sociais com quem estão interagindo. Seja como uma tática de sobrevivência, como uma forma de

diminuir os incômodos causados pelas vivências de discriminações nestes contextos ou ainda como ferramenta para desconstruir os estereótipos das pessoas travestis, por exemplo, os entrevistados acionam diferentes marcadores sociais em diferentes relações sociais, o que também faz parte do processo de construção de suas identidades. No entanto, percebe-se a dificuldade ou a impossibilidade de serem quem sentem que realmente são.

Por fim, pôde-se verificar que, entre os entrevistados, havia os que possuíam representações sociais acerca da identidade de gênero que não estavam alinhadas às demandas do movimento social LGBT e da academia. Yara e Raquel afirmaram que:

Eu não entendo. Eu não tenho essa cabeça. Até no posto de saúde, eu vou lá fazer meus exames eles me chamam pelo nome masculino. Eu nunca me importei com isso [...] É nisso que eu falo, se me chamar de nome de menino ou de menina eu vou responder. Eu não sei se eu sou moderna demais ou o quê (Yara - travesti, profissional do sexo).

Eu falo Ra. Aí eu vejo que a pessoa fica assim, eu já falo “Olha, você fica a vontade, se você me chamar de R. muito bem, se me chamar de Raquel, isso não vai mudar nada na minha vida”. Eu estou acostumando porque eu perdi meu nome, não é? Mas eu atendo pelos dois (Raquel - transex, professora de dança).

Estas falas demonstram que a continuidade lógica entre nome jurídica e medicamente atestados e a expressão de gênero performada pelo sujeito é pré-requisito para o acesso a determinados âmbitos da vida social. Aurora afirma que:

Você é violada a partir da hora que você tem uma imagem e um documento que não batem uma coisa com a outra, porque para a sociedade você é um pedaço de papel [...] Porque se muda o registro de nascimento muda toda a documentação e mudando a documentação, muda 75% as formas de violação. [...] Embora todo cidadão brasileiro, como diz a constituição, quando seu nome causa constrangimento, tem direito a retificar, para a população trans isso não acontece. Ou seja, mais uma vez nós não somos reconhecidas como cidadãs e cidadãos brasileiros. Nós temos que provar para a justiça que nós temos um gênero e uma orientação sexual para retificar o nome [...] Aí a gente vê como exemplo o Uruguai, o Peru, Equador, a Argentina, países menos ricos que nós no Mercosul que já aderiram, já tem as suas leis e nós não (Aurora - mulher transexual, cabelereira).

A luta por uma legislação que reconheça o uso do nome social para pessoas travestis e transexuais, como é o caso da Lei João W. Nery (Projeto de Lei número

5.002 de 2013), baseada na Lei de Identidade e Gênero da Argentina (*Ley 26.743*), que afirma que toda pessoa tem direito a ser tratada de acordo com sua identidade de gênero e a ser identificada dessa forma (pronomes, imagem e sexo) em seus documentos de identificação pessoal (BRASIL, 2013), é o meio pelo qual se evita, por exemplo, constrangimentos e humilhações em qualquer local em que seja necessária a apresentação de tais documentos, como R.G., C.N.H. e Carteira de Trabalho. Como aponta Bento (2014b), esta seria a primeira lei brasileira estruturada no princípio do reconhecimento pleno da identidade de gênero das pessoas trans brasileira, que retiraria a obrigatoriedade de autorizações judiciais, laudos médicos ou psicológicos patologizantes e asseguraria o acesso à saúde no processo de transexualização.

Quanto ao uso do nome social, Anderson disse que, ainda que não seja o ideal, “(...) é uma ajuda que acaba um pouco com o constrangimento”.

E para mim, lógico que facilita muito, até mesmo o serviço, até mesmo eu chegando, mudando meus documentos, eu posso arrumar o serviço que eu quero. Até motorista de caminhão. Até mesmo curso, para homem, hoje eu tenho o direito de fazer se eu mudar meu nome. O que mudou? Nada. Mas as pessoas querem alguma coisa escrita, elas querem uma aparência e o laudo de alguém [...] e eu mudando de nome me dá o direito de fazer alguns cursos que até então são só para homens, não é? Muito legal. E mesmo que eu continue afastado do emprego, por causa do meu joelho, dentro das minhas possibilidades, eu tenho vontade de fazer. Mas é para provar “que bacana, agora eu posso ter esse direito” (Anderson, segurança).

Entretanto, há de se ressaltar que, no atual contexto, em que a Lei de Identidade de Gênero/Lei João W. Nery encontra-se ainda em tramitação, e que o reconhecimento do uso do nome social ainda se dá em poucas instâncias (inscrições no Exame Nacional do Ensino Médio, algumas instituições federais, órgãos públicos de alguns municípios, por exemplo), há, interessantemente, também alguns aspectos desfavoráveis a serem levados em consideração, como apontou Aurora:

De um lado é bom, mas do outro tem seus contras. Te dou um exemplo. Eu, trans operada. Eu opero, a lei já me garante que eu troque de nome. Só que eu tenho próstata. E eu, sendo uma mulher, pela lei atual, eu não consigo marcar um exame de próstata. O sistema deles não permite. Uma travesti que muda de nome não consegue mais marcar um urologista, porque no documento é uma mulher. A gente tem que ficar sempre se identificando e achando alguém que é sensível e acolhe [...] Nesse meio tempo eu reclamei que me chamavam de A. (nome civil masculino). Aí a R., dessa ONG que te

falei, consegui a política do nome social dentro do HC. Aí eu comecei a ser atendida no HC com o nome de Aurora (Aurora - mulher transexual, cabelereira).

Em todos os casos relatados, percebe-se que, na ausência de uma lei que oriente as relações, que garanta os meios de acesso e as sanções a serem aplicadas nos casos de seu descumprimento, os sujeitos ficam à mercê da dependência de outros atores que tenham por eles, pelas suas causas, uma maior sensibilidade, tanto pessoal quanto profissional.

Observam-se, nitidamente, os impactos desta ausência no exercício da cidadania destes sujeitos no reconhecimento dos seus direitos e no acesso aos serviços básicos, como saúde e educação. Observa-se, também, a autonomia e sensação de realização possibilitada pelo reconhecimento e respeito à identidade de gênero que os sujeitos escolheram para si. Anderson compartilhou uma das muitas táticas que é obrigado a lançar mão para que não passe por situações de constrangimento relacionadas à incompatibilidade da sua imagem com o seu nome civil.

É igual quando a gente começou no posto de saúde, na hora de chamar, e o medo que se chamasse o nome que estava ali e eu levantar. No convênio também, duas vezes aconteceu isso. Só que assim, todas as vezes que acontece “Olha é de lei. Aqui na cidade tem essa lei de nome social, então tem que ser respeitado”. Eu não brigo, não discuto, não faço barraco, não é? Mas eu tento mostrar “Olha, eu tenho esse direito, eu gostaria que respeitasse”. Mas mesmo assim, quando me chamam, a L. (companheira de Anderson) é quem levanta. Aí ela vai lá, conversa com a pessoa, aí a pessoa volta e me chama (Anderson - homem transexual, segurança).

A exemplo do que ocorre com a aceitação e o respeito ao uso do nome social, também em decorrência de outras relações sociais que são acompanhadas de preconceitos, violações, discriminações ou, simplesmente, pelo medo de que elas venham a ocorrer, os entrevistados demonstraram desenvolver, ao longo de suas trajetórias de vida, algumas táticas para lidar com estas questões.

Raquel e Anderson relataram situações do cotidiano que lhes causaram grande incomodo devido à extrema atenção que os seus corpos fora da norma atraem.

A única coisa que eu abandonei bastante foi a igreja. Meus pais nunca foram, mas eu ia, cantava na igreja, era coroinha. [...] mas é tão estranho você chegar em um lugar e todo mundo ficar te olhando. Quando você está são aqueles dez minutos de atenção, eu não ligo,

adoro, dou risada, dou tchau, mas dentro da igreja eu acho meio estranho. Eu já cheguei a frequentar centro espírita, para conhecer as outras religiões, mas eu não me sinto confortável pelos outros. Você chega e todo mundo fica te olhando, sabe? Você está dentro de uma igreja, então se a pessoa está ali dentro para ficar te reparando, “Por que é que ela está ali?”. Querendo ou não, as pessoas fazem bochicho. É uma coisa que eu evitei, mas se me der vontade de ir eu vou, sabe? Eu como pessoa, não quis mais. Mas tenho minha fé, rezo todos os dias. Acho que foi a única coisa que parei. [...] O olhar das pessoas, você chega, são aqueles dez minutos, tanto travesti, transex, todos, não conseguem enganar. Você chega e as pessoas ou se cutucam ou te apontam. Não que eu estresso! A pessoa viu, mexeu, mas ela fica de novo, já fez, já apontou, aí eu vou perto, coloco a mão na cintura, pergunto “Gostou? Estou bonita? O que você acha?”, sabe? Mas sendo irônica, porque é chato. Você está em um restaurante, já te viram, eu vou, sei que vão olhar, vão falar. Olhou, falou? Não tem problema, mas fica lá te apontando, apontando, apontando. Incomoda, sabe? Eu sou uma pessoa que chega em um lugar e fica observando tudo que acontece. E a gente se sente incomodada por causa disso. Não pelo fato de comentar, falar, porque todo mundo tem direito de falar o que quiser. Eu também às vezes falo de alguém, mas não irritar a pessoa, sabe? Ficar o tempo todo não tem necessidade disso (Raquel – *transex*, professora de dança).

O problema é comprar roupa. Esse era o meu problema. Na loja, quando eu ia comprar uma blusa, quando descobria “Ah! Não, bem. O seu você tem que comprar do outro lado”, “Olha, eu quero comprar aqui, eu vou pagar, eu quero comprar aqui!”. Igual roupa íntima! É para o namorado, é para o pai, vizinho... já dei cueca para todo mundo! Porque “Eu quero M”, “Mas teu pai usa M?”. Por que meu pai não pode ser pequenininho? E experimentar. Eu sempre comprei roupa assim: pegava um GG, XG, para levar para casa para experimentar e usar uma roupa largona. Depois a L. (companheira de Anderson) começou a comprar as roupas e eu de longe fazia assim (gesticulando afirmativa e negativamente), balançava a cabeça. Aí levava para casa, experimentava. [...] A coisa mais chata, eu quero comprar um negócio simples, como qualquer pessoa, mas naquele momento eu entrei na loja eu virei o centro das atenções e de uma forma negativa. Se eu estava perto de um equipamento que está vendendo camisa e tinha uns homens olhando, os homens saiam de perto. Então você pensa, “Puxa, estou contaminado, não posso passar por aqui, preciso ir embora” e, muitas vezes, ia embora, não comprava por vergonha, por medo, por falta de atendimento (Anderson – homem transexual, segurança).

Para algumas pessoas que possuem identidade de gênero, mas principalmente expressão de gênero dissonante de seu sexo biológico, situações banais como ir a um restaurante ou comprar roupas as torna o centro das atenções “de forma negativa”, como bem disse Anderson. Ainda que não haja uma verbalização do preconceito, os olhos que acompanham cada movimento, os cochichos, as cabeças que,

inquietantemente, não sabem se olham para aquela “figura estranha” ou se continuam seus afazeres, causam grande incomodo a ponto de fazer com que alguns sujeitos não queiram participar destes contextos sociais. Mais a expressão do que a identidade de gênero, pois, a exemplo de Anderson, a partir do momento em que lhe crescem os pelos da barba e os seus traços tornam-se mais masculinos, devido ao tratamento hormonal com testosterona, ele adquiria uma maior passabilidade social. Isto pode ser verificado quando ele disse que:

Hoje eu tenho essa liberdade. Eu compro roupa à vontade. Tenho até que tomar cuidado para não entrar em dívida! Eu quero comprar camisa só para entrar no provador. Parece que é um momento mágico: você entrar no provador! E a liberdade de você escolher sem ninguém te questionar (Anderson – homem transexual, segurança).

Não é a todo instante que os sujeitos LGBT, mesmo os militantes, querem visibilidade e lutar pelas suas causas. O não se revelar, não divulgar a sua sexualidade ou um sexo biológico “em desacordo” com a identidade e expressão de gênero, o que Sedgwick (2007) chamaria de viver em um Armário, em determinados espaços ou grupos, também possui alguns benefícios simbólicos. No caso de transexuais e travestis que, diferentemente de pessoas que desejam/amam corpos iguais aos seus, carregam um “defeito social” de forma aparente e que faz com que vivenciem mais situações de discriminação. O processo de adequação dos seus corpos, modos, trajes e nomes ao gênero com o qual se identificam as tornam, em diferentes graus, socialmente invisíveis, à medida que se aproximam dos modelos ideais do feminino (para mulheres trans) ou do masculino (para homens trans) determinados por nossa sociedade e cultura.

No entanto, ao contrário de Anderson, Yara, e também Raquel, lidavam com essas situações de forma diferente. Ao invés da fuga preferiam um enfrentamento mais direto.

Não deixo de ir em lugar nenhum, jamais! Adoro! De preferência naquele dia que você acorda linda, aí é que eu vou mesmo. Não deixo de fazer nada! Eu vou ao vôlei, vou aos clubes, ao mercado. Normal. Tenho uma vida completamente normal. As que deixam de viver é por preconceito próprio. Porque eu não sou um bicho do mato. Se não gosta me respeita. Eu não gosto de tanta coisa e eu respeito tanta gente por aí. Tanta gente que não me agrada. Nem por isso eu vou sair falando de fulano, ciclano. Acho que é o preconceito próprio que não deixa a pessoa sair (Yara - travesti, profissional do sexo).

Foram, também, relatadas outras situações de preconceito vivenciadas pelos sujeitos em que deixaram de frequentar determinados espaços ou passaram a perceber entraves para acessar determinados locais/serviços ou simplesmente passaram a ser evitadas.

Letícia contou que não era bem vinda à casa de algumas amigas. Estas, segundo a entrevistada, lhes diziam: “Olha, você quer ir na minha casa me chamar, pode até ir, mas você vai me desculpar que eu não vou te chamar para entrar porque minha mãe...”.

Yara disse que os atletas heterossexuais, que com ela jogavam vôlei, antes de se tornar travesti ou, como ela mesma dizia, “se fazer travesti”, passaram a não cumprimentá-la quando a encontravam na rua.

[...] Não cumprimentam porque são machões. Mas isso na frente da sociedade porque ali na esquina são públicos que você não tem nem ideia. Aqueles que você menos espera estão ali. O mundo não é *gay* não, mas ele é cor de rosa. De noventa homens, oitenta saem com travesti. Pessoas que eu não espero [...] E já aconteceu muito de eu estar na esquina, pessoas da época do vôlei, “Ô loira, quanto é?”, “É tanto”, “Vamos lá?”. Não me reconhecem, fiquei um tempo fora, mudei meu corpo, aí na conversa eu falava que os conhecia. “Nossa! Como assim? Não é possível, você é louca!”, “Ok, não conheço então” (Yara – travesti, profissional do sexo).

Yara explicou que, na juventude, enquanto ainda se compreendia como homem *gay*, ao invés de travesti, era mais paciente para lidar com algumas situações que lhe causavam incomodo. Segundo a entrevistada:

Só que eu acho que como *gay* eu tinha mais paciência do que travesti. [...] se alguém passa e me encara eu já vou encarar também, entendeu? Tipo, “Opa! Eu estou aqui, eu sou um fato e você vai me respeitar!”, entendeu? Não vou caçar briga e tal, mas não tenho mesmo muita paciência hoje. Se você passar na rua e me olhar eu vou te olhar, se encarar eu vou encarar, vai ser recíproco, entendeu? Já fui mais calma (Yara – travesti, profissional do sexo).

Anderson, não somente no consumo de bens (roupas) como já foi dito, passou por dificuldades para poder consumir alguns serviços. De forma a ilustrar esta situação, ele relatou o seguinte:

Um lugar que me barra, não vou falar que não, mas tem sim. A [cita o nome da empresa]! Eu fui buscar uma segunda via do telefone, que

está no meu nome e eles pedem um documento com foto na hora que você vai pedir. E o meu documento com foto recente é a foto que está assim, o nome está assado. Está ao contrário. Aí eu falei não, não vou passar por esse vexame. Aí eu peguei meu documento antigo, dei para minha companheira e ela que tirou, como se fosse S. (nome civil de Anderson). Aí eu falei: “Se tiver que assinar assina, senão eu passo na sua frente e a gente se explica, mas senão, eu estou lá do lado, não vai dar problema”, mas foi esse o único lugar que mais ou menos me barra (Anderson – homem transexual, segurança).

Valentina e as amigas, travestis e *gays* efeminados, eram proibidos de entrar na única boate que havia na cidade, na época da juventude. No entanto, disse que: “[...] não entravam *gays*. Era proibido, era proibido. Não entrava a gente! Mas outros *gays* entravam não é? Geralmente os de elite. A gente era proibido, porque a gente era ‘os *gays* da esquina’, então a gente não entrava”. Sobre outro episódio, a entrevistada também contou que:

Uma vez eu fui convidada a me retirar da frente (ênfase) de um restaurante [...] eu estava vindo da minha caminhada e tinha um casal de amigos meu que me chamou para conversar e eu parei para conversar (ênfase). Passaram dez minutos o garçom veio e falou assim “olha, você, por favor, se retire da frente aqui do estabelecimento, porque tem uma cliente, que está sentada ali na mesa, que está se sentindo ofendida com a sua presença”. Aí eu olhei para o garçom “É? Ah! Espera lá então que eu vou ficar pelada”. Aí o casal da mesa falou “Ah! Não faz isso não, que vai ficar pior para você”, “Não, não fica! Porque com certeza eu já fiquei com o namorado, marido dela, por isso que ela está se sentindo constrangida”. Mas, como eu te disse, às vezes a gente prefere filtrar do que caçar uma confusão. Aí eu fui embora (Valentina – travesti, enfermeira).

A tática utilizada por Valentina também era de enfrentamento, talvez se possa dizer de combate direto. A entrevistada demonstrou possuir uma compreensão de que há de se enfrentar as discriminações vividas de forma agressiva e até violenta, como ilustra o seguinte trecho de sua fala:

Agora parece que incluíram as travestis dentro da Lei Maria da Penha. Eu recebi uma atualização, não sei se incluíram ou vão votar. Mas vai adiantar? Não vai adiantar! Porque a gente não é respeitada quando vai fazer o boletim de ocorrência. Não vai adiantar. O que adiantaria? É uma guerra? Então vamos para a guerra! Vamos para a guerra. Esses dias mandaram também que uma travesti bateu em oito rapazes, não sei se você viu. Então é uma guerra? Então vamos partir para a guerra! [...] Acho que já te falei que as pessoas agridem aquilo que não aceitam nelas, não é? A gente agride aquilo que a gente não aceita. Não que eu seja perfeita, porque às vezes eu também debocho,

eu rio de algumas coisas, alguns fatos, mas a gente está aí para evoluir, para aprender. E a gente aprende quando leva um coice da vida (Valentina – travesti, enfermeira).

Nesse sentido, Raquel informou que, por diversas vezes, foi necessário entrar em embates físicos para proteger as amigas e a si mesma. Sobre isto, ela relatou o seguinte episódio:

Já me tiraram o sério a ponto de eu querer bater na pessoa, tanto que eu bati. O cara, ele saía com homossexuais, mas ele dizia que era o macho da vez e o meu amigo apontou ele em uma festa e eu olhei só. E depois disso ele ficou me perseguindo. Onde eu via ele, ele me xingava. Até o dia que eu falei “Você não é homem? Então você vem aqui me bater agora”, e eu lá no posto de gasolina. Os amigos seguraram ele e os meus me seguraram também. Mas eu nunca fiz nada para ele, eu só olhei, mas nem conhecia ele. Depois fiquei sabendo que ele saía com caras e tal. Aí um dia, comendo lanche, eles estavam falando de jogo, eu dei a minha opinião do jogo na minha mesa, aí ele veio e me deu uma capacetada. Aí o pau torou. Eu quebrei o capacete dele, quebrei do amigo dele, minha mão sangrou toda. Ele vinha de capacete e eu fui de soco, mas derrubei ele. Bati mesmo. Eu lutei karatê minha vida toda. Eu sempre me defendi. Nunca mais depois daquilo. Fui na casa dele, falei com a mãe dele, que conhece minha família, falei “Se você não der um jeito nele dentro da sua casa, lá fora eu pego um pedaço de pau e dou um jeito nele”. [...] Tem essas situações. Até agora eu não apanhei. Por enquanto eu não apanhei e não pretendo apanhar não (Raquel – *transsex*, professora de dança).

Diferentemente de Valentina e de Raquel, Aurora possuía uma compreensão de que o enfrentamento deve ser feito por outros meios. Não pela violência, mas por mecanismos jurídicos e legais, reflexo, também, de uma vivência de militância social. Sobre as discriminações no âmbito do acesso à saúde pelas pessoas trans, ela contou:

Então, a gente aciona a lei 10.498 e resiste. E, se a chefia dela tentar barrar isso, a gente denuncia eles também. E só assim que vai funcionar. Brasileiro só aprende mexendo no bolso dele. Eu morei na Europa por vinte anos e aprendi isso. Lá funcionou e também foi assim. Não adianta bater, não adianta xingar, não adianta, é no bolso! Na hora que falta o pãozinho de manhã para comer esse povo fica desesperado. Mas a gente já está acostumado a vender o almoço para comer a janta. [...] acontece que o governo criou a lei 10.948 e não capacitou ninguém, ou seja, cabe à gente mesmo tentar capacitar, divulgar nossos direitos. [...] Quando elas (conhecidas travestis e transexuais) eram violadas, elas já jogavam esse papel com o direito delas na cara de quem as violava. E isso foi melhorando (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Independentemente se o confronto com as situações de discriminação se dão na instância legal ou da violência verbal e/ou física, ambas as situações são de grande desgaste emocional para os sujeitos LGBT. Até mesmo aqueles mais propensos ao enfrentamento direto, como Valentina, rendem-se ao cansaço do debate, da discussão, da “guerra”.

Hoje eu consigo ignorar muitas coisas. Teve um amigo meu, que é médico, que, quando eu entrei no posto, ele presenciou um fato desses. E ele chegou para mim e disse: “Vou te ensinar uma coisa. Quando você passar por isso, blinde-se. Crie uma armadura em torno de você. Não absorva”. E foi o que eu passei a fazer. Eu consigo bloquear o som das palavras da boca da pessoa, sabe? Eu vejo ela, mas eu não ouço o que ela está me dizendo. Hoje eu consigo isso (Valentina – travesti, enfermeira).

Outros entrevistados demonstraram adotar uma postura mais passiva em suas relações sociais, algumas delas bastante abusivas.

Bárbara disse que, em diversos momentos, sempre se anulou para não ir contra os outros, mesmo quando se tratava de relações com outras pessoas LGBT, mas que ela estava trabalhando para mudar esta condição. Segundo a entrevistada:

Para eu me socializar com os meninos (amigos LGBT) realmente foi assim, realmente sempre fui aquela pessoa que eu não me impunha, não falava nada, sempre só ouvia e tentava aprender como funcionava. [...] Para não me contradizer com as pessoas, para não ter um atrito eu sempre acabei concordando e aceitando. Mas assim, chegou um momento em que eu não conseguia mais ter a minha opinião. Eu tinha as opiniões dos outros em relação a tudo. [...] não ia falar nada para não me indispor. Você acha que é educado ser assim e não é (Bárbara – transgênero, esteticista).

Os relatos de Valentina mostraram que, já na infância, por medo de ter suas sexualidade e afetividade dissidentes expostas, ela vivenciou relações de submissão sexual para manter o seu segredo oculto, situações que, na vida adulta, ela já não permitia que ocorressem.

Hoje, se a gente fosse analisar bem, eu teria sido violentada, se bem que não foi nada... não foi agressivo, foi até muito carinhoso, mas eu falo que a violência poderia ter sido, porque a pessoa, na época, tinha dezenove anos (vizinho) e eu tinha apenas nove, então ela sabia o que estava acontecendo ali naquele momento e eu, às vezes, estaria aprendendo, vamos dizer assim. Foi o que ele me disse: “Vou te ensinar uma coisa que você talvez vai gostar de fazer”. Nos primeiros momentos, nas primeiras tentativas, foram só carícias, não é? E

depois, passou um tempo, tentou-se uma penetração, mas não teve, os corpos não se encaixavam, o corpo de uma criança com o corpo de um adulto. [...] Porque assim, eu me interessei por um da turma e esse um, de sacanagem, contou para todos. E foi passando. Eu achava que o sentimento que eu tinha era só entre eu e ele, mas aí foram aparecendo situações, “Olha, fiquei sabendo que você ficou com o fulano, se você não ficar comigo eu vou contar para o seu pai”. Na época a gente era, eu era muito medrosa [...] não aceito mais, “Eu vou ficar aí com você, mas você não conta para ninguém”, “Por que eu não posso contar para ninguém? Eu que te procurei? Han? Na hora que você está na roda dos seus amigos você me poupa? Você não me poupa. Já que eu não posso contar para ninguém, então, eu prefiro nem ficar”, entendeu? Que vantagem que eu tenho nisso? Por que, até hoje, o fato de ter relação com homossexual, relação com uma travesti ainda tem que ficar no submundo? Você tem vontade, pronto acabou. Assume que tem vontade. Hoje as coisas estão tão liberais, estão afloradas aí. Mas ainda, nesse sentido, as coisas não evoluem, pararam no meio do caminho. Não sei o que é que acontece (Valentina – travesti, enfermeira).

Yara, entretanto, foi bastante clara ao comentar sobre esta questão. Ao invés de recusar este tipo de relações abusivas ela cobrava por elas.

Acontece de eu sair com meninos que falam para eu não comentar com ninguém porque as mulheres não podem saber, senão não vão ficar com eles. É por isso que eu cobro entendeu? Se quer comer escondido, gozar escondido, paga que eu realizo seus desejos! Porque ele vai assumir uma mulher e andar de mão dada. Só que ela não satisfaz ele e ele vai procurar quem? A travesti, entendeu? Por isso que eu cobro (Yara – travesti, profissional do sexo).

Acerca da percepção de vivência de situações de preconceito, discriminação e violação, Letícia, Raquel e principalmente Yara, afirmaram, em diversos trechos, não terem passado por tais situações. Segundo Yara: “Eu creio que não. Eu não sofro. Se eu sofro algum tipo de preconceito é invisível aos meus olhos, sabe? Eu não percebo, fazem escondido. Tem! Mas comigo é bem tranquilo”. A entrevistada ainda comentou que:

Se pessoas de fora não gostam, respeitam. Eu nunca sofri preconceito de ninguém na rua. Se eu sofro eu adoro. Cada vez quero estar mais gostosa, mais bonita que é para eles aplaudirem, entendeu? Porque na sua frente eles não vão falar de você. E se você estiver apresentável eles não vão ter o que falar. [...] não sofro preconceito, assim, visível não. Só se falam por trás (Yara – travesti, profissional do sexo).

As entrevistadas comentaram, inclusive, a razão pela qual não sofriam qualquer discriminação relacionada às suas identidades ou expressões de gênero divergentes da heteronorma.

Sempre fui católica praticante. Todos os sábados eu vou à missa. E até na igreja eu não senti diferença não. Normal. Mas é aquilo. Eu acho que toda travesti tem que ter consciência. Eu não vou à igreja com a roupa que eu vou para a esquina. Minhas irmãs me perguntam por que eu adoro usar longo. Não é que eu adoro, tem que ter uma cabeça boa. Não vou de tubinho na missa (Yara – travesti, profissional do sexo).

As pessoas nunca tiveram coragem de falar nada para mim porque eu sempre respeitei as pessoas no espaço delas. [...] as pessoas que são autênticas acabam não sofrendo com isso. Por mais que passem por um constrangimento ou outro, mas não atinge. Enquanto que outros ficam encobertos se atingem (Letícia – mulher cisgênero, tapeceira).

Por isso que eu falo, o pessoal fala tanto em preconceito, eu vou a tanta festa, tanta coisa que o pessoal me chama. E são todos héteros, os casados também, pagam para a gente ir só para estar ali dando risada, se divertindo. Faz dois, três anos que eu não sei o que é pagar festa, verdade, bebida, nada, os meninos pagam tudo (Raquel – *transsex*, professora de dança).

Saber portar-se, vestir-se adequadamente (como uma “mulher de respeito”), respeitar o próximo (ou ainda não discordar de suas opiniões, como no caso de Bárbara), são modos adotados por estes entrevistados que, em suas percepções, explicam a ausência ou presença bastante diminuída de discriminações em suas vidas.

O argumento utilizado por Raquel, no entanto, leva a refletir sobre a real aceitação dela no meio heterossexual. Vale ressaltar que Raquel e o pesquisador moram na mesma cidade e este, por diversas vezes, já a havia visto em locais públicos, festas, pontos de encontro do público jovem, e já havia tido conhecimento de algumas opiniões que outras pessoas (heterossexuais) possuíam sobre a entrevistada. Estas, em sua totalidade, estavam repletas de deboches, risos e maldades.

A reflexão, diante desse conhecimento anterior que o pesquisador possuía, é justamente: Até que ponto, a exótica figura da travesti ainda não serve aos “normais” como objeto de diversão ou mesmo de reafirmação de seus limites identitários/constitutivos. Não seria esta uma maneira de lembrar aos membros do grupo dos “normais” como não se deve agir para manterem suas normalidades? Esta pode ser uma expressão empírica do conceito de alteridade radical, conforme Jodelet (1998)?

Por fim, sobre a não vivência de preconceitos, apontada por parte de alguns entrevistados, um trecho da fala de Yara nos revela que, muito provavelmente, esta não percepção seja também uma tática para, justamente, lidar com as discriminações.

Não sei se tem alguma coisa a ver ou é coisa da minha cabeça. Quando eu fui dar entrada na minha habilitação, a moça perguntou, faz uns quatro anos isso, e ela me reprovou no psicotécnico. Estava marcado lá que era um médico que ia fazer, mas quem aplicou o exame foi a secretária. E ela perguntou, “Olha, eu trabalho com o sexo, na noite, não vou negar”. Não sei se fiz errado ou não. O engraçado é que na amostra, para explicar para os alunos como fazia, ela pegou a minha folha e falou, “Está certinho. É assim que se deve fazer”. E depois me reprovou naquilo que ela tinha mostrado que eu tinha feito certo. Eu percebi que ela me olhava mesmo de uma forma diferente, sabe? E eu não fui nem vulgar, eu fui muito bem tapada aquele dia, bem coberta. Mas não entendi se teve alguma coisa a ver, por eu ter falado o que eu era, o que eu fazia. Mas também não voltei mais, até hoje não tirei habilitação, não quero tirar mais também. Não sei se tem alguma coisa a ver, mas ela ficou sim me olhando estranho (Yara – travesti, profissional do sexo).

Yara, mesmo estando “bem tapada”, tática que reconhecia como efetiva para não atrair atenções desnecessárias, neste episódio, ainda que não reconhecesse, passou por uma vivência de discriminação que, inclusive, foi o fator pelo qual desistiu de tentar tirar sua carteira de habilitação novamente. Quanto à possibilidade de fazê-lo no futuro a entrevistada respondeu: “Não pretendo. Mas meio de me locomover eu tenho a hora que eu quero. Se eu não tenho carro eu tenho dinheiro. Me leva para onde eu quero”.

As situações relatadas até o momento deram-se em contextos mais corriqueiros ou, pode-se até mesmo dizer, mais simples. No entanto, também foram relatadas relações que envolviam instituições e serviços públicos básicos como os da saúde e segurança/proteção civil. Assim, os entrevistados contaram episódios como:

Eu lembro de um episódio, a gente tinha um ponto LGBT, uma lanchonete. Os *gays*, as afeminadas, não existia a palavra travesti, a gente se reunia tudo ali. E um dia, o policial, que morava em cima do nosso apartamento, parou esse grupinho que estava na lanchonete, colocou a gente dentro do camburão, levou a gente para perto do *shopping*, que só tinha aquilo lá construído na época, fizeram a gente fazer sexo oral neles, depois bateram na gente, tiraram a nossa roupa e fizeram a gente ir embora pelados. [...] Só de raiva o filho do homem se apaixonou por mim. Eu acho que ele já sabia e queria me eliminar para salvar o filho. Por que é que não catou o filho ao invés de mim? Quer dizer, é mais fácil eliminar o de fora do que você explicar, fazer uma cultura dentro da sua casa (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Existe no estado de São Paulo três ambulatorios de saúde integral para a população LGBT. O mais próximo daqui é São Paulo, só que eles estão com uma fila de espera de quatro anos. Se eu tenho um problema na próstata isso vira um câncer em quatro anos. No meu caso, eu pago um convênio de novecentos reais que também não tinha política para isso. Se eles aceitaram meu contrato eles que se virem e consigam um médico. Estou pagando! Eles não podem cancelar meu contrato senão tem multas milionárias, então eles tentam sensibilizar alguém. Mas não é todo mundo que pode pagar um convênio desses. (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Eu tive muitos problemas hormonais, eu parecia uma mulher na menopausa, meu TH hormonal masculino estava baixíssimo, como o de uma mulher de setenta anos, ou seja, eu estava morrendo. Mas teve um agravante nessa história. Toda vez que eu volto lá, é um hospital escola, e eu tinha todas essas mutilações na vagina, eu falo que minha vagina é uma vagina alienígena porque ela tem cicatrizes por todo o canto. A gente sabe que não é um pênis, mas também não é uma vagina. E toda vez vinha mil alunos para olhar essa vagina e eu não estava ali para cuidar desta vagina e sim de um tratamento hormonal e isso me incomodava. E eu acabei abandonando o tratamento (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

A minha única decepção foi com uma ginecologista que não tinha noção nenhuma do que era. Ela me atendeu, eu fiquei acho que umas duas horas no consultório, porque ela não sabia o que fazer, como me tratar. Porque, até então, ela poderia me tratar como mulher, como qualquer uma, só que ela, o medo, o receio, ela não sabia como fazer. Sem brincadeira, eu fiquei umas duas horas. Foi horrível. Ela me segurou, disse que por ela não ia fazer cirurgia, depois ela falou que ia. Foi bem enrolado Saí de lá falando que ia arrumar outra médica porque ali não ia ter ajuda. E tremeu. Ela tremia. Eu falei “Gente, eu sou um monstro!”. Era uma senhora totalmente despreparada (Anderson – homem transexual, segurança).

E o medo era você ir perguntar para alguém que não ia saber te informar. Que foi o que aconteceu no posto de saúde perto da minha casa. O médico, ele não sabia. Só que eu levei papéis pedindo “Olha eu quero isso, eu quero esse encaminhamento, tal”. [...] a maioria reclama disso, que não tem o profissional para te atender para te orientar, e a gente quer no mínimo uma orientação. (Anderson – homem transexual, segurança).

Aurora, que possuía uma militância ativa, afirmou que: “O maior número de violações contra essas pessoas é na saúde. Quer dizer, a saúde ajudou, contemplou, garantiu, mas não capacitou”.

Valentina que estava trabalhando como enfermeira, no entanto, compreendia um cenário de mudança na formação dos profissionais da área da saúde, com as quais as pessoas TTs poderiam contar.

Hoje existem médicos humanos. Como eu trabalho nessa área eu consigo perceber que a maioria dos novos médicos, diferente de outros setores, eles já saem da faculdade com uma visão melhor. Tem até uma médica do pronto socorro, que ela viu meu nome na escala e falou “Ah! Isso aqui está errado, cadê seu nome social?”. Então ela já teve a informação. E ela também defendeu uma outra amiga minha, porque na hora que chamou pelo nome civil ela saiu do consultório e pediu que se arrumasse a ficha de atendimento dessa pessoa. Então existe sim, hoje, esse pessoal que a gente pode estar conversando [...] Tem um médico que atende onde eu trabalho, que é urologista, porque não tem nenhuma especialidade que trata de travestis e transexuais. Não existe. E ele é urologista e eu costumo falar que ele é o nosso ginecologista (Valentina – travesti, enfermeira).

Bárbara, aos dezoito anos, precisou apresentar-se ao serviço militar, Tiro de Guerra, de sua cidade. Ela contou que neste dia, praticamente, se fantasiou de garoto para poder fazê-lo, pois já não fazia uso de nenhuma peça do vestuário masculino. A preparação não se deu apenas nas vestimentas. Bárbara, cerca de seis meses antes da apresentação, suspendeu o uso de hormônios e da cera de depilação.

Foi muito legal, foi muito bonitinho quando eu fui, porque o tenente, na época, ele não nos expôs tanto. Que normalmente, todo mundo sabe que você fica pelado e tudo mais e pega pinto, pistola e sobre e assopra, tem essas coisas. Ele não. Nesse momento, nós estávamos em três amigos, também *gays*. [...] Aí chamaram a gente separado pra fazer o exame sozinhos, só nós. Aí fomos, mais uns meninos que já faziam o tiro, até eram amigos de sala, aí foi, pediu para a gente tirar a roupa, ficou todo mundo de cueca. Acho que eles queriam ver se a gente estava de calcinha ou de cueca (risos). Mas aí viram que não estava, aí perdeu a graça. Mas, imagina! O tenente foi super gentil. Aí a gente já pôs a roupa e ficou tudo bem. Aí depois o tenente chegou na gente, ele disse que a gente não precisava ficar para jurar a bandeira, não pela nossa condição, mas por a gente assumir quem era e tal, eles respeitaram. Eles imaginaram que a gente fosse ser depravado, aquela coisa, e não. Foi todo mundo tranquilo e, a pesar da gente estar morrendo de medo, aquela coisa de como era, que falam tantas coisas não é? Ele agradeceu por ter ido, cumprido com o dever de se apresentar e ele falou que não ia nos expor ao ponto de jurar a bandeira, que tem que ficar com os meninos e tal, não por nada, mas assim, ele achava desnecessário, que podia constranger em algum momento, então, para não acontecer isso, entregou nossa reservista tudo e foi certinho. Eu achei que foi bacana. Achei que pelo menos a gente não se expôs tanto, não é? Mas foi legal (Bárbara – transgênero, esteticista).

Surpreendentemente, no episódio relatado por Bárbara, as forças armadas, com todos os seus estereótipos de machismo, brutalidade, rigidez, demonstrou possuir um preparo/sensibilidade muito maior do que as instituições de saúde apresentadas por Anderson e Aurora. Isso leva a refletir que, ainda que exista leis, portarias, diretrizes orientando as relações entre o profissional e o cidadão, se não houver uma efetiva capacitação e empatia por parte do profissional estas são potenciais situações para a ocorrência de violações e discriminações ao grupo social LGBT.

Aurora, que desenvolve algumas atividades em uma ONG voltada à garantia de direitos LGBTs, demonstrou compreender muito bem a importância da divulgação de direitos, capacitação e sensibilização destes e de outros profissionais.

Toda vez que há uma violação as pessoas vão à delegacia. E quando elas são violadas, aí elas nos procuram. Elas são violadas duas vezes antes de nos procurar. No crime praticado na rua e depois dentro da delegacia. [...] Quando elas vêm aqui nós acompanhamos elas na delegacia, já fomos a todas as delegacias. Aí a gente leva a cartilha deles mesmos, o nosso material do Conselho Estadual, que está vinculado à Secretaria de Justiça do Estado, temos um núcleo LGBT dentro da Defensoria Pública do Estado. A gente pega todo mundo e vai lá. Eu lembro a primeira vez que eu fui tentar capacitar um delegado, ele falou assim para mim “Pouco me importa quem você é, na minha delegacia mando eu”. Então eu acionei todo mundo que precisava e o delegado foi transferido. [...] Fazemos também encaminhamentos para essas pessoas assistidas. A gente tem uma advogada parceira que acompanha as pessoas violadas na delegacia, se precisar abrir um processo judicial ela não cobra nada. É uma parceirona, uma pessoa muito sensível com a causa, é hétero (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Anderson e Valentina também deram exemplos de situações em que notaram benefícios em tentar sensibilizar, de certa forma educar, pessoas sobre suas condições, ainda que, para isso, tenham tido que se expor ou dar explicações sobre suas decisões íntimas.

Eu comecei a enfrentar, por exemplo: eu levo a minha moto em um mecânico e eu não queria perder esse mecânico em função das minhas mudanças. Cheguei para ele, então, e falei. Foi onde eu tive que me explicar, então parece que você tem que dar uma satisfação para o mundo, não é? Mas eu peguei e falei pra ele “Olha, a partir desse momento, de agora, eu gostaria que você me chamasse com nome tal e você vai ver essa transformação”, ele virou e falou “Não, não, não tem problema, porque a minha mulher é enfermeira no posto e a gente, ela

sempre comenta casos assim” e eu pensei “Poxa que bacana”. A informação que está tendo por aí, então, está me facilitando, não é? (Anderson – homem transexual, segurança).

Essa semana, eu estava passando na porta de uma oficina e o pessoal estava saindo e dois rapazes se acotovelaram e começaram a rir. Às vezes eu me blindo e faço de conta que eu não vi, mas esse dia em si eu resolvi voltar. [...] Aí eu parei, e ele ficou branco. Porque eles esperam que você grite, que você vire a oficina de pernas para cima e eu, no tom que estou conversando com você, eu perguntei para ele “Eu posso saber qual é a piada? Porque eu gostaria de rir também”, “Não, não teve piada nenhuma”, “Mas por que você cutucou o seu colega e começou a rir? Você vê na minha homossexualidade ou na minha transexualidade um motivo de deboche para você cutucar o seu amigo e começar a rir. Você se acha perfeito? Porque se você se acha eu só vou pedir para você chegar na sua casa, ficar pelado na frente do seu espelho e fazer uma auto avaliação. De cara eu posso apontar um defeito seu que eu poderia rir de você: as suas orelhas de abano. Mas isso para mim não me incomoda, porque se você não tivesse rido de mim, eu teria passado e te trataria com indiferença. Mas o que aí eu fui reparar em você foi o motivo de você ter rido de mim”, “Não, você me desculpa. Me desculpa. Eu sei que eu errei. Foi mal”. Aí o patrão dele perguntou para mim se estava acontecendo alguma coisa, “Eu acho, seu fulano, que ele esperava que eu entrasse aqui e jogasse tudo para cima. Mas eu estou tendo uma conversa com ele, porque ele é jovem ainda e ele pode fazer uma diferença mais para frente. Então estou pedindo para ele fazer uma auto avaliação” [...] Aí fui embora. Quando foi meia noite e meia chegou uma mensagem no meu celular, estava até dormindo, acordei com o barulho, “O Valentina, você me perdoa, de coração mesmo” [...] eu falei “Olha, P. acho digno da sua parte. Isso mostra que você pode se tornar um homem diferente. Você ter tido a visão que fez alguma coisa que não era certa. E peço para que você faça realmente a diferença. Você quando riu de mim, se preocupou que eu tenho um pai doente, que eu tenho, uma mãe de mais de sessenta anos, que eu tenho família, que eu tenho trabalho, tenho dívidas ou só viu que eu estava com uma *legging* indo para a academia fazer meus exercícios? Você viu atrás da imagem? Você não viu atrás da imagem, o ser que eu sou. Você julgou uma casca. Só que isso uma hora vai para debaixo da terra e é consumido lá, o que ficam são os sentimentos e os valores. Então construa os seus valores. Quando você passar essa situação com um amigo seu, você fala que são pessoas que merecem o respeito da gente. Espero que você tenha aprendido alguma coisa para o resto da sua vida”, “Não, Valentina, de boa, desculpa mesmo, foi mal mesmo. Fiquei super mal” (Valentina – travesti, enfermeira).

Segundo Aurora:

A gente sempre tem que criar uma manobra para poder sobreviver. De um lado é o fim da picada, de outro mostra que a gente é um povo guerreiro e não desiste. Porque a gente não desiste. Eu sempre digo que eu só paro com uma bala na minha testa. Do contrário não

adianta. Eu posso estar sem perna, sem boca, sem braço, eu vou fazer de alguma forma. A nossa vida é essa [...] É muita coisa. Você tem que viver fazendo manobra. E isso é triste porque você não pode acordar em paz, “Hoje eu não tenho problema”. Todo dia você tem um. Os brasileiros dizem que eles acordam e tem que matar um leão por dia. A gente mata no mínimo três para viver. A dignidade humana, onde é que está nesta história? (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Os diversos modos de enfrentamento constantemente utilizados pelos entrevistados, em contextos que vão dos mais cotidianos, simples e banais, aos mais complexos e fundamentais, geram uma exposição excessiva de suas imagens, suas decisões pessoais acerca de seus corpos, suas intimidades, além de esforços, desnecessários, que acabam por desgastar estas pessoas. Este desgaste, que é emocional e, até mesmo, físico, impacta em seus planejamentos futuros, na realização ou continuidade de seus objetivos pessoais e em seus acessos a bens e serviços. São pessoas que não podem estar alerta constantemente, pois não se podem dar brechas para que os demais possam ter algo a dizer sobre suas roupas, seus modos, suas escolhas, suas profissões. Alguns sentem que vivem em uma verdadeira guerra em que, ao menor descanso da guarda, podem tornar-se o próximo corpo contabilizado na lista de mortes causadas por transfobia, que anualmente são divulgadas por órgãos internacionais, como o TGEU, no qual o Brasil figura negativamente a posição de líder, com grande folga, nas mortes de pessoas travestis e transexuais. No entanto, há ainda quem se pergunte a razão pela qual algumas travestis e transexuais são tão agressivas no contato social e, não se interessando por conhecer melhor estas pessoas e suas histórias, atribuem a elas próprias, às vítimas, a culpa por seus atos de defesa e sobrevivência.

[...] a violência foi uma das formas de sobrevivência que elas tiveram que ter para poder se defender, não serem vítimas de violência também. Se vestir de violentas para que não sofressem também muito mais, porque a partir do momento que vão para a rua é uma exposição muito maior (Valentina – travesti, enfermeira).

É entre o enfrentamento e a negação da violência, real e/ou simbólica, que os entrevistados constroem as suas táticas e estratégias de defesa contra o preconceito e a discriminação.

4.1.3 **B + A = BA, B + E = BE, B + I = BICHINHA!! BICHINHA!!**

É lógico que eu percebia que de vez em quando os meus pais eram chamados na escola por algum motivo e eu não tinha feito nada. Com certeza eles devem ter tido alguma conversa a respeito disso, “Olha, seu filho está com trejeitos e jeitos”, tanto é que meu pai me levou para viajar com ele e quis me colocar em esportes masculinos, não é? (Valentina – travesti, enfermeira).

A maior parte dos entrevistados possuía o segundo grau completo, tendo finalizado o terceiro colegial, atual ensino médio. Anderson, Bárbara e Valentina, informaram já ter feito cursos profissionalizantes, respectivamente: de segurança privada/patrimonial, de estética e de técnico em enfermagem. Bárbara também estava cursando o primeiro ano do curso de Direito, em uma faculdade particular de uma cidade vizinha à sua. Raquel, graduada em Biologia por uma universidade pública, informou ter ingressado no mestrado na área de genética de outra renomada instituição pública do estado de São Paulo, porém, por não ter conseguido uma bolsa de financiamento para o seu projeto, teve que interromper o curso de pós-graduação: “E meu pai estava precisando de ajuda na empresa, eu já com um tanto de idade, precisando de um registro. Então eu acabei parando para trabalhar, queria dinheiro para comprar um carro, você pensa no futuro”.

Valentina, Anderson e Yara relataram situações de discriminação por parte de funcionários e professores, não somente no ensino fundamental e médio, mas também nos cursos técnico-profissionalizantes. Valentina conta, por exemplo, sobre um professor que, ao pedir que se direcionasse a lousa, mandou que ela andasse como um homem durante o percurso. Em outra situação, no curso de enfermagem, uma professora negou-se a respeitar seu nome social, que constava na lista de chamada, e a tratava sempre pelo nome civil.

Yara, sobre uma professora que teve durante o colegial, quando ainda entendia-se como um rapaz homossexual, disse que:

Ela insistia em me chamar de menina! Tinha lá meu nome V., mas ela falava “E aquela menina? Como se chama?”. Ela insistia, era proposital. Eu tinha o cabelo meio grandinho. Meu irmão ficava doido, estudava na mesma sala, “É ELE! É meu irmão!”. Sempre ela me tratava no feminino. Uma vez uma menina me defendeu, falou: “Você está vendo que é um menino de cabelo comprido!”. Aí uma vez chamaram ela de baleia! “Não sou baleia!”, “Ué, mas você está

chamando ele de menina! A senhora é gorda, vou te confundir com uma baleia” (Yara – travesti, profissional do sexo).

No entanto, Yara disse ter muitas boas lembranças de uma professora, em especial, que, segundo a entrevistada, não fazia diferenças entre os alunos: “Ah! Por não fazer a diferença se você era branco ou preto. Da forma que ela me tratava ela travava os outros. E eu via que era um jeito de tratar com verdade”.

Também Bárbara contou que, quando entrou no curso de estética, teve uma professora que “tinha um *feeling*”. Foi esta professora que, desde a primeira aula, alertou para a possibilidade de se utilizar o nome social nas chamadas: “E era impressionante essa professora. Ela que me mostrou que, realmente, eu poderia. E foi muito legal isso”.

Em outro trecho da fala, Bárbara contou que, após matricular-se na instituição em que cursava a graduação em Direito, a direção organizou uma palestra para tratar a questão da diversidade de gênero, o que ela considerou uma atitude bastante positiva.

No que tange às relações com os colegas de sala e demais alunos, praticamente, não houve dissensos nas histórias vividas pelos entrevistados. Apenas Yara afirmou não ter tido problemas com colegas, durante sua fase escolar. Os demais entrevistados, entretanto, relataram episódios de violências verbais e psicológicas, além de perseguições e agressões físicas.

Só que tinham os coleguinhas na escola que sempre me tratavam, sempre perguntavam “Você é homem ou você é mulher?”. Sempre, desde pequeno. E aquilo lá me... nossa! Era tipo assim, eu tremia quando ouvia isso. Eu chorava. A professora ia me defender, tal. Eu fui crescendo com isso (Anderson – homem transexual, segurança).

Anderson, Bárbara e Raquel falaram sobre um sentimento de não pertencimento a nenhum dos dois grupos binários (meninos e meninas), durante a fase escolar. Não se sentiam aceitos por um ou pelos dois grupos (das meninas ou dos meninos) e assim começavam a moldar a forma como se relacionavam com as outras pessoas.

Na minha época... eu sou mais velho, então, na hora do recreio, tinha aquela história as meninas brincarem de um lado e os meninos brincarem do outro. E eu ficava no meio, chorando muitas das vezes, porque eu queria ir para um lado, mas as pessoas me expulsavam. Aí

eu ia brincar, por exemplo, de pular corda com as meninas, eu empurrava todo mundo, machucava, ia parar na diretoria, aí pronto! Então eu não tinha um lugar. Simplesmente, em muitos recreios eu fiquei olhando a brincadeira dos outros (Anderson – homem transexual, segurança).

Eu tinha a voz fina, eu era muito delicada, nessa época de escola. Daí eu ficava mais com as meninas, porque os meninos tinham aquelas brincadeiras e tal... e bate e chuta... e eu não me identificava com aquilo. E também não era bem aceita, porque eu era muito delicada. Tinha alguns amigos, meninos sim, muitos deles até hoje a gente tem contato, tem amizade, mas eram poucos. Então, eu acabava ficando mais com as meninas, me integrava mais com elas (Bárbara – transgênero, esteticista).

Quando a gente é criança a gente é inocente. Eu sabia que não era um menino, mas não sabia que era uma menina assim. Tinha amizade com meninas e a gente percebe que fica mais com elas que com os meninos e eles começam a te excluir, porque você não joga futebol com eles, sempre com as meninas (Raquel – *transsex*, professora de dança).

O sentimento de exclusão não somente ocorreu com aqueles colegas mais distantes, mas também com aqueles que eram amigos próximos dos entrevistados, o que é ilustrado pelos seguintes trechos das falas de Anderson, Raquel e Valentina.

Tinham as pessoas que não cumprimentavam, não brincavam com você. Tiveram pessoas que eram próximas a você e viram que ficou pesado. Tinham pessoas que falavam assim “Você está andando com essa pessoa, então você é x”. Então, mesmo a pessoa gostando de você, se afastava. Eu não ia questionar, eu entendia. Mas eu sofria por causa disso. Mas tiveram várias pessoas que fizeram isso (Anderson – homem transexual, segurança).

[...] ninguém te convida para as coisas porque você é veadinho (Raquel – *transsex*, professora de dança).

As pessoas naquela época tinham muita vergonha. Porque se você tivesse contato, amizade, que nem a gente comentou dos meninos, que eu não tinha amigos, era justamente por causa disso. Ou você era homossexual também ou você está tendo alguma coisa com ele. Não podia ter amizade, não é? As meninas eram mais difíceis de serem comparadas a isso, mas, assim, se você tem amizade com *gay* você também está querendo desvirtuar. Mas, mesmo assim, elas eram mais resistentes, porque eu acho que elas entendiam um pouco da gente. [...] Eu não tinha grupos de estudo, de amigos, porque ninguém queria que um *gay* frequentasse sua casa. Quando a gente precisava fazer alguma coisa, a gente marcava em um lugar neutro, no pátio da escola ou no intervalo de uma aula, e foram poucas vezes que eu consegui ir

à casa de uma delas. Que também foi uma vez e depois não voltei mais, porque os pais: “Olha, esse tipo de pessoa eu não quero aqui”. Então, tive várias dificuldades neste sentido, tive que estudar sozinha, tive que correr atrás sozinha. Os meus trabalhos, muitas das vezes, eram apresentados por uma única pessoa, só por mim. Mas eu não tinha a visão que eu tenho hoje disso, porque eu não queria pensar. Porque se a gente parar para pensar a gente enlouquece. Eu queria era acabar com aquilo ali logo. Cada ano escolar que se iniciava eu queria que já chegasse logo no final, mas nunca desisti (Valentina – travesti, enfermeira).

Ainda que Yara e Aurora não reconhecessem como preconceitos, unânimes foram os relatos sobre piadas feitas com relação às “más condutas” dos entrevistados, principalmente, no ensino básico e médio, mas também em cursinhos preparatórios para o vestibular, cursos técnicos e superiores. “Veadinho”, “queima rosca”, “põe a cara no sol, mona”, “bichinha”, “ô, joãozinho”, “você faz programa”, “você fala fino” foram alguns dos insultos citados pelos entrevistados. Eles disseram ter se sentido excluídos, acanhados, com medo da interação social, tristes, solitários, chateados e cansados devido às constantes “brincadeiras” sobre suas sexualidades ou as formas de expressarem seus gêneros. Pode-se dizer que o que está por trás de tão recorrentes ofensas é, como aponta Bento (2011, p. 558), “[...] um processo incessante de produção de anormalidade”.

Yara e Letícia contaram que, para além destas ofensas, os comentários discriminatórios acerca de outros estereótipos também as incomodavam: Yara por ser de um bairro periférico muito pobre e Letícia por ser negra, demonstrando o impacto também da soma de estigmas nas discriminações vividas por estes sujeitos. As opções de que dispunham, no caso de quererem continuar frequentando a escola, eram apenas duas: ou aguentavam caladas, naturalizavam as agressões e isolavam-se cada vez mais, ou enfrentavam, às vezes fisicamente, as provocações. Segundo Anderson: “[...] se você abaixar a cabeça, aí te complica. Então você tem que matar realmente aquele leão”.

Passei por muita (discriminação)! Passei sim! Só que naquela época não tinha o que discutir. Você brigava, você chorava, mas você ia contar para o pai que estavam te chamando de veadinho? Jamais ia falar. Aí eu brigava com eles, xingava também, batia de frente. Mas era ruim porque a gente era criança, não tem discernimento do que é certo e errado, então sofre. O pessoal na escola brinca muito. Só que é muita hipocrisia porque todo mundo que brincou comigo hoje já me beijou, não é? (Raquel – *transsex*, professora de dança).

Bárbara, Anderson e Valentina também relataram situações mais extremas, de perseguições que viveram no período escolar.

Bárbara tinha ido beber água quando dois garotos, de outra sala, segundo ela “super homofóbicos”, a encurralaram no corredor e, em meio a xingamentos, simularam que iriam queimá-la com um isqueiro: “Coisa boba, não é? Hoje em dia eu vejo, mas, naquele momento, para mim foi assustador! Eu fui uma criança que tinha muito medo de tudo porque era bem complicado”. A entrevistada contou que, depois deste episódio, passou a ter medo de interações, grandes grupos, pois tinha medo de ficar vulnerável e passar novamente por algo semelhante: “Então eu não dava bobeira, não é?”.

Também foi um garoto de outra sala que, por Anderson ter, simplesmente, cumprimentado uma garota pelo aniversário dela, prometeu lhe perseguir. Assim, quase diariamente, o garoto saía da sua sala de aula, no segundo andar da escola, e ia até a porta da sala de Anderson para xingá-lo de sapatão: “[...] eu tive vontade de sair da escola, eu tive vontade, mas eu falei ‘Não, eu vou enfrentar. Porque eu não vou perder minhas coisas’. Mas eu sofri muita humilhação, nesse ponto eu sofri bastante”.

Como eu te disse, eu era muito sensível, porque eu não sabia o que eu era ainda, então eu me considerava uma criança sensível, uma criança que apanhava flor na rua e levava para a professora, que levava uma toalhinha e forrava a carteira, que organizava lápis, caneta, borracha, tudo em sequência. Então, isso, para moleque, ia totalmente contra. Não gostava de andar descalço, então, isso já era motivo de você ser chacota. Mesmo a gente vindo de uma família muito simples, muito pobre, a minha mãe era uma pessoa muito zelosa, muito cuidadosa, a roupa sempre limpa, muito bem passada. Para menino, ter um caderno impecável era muito difícil, o meu era. Então eu tinha as melhores notas, eu tinha uma grande participação nas aulas e isso tudo era motivo de levar um tapa, levar um empurrão na escada, levar um beliscão, um puxão de cabelo. Colocar um pé na frente, na hora que você levantava para ir ao quadro. Então, a maldade existiu sim, as crianças sabiam que eu não me encaixava no padrão que elas queriam. No colegial já se tornou muito mais agressivo, porque quando você não ia de encontro aos interesses da turma, da maioria, o que eles atacavam? A homossexualidade. Aí eu já tinha noção do que eu queria, das minhas opções, dos meus desejos, então qualquer manifestação que você tivesse que não fosse de encontro à maioria, era o “viadinho”, era “bixinha”, era o “gayzinho”. Tinha uma novela na época, acho que era O Pantanal, que tinha o Zaqueu, ele era um *cowboy*, um peão que era *gay*, então a gente era chamada de Zaqueu, de frutinha. Então no colegial foi muito mais agressivo. Eu apanhei. Uma vez, eu lembro que eu discuti com uma menina na sala e os outros meninos saíram em defesa dela. Porque aí tem aquele negócio, o corpo é de homem, então, “Vamos tratá-lo que nem homem”. Não tem o mesmo cuidado que teriam com a menina, porque ela tem o

corpo físico de mulher, então, “Vamos bater porque aguenta a porrada”, não é? (Valentina – travesti, enfermeira).

Com relação às perseguições dos colegas, Valentina ainda disse: “Dizem que criança não tem maldade, mas criança tem muita maldade. São as que mais são maldosas. Dizem que é uma maldade inocente, mas eu não acredito nisso. Sofri muito na mão de coleguinhas”. Segundo a entrevistada, alguns amigos lhe relataram situações ainda piores do que as que ela viveu. A conclusão a que ela chegou, diante dessas experiências, é a de que quanto mais feminina era a expressão do gênero dos meninos *gays* ou de identidade trans, mais eles sofriam.

Agora, se você conseguia manter pelo menos, a gente costuma brincar entre a gente, se você conseguia ao menos não dançar o Piripimpim da Gretchen você já tinha uma vantagem. [...] Apanhei muito por causa desse Piripimpim da Gretchen, viu?! Na rua, em casa (Valentina – travesti, enfermeira).

Diante destas relações escolares de discriminação e violências, os entrevistados, assim como nas demais relações do cotidiano, desenvolveram táticas para lidar com as violações e manterem-se como sujeitos socialmente ativos e minimamente aceitos e inseridos.

Para não ter de usar o avental, obrigatório a todas as alunas, que em muito lembrava um vestido, Anderson fingia ter frio todas as manhãs, mesmo durante os quentes verões, para que a sua mãe lhe permitisse usar calça comprida. Os jogos de vôlei também lhe permitiam um vestuário menos delicado, além de proporcionar-lhe momentos de interação social e contato físico com outras pessoas.

Eu comecei a jogar no time da escola. Ali você podia colocar um *short*, tal e quando você ganhava todo mundo vinha te abraçar, inclusive as meninas! Aí eu falei “Arrumei o ponto, não é? Nossa, eu vou me dedicar ao vôlei!” Pena que eu machuquei meu joelho e acabou, aí ferrou, não é? (Anderson – homem transexual, segurança).

Valentina, que não gostava das partidas de futebol, obrigatórias aos meninos nas aulas de educação física, contou:

Então eu tinha um artifício, porque tinha que ir e jogar na educação física. Aí tinha um outro menino que a gente tinha um “teretetê”, eu e ele, e eu colocava ele para me marcar, “Olha, você me marca porque senão eu vou falar que eu fico com você”, não é? Então ele ficava me

marcando e ninguém me passava a bola. Porque quando a bola vinha ele saía e já pegava, pronto, e eu fingia que desanimava. São estratégias. A gente vai criando estratégias, não é? Quando a gente começa a ter um pouco de noção (Valentina – travesti, enfermeira).

Valentina contou que, em determinado momento, adotou uma postura de revolta e agressividade para lidar com as pessoas, colegas, funcionários e professores, assim, segundo ela: “[...] essa fase da revolta serviu de armadura para que as pessoas: quem gostava gostava e quem não gostava se afastava”.

Já Anderson, ao invés da revolta, utilizou-se da política da boa vizinhança principalmente para com os professores e funcionários, ou seja, aqueles que ele entendia que poderiam interceder por ele.

Eu comecei a me safar para não ficar muito pesado. Eu ia na diretora, fazia amizade com a diretora, ia tomar café com o diretor. A professora descia do carro eu ia buscar o caderno, tudo. Tipo assim “Olha, eu sou isso, mas não sou um monstro”. E aí, automaticamente vem a defesa, quando alguém falava: “Olha o tênis que a fulana está usando, olha o número do tênis”, aí a professora me defendia. Então, qualquer probleminha que eu tinha, independente do que fosse, eu via ela como aliada. Foi assim que eu sobrevivi na escola, porque senão eu não ia à escola (Anderson – homem transexual, segurança).

Bárbara, entretanto, não optou nem por interação/aceitação, nem por enfrentamentos. Para ela, o importante era passar despercebida: “[...] eu era aquela trans que se escondia. Você entendeu? Então eu me escondia, eu tentava ficar o mais escondidinha possível, passar batido para que ninguém percebesse que eu era uma travesti. Por medo de sofrer algum preconceito”. A entrevistada entendia que esta postura “é o mal das pessoas trans”, o que acarreta em, muitas delas, não terem relacionamentos amorosos, amigos, um convívio social: “Isso vicia. Você vai passando, achando que você é mulher, mas sempre vai ter uma hora que a pessoa vai perceber que não. Então, isso te assombra”.

O medo da descoberta, de ser “puxada para fora do armário” assombra as vivências trans, quer seja na escola, na vida cotidiana, no trabalho, a ponto de algumas preferirem esconder-se do convívio social. Quanto a isso, Yara disse: “Acho que é o preconceito próprio que não deixa a pessoa sair”. Talvez, seja preciso, como Bárbara disse, que estas pessoas tenham “uma personalidade mais confiante”, ou seja, que sejam mais seguras de si mesmas, para conseguirem se socializar. No entanto, esta confiança não nasce de processo individual, mas sim a partir das relações que vão sendo

construídas no convívio diário com os demais sujeitos sociais, que normalmente as evitam e excluem socialmente.

Anderson e Valentina também entendiam ser uma tática efetiva, a superação de si mesmo e dos demais para evitar as discriminações e interagir socialmente. Para eles:

Eu costumo dizer que a gente que é *gay*, homossexual, travesti, a gente tem sempre que ser mais que as outras pessoas. Justamente por causa da inteligência, porque às vezes a gente não tem força física para confrontar, então a gente confronta na inteligência (Valentina – travesti, enfermeira).

Eu sempre tentei me safar mostrando respeito, me mostrando melhor, então, se você tem que matar um leão por dia, eu tinha que matar dois. Para mostrar, para poder sobreviver naquilo (Anderson – homem transexual, segurança).

Os relatos sobre o incentivo à permanência nos estudos dividiram-se. Anderson e Bárbara, devido às relações escolares, chegaram a querer interromper seus estudos, porém os seus pais não permitiram e mostraram apoio aos filhos. Segundo Anderson: “[...] e por ser pobre, não dá para brincar. Você tem que, pelo menos, aprender a ler e escrever para arrumar um serviço. Então, foi onde eu enfrentei esses medos, esses xingamentos, para poder tocar minha vida”.

Valentina, diferentemente, contou:

O meu pai, ele estudou até o terceiro ano do colégio. A minha mãe eu acho que foi até a quarta série. Então, para o meu pai, o interessante para ele era que a gente trabalhasse, não é? Porque o pessoal, antigamente, tinha uma cabeça de ter vários filhos para poder ajudar na renda. [...] Não tive incentivo, não tive apoio. A referência que eu tinha na época era um tio meu que tinha feito o primeiro ano do colegial. Então, na minha cabeça, se eu conseguisse superar ele eu seria o melhor da família. Porque meus avós tiveram dez filhos e também nas mesmas condições, estudou quem quis, e ele era minha referência. [...] Se eu estudei até onde eu estudei foi porque eu quis ser diferente, fazer diferença, não quis concordar com o padrão de sociedade que naquela época era mais ainda voltado para gente que era a prostituição. Ou você se prostituía ou você ia trabalhar na roça e eu não aceitei isso (Valentina – travesti, enfermeira).

Para além da falta de incentivos, Valentina também passou por situações de desmotivação. Contou que, quando iniciou o curso técnico em enfermagem, no momento de apresentar-se ao restante da sala, a coordenadora do curso, ao perceber-se

diante de uma travesti, interrompeu a apresentação de Valentina conforme contou a entrevistada:

“Posso te fazer uma pergunta?”, ela não perguntou nada para ninguém, nada! Perguntou para mim: “Você não escolheu o curso errado?”. “Por que?”, aí ela falou: “Não, porque, assim, seu perfil, eu acho que você devia fazer moda, cabelo, maquiagem, estética, não é? Não seria uma opção melhor para você?” (Valentina – travesti, enfermeira).

Anos mais tarde, ao se encontrarem em um evento da rede estadual de saúde, aquela coordenadora pediu desculpas à entrevistada dizendo que, na época em que Valentina se matriculou para o curso, a instituição tinha muita preocupação se ela conseguiria se colocar no mercado de trabalho.

Valentina também contou que teve de interromper um curso de informática que estava fazendo, por um motivo que deveria ser torpe, mas que, até hoje, é abordado quando se fala em pessoas trans: o uso do banheiro.

Em relação ao banheiro, como eu sabia que eu não me encaixava em nenhum padrão, eu ficava me torturando em relação ao banheiro, não ia. E isso foi. Infância, adolescência, fase adulta. Abandonei um curso, depois já de uma certa idade, eu acho que eu tinha uns trinta e quatro anos. Abandonei o curso justamente por causa do banheiro. Eu já sabia dos meus direitos, não é? Mas fui proibida de usar o banheiro. Eu não pedi nem para usar o banheiro feminino da escola, eu pedi para usar o banheiro dos funcionários, justamente, porque tinha menos fluxo de pessoas e talvez eu não fosse constranger ninguém. Tiveram que fazer um conselho, fazer um documento, mandar para a secretaria do estado, quarenta dias depois, quando veio a resposta, eu me decepcionei muito. Sem xixi e sem banheiro. Das seis da tarde, que era a hora que eu saía de casa, até meia noite e quinze, a hora que eu voltava. E a resposta me decepcionou muito porque, abre aspas, Para o Centro X, você não tem nenhuma necessidade especial para atender à sua solicitação. Pelos padrões de seleção, os alunos do Centro X têm um nível de esclarecimento muito maior, então a sua necessidade não é específica, podendo você usar o banheiro masculino. Masculino! Aí eu já não precisava mais passar por isso, falei: “Ah! Quer saber de uma coisa? Eu não vou ficar me torturando como eu já fiz até aqui não”. Podia ter brigado, podia ter, mas é isso que eles querem. Eles querem que a gente brigue, que a gente arranque a roupa, porque aí eles falam “Olha lá! É barbaqueira, é suja, eu avisei”. Então preferi não passar por esse processo. Algumas coisas a gente tem que desistir, não é? Não dá para ficar brigando (Valentina – travesti, enfermeira).

Quanto à interrupção dos estudos, Letícia contou que interrompeu um cursinho pré-vestibular que fazia, pois começou a relacionar-se com uma menina mais nova e preferia matar as aulas para com ela sair para beber.

Yara disse que chegou a passar no vestibular de uma instituição particular de sua cidade, mas que isto ocorreu concomitantemente às suas primeiras montagens para prostituir-se e que, assim, sua vida tomou outros rumos.

Como aponta Bento (2011, p 558): “A natureza da violência que leva uma criança a deixar de frequentar a escola porque tem que trabalhar para ajudar a família não é da mesma ordem daquela que não consegue se concentrar nos conteúdos transmitidos porque é ‘diferente’”.

As opiniões dos entrevistados também se dividiram ao serem questionados sobre suas percepções quanto à atual abertura das escolas e universidades às pessoas LGBT. Valentina demonstrou ter uma visão unicamente negativa quanto a esta abertura, os demais participantes hora percebiam violações, hora avanços.

Raquel iniciou a sua fala dizendo que as instituições de ensino “[...] são super abertas” às pessoas LGBT, no entanto, reconheceu, por lembrar-se dos relatos de uma amiga, que este grupo social ainda passa por constrangimentos quanto ao respeito ao uso de seus nomes sociais.

Anderson disse ver alguns avanços no que se refere ao respeito aos direitos da pessoa LGBT. Para ele, em geral, no ambiente escolar os alunos têm mais liberdade para usar cortes e cores de cabelo extravagantes, brincar de jogos e brinquedos tipicamente tidos como do outro gênero, vestir-se da forma que desejar sem maiores recriminações. No entanto, ele reconheceu que, até os dias atuais, o uso do banheiro é tema que envolve um grande conservadorismo.

Letícia disse que, apesar de estarem mais abertas às pessoas de orientação sexual homoafetiva, as escolas e universidades ainda não aceitam pessoas travestis e transexuais.

Valentina apresentou o ponto de vista mais negativo sobre este assunto. Para ela, os educadores, tanto do ensino básico quanto do superior, não estão qualificados para tratarem da questão LGBT, nem para lidarem com estas pessoas: “Passaram-se os anos, mudaram-se os representantes, mas as dificuldades são maiores ainda hoje em dia, não é? Não está fácil não”. E, assim como Anderson, ela acreditava que as escolas não estão dispostas a abordar questões que, a seu ver, são essenciais como, por exemplo, a sexualidade.

Mas, infelizmente, a gente está partindo para uma era de governabilidade por evangélicos, não é? Nós precisamos tomar muito cuidado com isso. Não tenho nada contra, cada um é o que tem que ser, segue, acredita naquilo que acha que é melhor, mas eu acho que atrapalha. Eu tenho medo que volte a caça às bruxas, a inquisição de uma forma mascarada, não é? Porque se você pensava algo diferente, naquela época, você era queimado em praça pública. [...] Tudo isso gera a marginalização, não é? Porque a pessoa não pode estudar, o que ela vai fazer? Ela não tem o direito, não pode, não se sente bem. As minhas amigas adolescentes que são travestis, a maioria já saiu da escola. Não foram dois meses. Justamente por causa desses problemas (Valentina – travesti, enfermeira).

Bento (2011) afirma que, ainda que, as escolas tenham, historicamente, cumprido um papel de reprodução de uma visão naturalizada das relações sociais, tem sido notada a inclusão de debates que atravessam a sociedade brasileira também nas agendas escolares. Segundo a autora, incessantemente, são produzidos contradiscursos, justamente, por causa de “(...) um saudável incômodo de educadores/as, gestores/as das políticas públicas e do ativismo em trazer para o cotidiano escolar a reflexão dos direitos humanos” (BENTO, 2011, p. 558). Entretanto, como bem elucida a fala de Valentina, atualmente, temos vivenciado tempos de crescente interferência de fundamentalistas religiosos e figuras extremamente conservadoras no processo de desenvolvimento de políticas públicas e educacionais voltadas a tratar de temas como a sexualidade no ambiente escolar. O que pode paralisar ou retroceder os avanços conseguidos até o momento, principalmente, quanto à conquista de espaços para o livre debate e garantia de direitos humanos básicos.

Yara acreditava que as universidades estavam mais bem preparadas que as escolas do ensino básico, porém, assim como Raquel, citou o exemplo de uma amiga que frequentemente tem de “quebrar o pau” na faculdade em que estuda para ter seu nome social respeitado.

Eles já dão aula para pessoas adultas, então é para eles estarem preparados, mais acostumados, não é? Não é nem acostumado não! Eles têm que respeitar e estar preparados, psicologicamente e fisicamente, para receber qualquer um na faculdade. Eu acho que é o mínimo (Yara – travesti, profissional do sexo).

A escola não é somente o local onde circulam os conhecimentos, saberes práticos e teóricos, mas também local onde se reproduzem e compartilham valores,

crenças, regras e normas sociais. Segundo Junqueira (2012), a escola brasileira, ao longo da história, estruturou-se com base em um conjunto de valores e crenças responsáveis por reduzir a figura do “outro”, daquele que é o “diferente” e, conseqüentemente, inferior, pervertido, contagioso, todos aqueles que destoam do ideal social masculino, heterossexual, branco, física e mentalmente “normais”. Não por menos, os relatos dos entrevistados referiram-se à escola como palco de processos de produção de diferenças e relações de poder que culminaram em preconceitos, processos de distinções negativas e de violências verbais, físicas e psicológicas por parte de alunos, funcionários e gestores, que tentaram organizar e enquadrar seus corpos, gêneros e sexualidades na lógica binária macho/fêmea, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, (re) produzindo e atualizando os parâmetros da heteronormatividade. Situações como as relatadas pelos entrevistados são exemplos de um regime de vigilância e controle do gênero e da sexualidade aplicados em diversos contextos (não apenas familiares, mas escolares, religiosos e até mesmo profissionais) na tentativa de se manter uma ordem, uma norma heterossexual das relações sociais. Neste sentido, Souza e Bernardo (2014) afirmam que:

[...] a austeridade do sistema educacional, que reflete os preconceitos e as cristalizações presentes na sociedade, atua de forma muito negativa na vida cotidiana e na subjetividade das mulheres transexuais, durante todas as fases de sua existência, tendo um significativo impacto no momento de buscar colocação profissional (SOUZA, BERNARDO, 2014, p.172).

Para os entrevistados, a educação advinda da escola e, também, a educação recebida no lar adquiriam sentidos diversos. Raquel, Valentina, Yara e Aurora entendem a educação como um diferenciador social. Desta forma, Raquel contou que, antes de realizar qualquer mudança na forma como expressa o seu gênero, priorizou os estudos: “[...] meu propósito foi estudar primeiro, antes de ser o que eu sou hoje. Você sabe que, querendo ou não, tem preconceito, não é?”. Além disso, para a entrevistada, o fato de ter sido a primeira da família a entrar em uma faculdade pública conferiu-lhe uma importante posição perante os pais e irmãos. Valentina também disse: “Eu digo hoje para o pessoal mais novo: ‘Estudem e trabalhem’. Porque a partir do momento que você tem conhecimento você se torna diferente das outras pessoas”. O pai de Aurora também entendia a educação como fator social diferenciador. Quando ela assumiu-se *gay* ele disse que ela poderia ser o que quisesse, desde que estudasse. Yara reconheceu a

educação, principalmente a que recebeu de sua mãe, no contexto familiar, como fundamental para que se diferenciasse das demais crianças do bairro, bastante pobre, em que vive: “Eu penso assim: eu moro em um bairro periférico, você vê que em toda esquina tem três, quatro vendendo um tipo de coisa. Se você parar para analisar, era para eu ser o que? Era para eu estar também [vendendo algo ilícito], se fosse ver”.

Cinco dos sete entrevistados, disseram reconhecer a escola como local de interação social, aprendizado de valores sociais e preparação para o exercício da cidadania, principalmente, no que tange ao respeito às diferenças.

[...] é o lugar que a gente aprende tudo de um ser humano. Em primeiro lugar a lidar com pessoas diferentes e maneiras diferentes de cada um. É uma adaptação (Raquel – *transsex*, professora de dança).

É mostrar que é necessário essa fraternidade, esse carinho um com o outro, não só a educação ABCD. Realmente o respeito. É o que a escola deveria mostrar (Anderson – homem transexual, segurança).

É um ambiente de socialização que prepara o sujeito para ser um bom cidadão. Ensina desde cedo a dividir as coisas, a interagir uns com os outros, a conhecer e lidar com as diferenças, a saber o que nos espera no mundo lá fora, não é? (Letícia – mulher cisgênero, tapeceira).

Para mim foi muito bom, a gente aprendeu a respeitar os mais velhos, a respeitar as diferenças, a respeitar as opiniões, porque tinha uma matéria na minha época, que hoje não existe mais, que era Educação Moral e Cívica. Então a gente criava um respeito, abordava temas para que você aprendesse a respeitar, a amar a pátria, aprendesse a defender a sua nação, o lugar eu você mora, sua comunidade. Então eu tive uma fundação escolar muito boa, que serviu que me desse alguns valores (Valentina – travesti, enfermeira).

Educação não é só escola, não é? Primeiro os pais tem que estar preparados para educar um filho a aprender a respeitar um negro, o branco, a travesti, o *gay*. Acho que a educação começa ali, no berço, dentro de casa. [...] Eu acho que, por mais que meus pais não tinham condições, a educação veio. Aprendi a respeitar o seu espaço, o espaço do outro, a não mexer no que é dos outros, a não reparar na outra que é gorda, a não reparar no outro que é pobre. Eu encaro isso como educação (Yara – travesti, profissional do sexo).

Pode-se perceber uma idealização do contexto e da função escolar por parte dos entrevistados. A escola, representada como local de construção do sujeito para a vida social, de interação social e de aprendizado de valores e respeito às diferenças, nada tem a ver com a escola que de fato vivenciaram.

A educação, também, foi representada como meio para o autoconhecimento e conhecimento de direitos. Anderson, Valentina e Raquel acreditavam que, se a temática LGBT fosse mais e melhor tratada dentro das escolas, muitas pessoas não teriam problemas de autoaceitação. Segundo Raquel: “[...] ela não vai precisar sair dali e ir para um psicólogo, porque você já trabalhou com ela o que é certo, o que é errado. Depois que ela sair ela já vai ter a cabeça formada e não vai sofrer tanto lá na frente”.

Conforme apontam Brancaleoni e Oliveira (2016), a promoção de um espaço para debate sobre temas como sexualidade e identidade de gênero, junto a alunos e docentes do ensino médio, é capaz de fornecer importantes informações e reflexões sobre estes temas, o que demonstra ser a escola um importante espaço para a formação dos alunos, por meio do diálogo, do esclarecimento, da desconstrução de crenças e padrões sociais tidos como naturais e da transformação de posturas discriminatórias e preconceituosas, auxiliando o processo de construção de cidadãos que reconhecem e respeitam as diferenças.

Para Bárbara, a educação, inclusive a que estava recebendo na faculdade de direito, lhe permitiria saber: “[...] até onde eu posso ir, sabe? E até onde as pessoas podem ir comigo também”. Enquanto que, para Aurora, para além da capacitação profissional, a capacitação básica permitiria o acesso aos conhecimentos da vida cotidiana, como fazer e registrar um testamento, por exemplo.

Há trechos na fala de Bárbara que demonstram que a educação, para ela, também se refere à inclusão ou mesmo aprovação social, desejo de enquadramento.

Aí comecei a fazer faculdade, que eu imaginei que faculdade ia me trazer um conhecimento maior, fosse me incluir melhor [...] para tentar, realmente, me incluir na sociedade. Porque eu sou uma pessoa que não gosto de ser excluída. [...] Inconscientemente, eu acho que é uma busca dessa aprovação de, sei lá, da sociedade em relação a você também, não é? (Bárbara – transgênero, esteticista).

Em sentido contrário do que disse Bárbara, Valentina acreditava que, em alguns momentos, suas relações escolares poderiam ter lhe prejudicado, referindo-se àquela coordenadora que lhe indicou fazer outro curso que fosse “mais do perfil dela” do que a enfermagem: “Se eu tivesse ouvido o que os meus mentores me disseram, na época, eu não teria chegado onde eu cheguei”.

Interessante foi o que afirmou Anderson, quando disse que, conseguindo a alteração de seu nome civil em seus documentos, poderia matricular-se em cursos

profissionalizantes que tem interesse em fazer, porém são exclusivos/tipicamente para homens. O que demonstrou um entendimento de que poder estudar em determinados cursos também é uma forma dele construir ou reafirmar o gênero com o qual se identifica. Ou seja, a educação, os ambientes escolares/formativos, também são meios para a performance do gênero e construção das identidades de gênero. Também em outras situações, verifica-se o impacto da educação na forma como os outros reconhecem o sujeito que estuda em determinados cursos. Por exemplo, um garoto que se proponha a estudar moda, enfermagem, fonoaudiologia, letras, pedagogia, farmácia, tidos como tipicamente femininos, deve estar ciente que enfrentará muitos questionamentos sobre a sua sexualidade e, até mesmo, sua identidade de gênero.

Todos os entrevistados reconheceram haver uma relação direta entre escolaridade e acesso ao mercado de trabalho formal.

Se você tem esse conhecimento, provavelmente, você vai ter um trabalho melhor, um emprego melhor. Agora, se você não tem educação na sua casa, a base, um bom profissional na escola para te passar um certo conhecimento, como que você vai conseguir um trabalho, alcançar seus objetivos? Por isso que tem tantos nas esquinas vendendo drogas, tem gente que prefere roubar do que estudar. Eu acho que tem tudo a ver a escola e o mercado de trabalho. Por mais que você não vá concluir uma faculdade, fazer um estudo aprofundado, você, tendo o básico, você consegue ter um trabalho, não maravilhoso, mas dá para você se manter também. Mas, se você não tem nem o básico, vai ter o que? (Yara – travesti, profissional do sexo).

Então eu peguei tudo aquilo que eu aprendi no curso e falei: “Eu vou administrar minha vida, vou administrar essa carreira”. E deu certo. [...] Foi uma coisa que eu apliquei na minha vida e eu realmente conquistei, você vê tudo que eu tenho hoje, quer dizer, se fosse ficar trabalhando para os outros, não ia ter nada disso, vai saber não é? [...] Então esse curso me deu essa imagem. Ele, realmente, me mostrou o quanto é importante você se profissionalizar e o quanto é importante você estar qualificado para o que você quer fazer, não ser só mais um, mas ser o melhor, o melhor que você puder ser (Bárbara – transgênero, esteticista).

Se meu pai faltar tem a empresa, mas nada é para sempre. Então, se todo mundo tem um estudo, a gente consegue se virar. [...] A pessoa tem que estudar. Qualquer concurso pede um estudo. Eu ressalto bastante aqui na ONG a importância de estudar (Raquel – *transsex*, professora de dança).

Quem estuda mais ganha mais (Letícia – mulher cisgênero, tapeceira).

Então quer dizer, se eu fosse parar [os estudos] eu não estaria onde cheguei (Valentina – travesti, enfermeira).

Hoje em dia para você ser faxineira você tem que ter no mínimo oitava série. Muitas não têm nem isso! (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Raquel e Anderson comentaram, ainda, que, desde a escola as crianças, principalmente, TTs precisam de um apoio e preparo maior para poderem enfrentar situações de discriminação quando chegam ao mercado de trabalho.

A entrevista vai começar assim, “Mas você é operado? Mas você é isso, mas você é aquilo?”. Das suas qualidades alguém vai perguntar? [...] Até então você parece o João, “Ah! Mas você é a Maria?”, “Mas você tem namorada? Vive na noite?” são as perguntas que fazem. “Você deve beber muito e comer torresmo!”. Eu já ouvi isso! Gente, o que é que tem a ver? Eu não gosto. Beber eu bebo de vez em quando. [...] São coisas que as pessoas colocam na cabeça e acham que é igual para todo mundo. Como todo *gay* é promíscuo, toda travesti é prostituta, todo homem trans é o cara que bate, que briga, que é bebum. Então, infelizmente, são coisas que você leva sem querer, sem ser (Anderson – homem transexual, segurança).

A pessoa tem que ter um certo estudo. Querendo ou não pode ter uma discriminação no comércio, “Não quero ser atendido por você”, porque tem! A gente não pode ofuscar isso porque vai existir. Então a pessoa tem que estar preparada para enfrentar essas coisas ou um olhar diferente (Raquel – transex, professora de dança).

A fala de Raquel demonstra uma compreensão, partilhada por outros entrevistados, de que cabe à própria pessoa que é vítima do preconceito possuir um aparato psicológico que dê conta das discriminações vivenciadas no trabalho. Caberia, unicamente, à vítima saber lidar com os inevitáveis abusos cometidos pelos clientes, colegas de trabalho e superiores. A fala de Anderson, entretanto, fornece elementos para pensar na relevância de conhecer não apenas as representações sociais dos sujeitos excluídos do mercado formal de trabalho, mas também as daqueles que ocupam ou ocuparão postos de poder nas organizações, poderão contratar essas pessoas e terão a prerrogativa de lhes fechar ou abrir as portas para uma vida profissional digna e minimamente assistida.

Anderson, entretanto, apesar de demonstrar entender que com um nível de escolaridade elevado é possível ter acesso aos empregos mais bem remunerados, também disse que, quando se trata de pessoas LGBT, nem sempre a formação é um

fator de destaque profissional ou garantia de empregabilidade. Para o entrevistado, desde o momento da entrevista, a incompatibilidade entre o nome que consta nos documentos do candidato e a sua imagem real já é fator suficiente para que ele seja descartado do processo seletivo para uma vaga de emprego. O entrevistado relacionou, ainda, este tema com os preconceitos sofridos no ambiente escolar que geram a “evasão”, ou mais apropriadamente, como aponta Bento (2011), expulsão escolar dos estudantes LGBT, já que o que se percebe é “[...] um desejo de eliminar e excluir aqueles que ‘contaminam’ o espaço escolar” (p. 555), o que traz impactos negativos em suas vidas profissionais.

O curso te dá um passo à frente? Nem sempre! [...] A escolaridade, dependendo o trabalho que você vai, que você quer, que você deseja, que paga um pouco mais, impacta. Só que para quem é trans ou *gay*, o pessoal LGBT que sofre esse preconceito na escola, como que você vai ter uma escolaridade, ter alguma coisa, para ter um trabalho melhor? Isso é complicado. Muitos fogem. Vai fazer aquilo que tem em mãos. Você aceita. Muitas das vezes não tem e aí se prostitui. É necessário, se você tem uma escolaridade, e é um direito ter isso, para você arrumar um serviço melhor. Mas infelizmente não é nossa realidade (Anderson- homem transexual, segurança).

Yara concordava com Anderson. Segundo a entrevistada: “[...] se eu falar que amanhã eu volto a estudar, quem me garante que eu vou ser bem empregada mesmo formada, devido a esse preconceito?”.

Consonante com as afirmações de Dubar (2005) sobre a relação observada entre baixa escolarização e maior dificuldade de empregabilidade, Rondas e Machado (2015) apontam que a pouca formação profissional observada entre a maioria TT está diretamente relacionada a uma condição de baixa escolaridade ou evasão escolar, o que impacta nas possibilidades profissionais destas pessoas. Entretanto, as falas de Anderson e Yara demonstram que uma boa formação ou uma qualificação específica para um determinado cargo não são fatores suficientes para a garantia da empregabilidade do sujeito TT. Desta forma, mais próximo destas realidades parece ser o que afirma Irigaray (2007), quando aponta que, no caso de travestis, diferentemente de pessoas *gays* e lésbicas cuja identidade social é invisível e passível de camuflagem como “estratégia de sobrevivência”, a classe social e o nível de escolaridade não facilitam a entrada no mundo corporativo.

Por fim, pode-se perceber que os entrevistados gostariam de ter vivido a fase escolar como uma experiência melhor do que de fato viveram. Bárbara e Valentina, neste sentido, fizeram comentários bastante expressivos.

Eu devia ter ido mais além, mas a questão em si era o *bullying* na escola. Eu acho que esse *bullying* fez com que eu pensasse um pouco, tivesse um pouco de medo e me conformei com a situação. Tenho um emprego público e acabei me conformando com essa situação. Mas tenho projetos, tenho planos ainda. Nunca é tarde (Valentina – travesti, enfermeira).

Mas eu sofri, eu sofri muito. Eu poderia ter aproveitado muito mais uma escola, eu poderia ter interagido muito mais com as pessoas. Acabei me afastando, me fechando. Hoje, essa sociedade nova, essa obrigação que vocês vão ter de respeitar nós *gays* é, justamente, para isso. Para que a gente possa se defender, a gente possa ter uma vida normal (Bárbara – transgênero, esteticista).

O contexto escolar, hegemonicamente, apresenta-se como local de manutenção das relações com base nos preceitos da heteronormatividade. A instituição como um todo (funcionários, professores, colegas de sala, alunos de anos superiores) colocam, cotidianamente, em prática uma série de comportamentos de regulação dos limites possíveis das performatividades dos gêneros masculino e feminino. É importante afirmar que não apenas o contexto escolar demonstra essa função de enquadramento binário dos desejos e expressões, como também a percebemos nas relações que se dão no âmbito da família, nas brincadeiras de rua, nos programas de televisão, desenhos animados, nos esportes etc.. Porém, como aponta Bento (2011), ainda que haja um projeto social maior, uma engenharia de produção dos corpos e desejos normais, além dos muros da escola, nesta encontra-se um terreno fértil de disseminação da “correta” reprodução social.

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em “evasão” [...] quando se fala de escola, tudo aparece sob o manto invisibilizante da evasão. Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o

cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia (BENTO, 2011, p. 555).

Estes processos de normatização, que são sempre acompanhados de processos de diferença, impactam direta ou indiretamente na formação, desempenho e perspectivas acadêmico-profissionais destes sujeitos, já que a escola também é local onde se prepara o futuro trabalhador, local privilegiado da preparação técnica e moral para a vivência no mundo do trabalho. Segundo Junqueira (2015), uma análise do cotidiano escolar permite perceber situações e procedimentos pedagógicos/curriculares que reproduzem e aprofundam as diferenças sociais e interferem na formação e no desempenho, bem como na produção daquilo que é entendido como “sucesso” e “fracasso” escolar.

4.2 LGBTTrabalho: trajetórias e representações sociais de sujeitos de corpos transgressores sobre trabalho

4.2.1 Percalços laborais: as trajetórias de trabalho dos entrevistados

Os entrevistados relataram trajetórias de trabalho muito diversas umas das outras. A seguir, será apresentado um breve panorama de suas trajetórias profissionais.

Raquel começou a trabalhar aos dez anos de idade, auxiliando o pai em diversos negócios. Assim, entregava leite e fazia cobranças, quando o pai teve uma pequena produção de gado leiteiro; foi caixa e vendedora em uma loja de ferragens; vendeu espetinhos e bebidas no bar que o pai organizava nos rodeios; auxiliava-o, de forma geral, durante a curta vida da fábrica de cerâmicas que também tiveram. Conforme comentou: “Fazia de tudo, eu era o quebra galho”. Após graduar-se em biologia, mudou-se para uma cidade próxima à de seus pais, onde conciliou o mestrado em genética (o qual abandonou, como dito anteriormente) com o emprego de auxiliar administrativo em um escritório de contabilidade. Quando decidiu abandonar o mestrado, retornou à cidade natal e começou a auxiliar o pai em sua loja de ferragens, ao mesmo tempo em que atuava como docente substituta de biologia, matemática e química, ali e em um município vizinho. Raquel contou que, houve um dia em que se esqueceu que estava usando roupa íntima feminina e, ao se abaixar para pegar um giz que caíra, os alunos notaram a peça rendada.

[...] então a aula acabou ali. A partir desse momento, logo na primeira aula, eu entrava na sala e já dizia o que eu era: “Olha, aqui eu sou um profissional, eu estudei para isso, quem manda na sala sou eu, eu vim aqui para ensinar. Eu sou homossexual, só que da minha vida para fora quem manda sou eu, vocês não têm nada a ver com isso. Se alguém quer ser meu amigo que bem, se não quiser também. Mas aqui, do portão para dentro, eu sou um profissional e vocês vão ter que admitir isso, não tem jeito, eu estudei para isso e não foi pouco não” (Raquel – *transex*, professora de dança).

Raquel afastou-se da docência após quase sofrer um acidente de carro a caminho do trabalho, por compreender que estava trabalhando demais e aproveitando pouco o dinheiro que recebia e por querer dedicar-se mais às atividades esportivas: “Então, estava ganhando bem, não precisava me matar tanto. Eu estava tão jovem para me matar, não é? Fui curtir mais a vida”.

Para acompanhar um namorado, começou a frequentar uma ONG, na qual passou a dar aulas de dança. Neste momento da vida, Raquel já não usava mais roupas masculinas e já se apresentava com o seu nome social. No momento da entrevista, estava há cinco anos trabalhando nesta ONG e há cerca de um ano dava aulas de dança em outras escolas da cidade, analisava propostas para trabalhar também em escolas da região e, esporadicamente, organizava desfiles de moda *plus size*.

O primeiro emprego de Anderson foi, aos quinze anos, em uma panificadora, indicado pela irmã que já trabalhava no local. Assim, como disse, não precisou fazer entrevistas e submeter-se às dinâmicas de seleção de pessoal, tipicamente realizadas pelas empresas, ou seja, não teve de: “[...] explicar um monte de coisas”. Permaneceu neste emprego por cinco anos, até que a empresa encerrou as suas atividades. Depois disto, como teve muitas dificuldades para conseguir um emprego, passou a vender quindins que ele mesmo fazia. Foi quando, novamente, por meio de indicações da sua irmã, conseguiu emprego em uma loja de materiais esportivos, onde permaneceu por cerca de quatro anos. Decidiu, junto da companheira que tinha na época, abrir um bar/mercearia, com as economias que tinha feito. No entanto, teve de fechar as portas do negócio, pois, segundo o entrevistado, os vizinhos e potenciais clientes não compravam seus produtos, já que se tratava de um “estabelecimento de lésbicas”. Conseguiu, então, emprego em uma conhecida rede de lojas de móveis e eletrodomésticos no setor de cobranças, área tipicamente masculina, o que muito lhe agradou.

Acabou saindo deste emprego, após a empresa ter feito uma mudança na forma de pagamento dos trabalhadores, na esperança de conseguir um salário melhor em outro local, o que não aconteceu de pronto.

[...] não consegui emprego por quê? Sempre aquela estória, minha aparência. Olha eu fui em várias lojas do ramo, de cobrança, de vendedor, seja lá o que for, e não consegui. [...] Eu fiquei sete anos mais ou menos, fazendo bico! Vendendo balas em catálogo, vendi miojo. E em toda entrevista que eu fiz foi assim, “A gente entra em contato”. Até hoje eu estou esperando. Quando entraram em contato e fui fazer o teste, quando eu entrei, eu me disfarçava, não é? Me fantasiava [de mulher] para ir na entrevista. Colocava uma blusinha de alça, mas não tem jeito. Andava que nem um pinguim. Na hora, o cara já olhava para mim, olhava, você vê ali aqueles cinco segundos de, “Putz! Não vai dar certo” (Anderson – homem transexual, segurança).

Quando ele conseguiu um emprego de motorista/entregador de frios, no período de treinamento o supervisor responsável por ensinar-lhe as rotinas da função desviou-se desta tarefa e empreendeu esforços para ensinar-lhe algo que ele julgava ser mais pertinente ao contexto de trabalho: como ser mulher, como deveria maquiar-se, portar-se, enfim: “A pressão foi tão grande em cima daquilo que em nenhum momento ele me ensinou como preencher uma ficha, como fazer um pedido, como mexer no equipamento”. Assim, percebendo que teria grandes dificuldades em ser ele mesmo naquela empresa, Anderson saiu do emprego e voltou à informalidade, segundo ele, “[...] a vender bala em boteco”.

Em um dos processos seletivos pelo qual passou, o entrevistado ouviu de uma recrutadora que havia muitas vagas para pessoas com curso de segurança patrimonial ao que ele, imediatamente, matriculou-se em um curso desta natureza. Após finalizá-lo, Anderson conseguiu um emprego em uma loja de roupas de um *shopping center*. No momento que participou da pesquisa, ele estava afastado do emprego (onde exercia um cargo de chefia – exclusivamente masculino naquela organização) devido às complicações causadas por um antigo problema no joelho.

Após ter recebido uma conta de telefone de valor exorbitante, fruto de ligações que Bárbara fizera para um grupo de “tele bate papo”, a mãe da entrevistada a obrigou, com onze anos, a arrumar um emprego. Assim, ela começou a vida profissional como *office-boy* de uma loja. Após dois anos nesta função, conseguiu um emprego em um supermercado, onde passou três anos pesando e embalando legumes.

Posteriormente, depois de ter trabalhado por um tempo na loja de móveis que o tio tinha e em outro supermercado, Bárbara conseguiu emprego em um escritório de recuperação de crédito, onde trabalhou por, aproximadamente, três anos. A entrevistada contou que, nesta fase, já havia iniciado o seu processo de transformação, tinha os cabelos compridos, e começava a perceber que havia mais dificuldades para empregar-se: “Algumas pessoas, que realmente não tinham preconceito, te aceitavam, mas era difícil. Eu tenho amigos que não trabalham até hoje, nunca trabalharam na vida”.

Quando deixou este emprego, por razões que ela não especificou, decidiu fazer um curso de informática e outro de técnico em administração para se capacitar para o mercado de trabalho. Estudava à noite e durante o dia não exercia nenhuma atividade remunerada. Como já não conseguia emprego há um ano começou a se prostituir depois das aulas.

Por convite de um amigo, começou a auxiliá-lo em um salão de beleza, inicialmente, fazendo os agendamentos e, depois, tirando as sobrancelhas dos clientes.

[...] para mim foi uma guinada na vida. Porque eu imaginava, sei lá, que eu ia viver de prostituição a minha vida toda, que tudo que eu tinha estudado não virou nada [...] Você estuda ali tanta coisa e eu falei: “O que eu vou fazer da minha vida?”. E entrou essa oportunidade deste trabalho (Bárbara – transgênero, esteticista).

Após dois anos e alguns desentendimentos, Bárbara saiu deste emprego e formalizou uma sociedade com uma amiga para abrirem um novo salão de beleza. Novamente, após alguns conflitos de interesses e cinco anos de sociedade, a entrevistada abriu o seu próprio salão, desta vez sem sócios, e contratou duas funcionárias. Juntas, elas desenvolviam trabalhos de *design* de sobrancelhas, maquiagem definitiva, maquiagem social, visagismo e manicure.

Letícia aprendeu a arte da tapeçaria com o pai. Quando terminou o colegial, trabalhou como auxiliar de laboratório em um estudo científico desenvolvido por uma universidade da sua cidade. Ao ser indagada sobre o seu desejo de permanecer por mais um ano naquele projeto, disse aos empregadores que, apesar de gostar bastante das tarefas que realizava, pensava em alistar-se em uma escola militar (vivia, naquele momento, toda a tensão da revelação da homossexualidade para a família). Assim, ela saiu da equipe: “Me arrependo hoje. Se eu tivesse tido mais cabeça teria feito um concurso, poderia estar lá em uma situação financeira melhor”.

Acabou por não fazer a prova de seleção da escola militar e, por indicação da mãe, começou a trabalhar em um escritório de contabilidade, no qual a mãe era recepcionista. Segundo Letícia, o emprego era bastante monótono e ela, por estar em um período em que saía muito à noite para se divertir e beber bastante, chegava cansada para trabalhar e deixava transparecer o cansaço durante a jornada de trabalho. Assim, após seis meses de trabalho, ela foi despedida e não se opôs, pois também acreditava que o seu comportamento na empresa poderia prejudicar a continuidade do emprego da mãe.

Nesta época, conheceu a ex-companheira e foi trabalhar no escritório de despachante da família dela. Lá ela fazia serviços de banco como *office-boy* e cuidava de algumas rotinas administrativas. Acabou saindo do emprego após o término do relacionamento e começou a fazer bicos para sobreviver: trabalhou como doméstica e em uma pesquisa de pré-implantação de um pedágio rodoviário.

O pai de Letícia, que, naquela época, havia sofrido um acidente vascular cerebral, vendo que a filha estava “batendo cabeça”, como ela disse, convidou-a para trabalhar com ele na tapeçaria da família. Quando participou da entrevista, Letícia já realizava aquela atividade há quinze anos.

O primeiro emprego de Valentina foi aos doze anos de idade e durou apenas três dias. Na fábrica de sapatos que a contratou também havia dois garotos que a provocavam arremessando-lhe tachinhas e fazendo com que ela derramasse um enorme pote de cola no chão, razão pela qual a despediram. Por intervenção da mãe, ela conseguiu um emprego em uma fábrica de gaiolas, onde também trabalhava um primo, e lá Valentina permaneceu por treze anos.

Após a briga que teve com seu pai, razão pela qual foi expulsa de casa, a entrevistada mudou-se para uma cidade vizinha com a expectativa de estudar e trabalhar. Lá conseguiu um trabalho em um restaurante, no fundo do qual alugou um quarto. Como morava, praticamente, dentro do trabalho, disse que “tornou-se escrava” de suas funções, que lhe tomavam em torno de dezesseis horas do dia e a impediam de estudar. Assim, saiu deste emprego quando conseguiu uma vaga de camareira em um motel. Neste meio tempo, conheceu uma cafetina que a convidou para trabalhar como prostituta na Itália. Muito tentada, porém muito medrosa, Valentina recusou a oferta.

Nova briga. Desta vez, uma amiga de Valentina insultou alguns garotos da rua do bairro em que moravam, segundo ela, um local perigoso, e quase foram linchadas quando voltavam juntas para casa. Com muito medo de ali permanecer, voltou para a

cidade natal, não sem antes ter a confirmação de que seria aceita novamente na fábrica de gaiolas: “[...] era meu porto seguro. Eu não me imaginava fazendo outra coisa e fora dali. Porque o bater na porta das pessoas para pedir emprego me causava um certo temor, eu tinha esse medo”. Ao mesmo tempo, iniciou os seus estudos no curso técnico de enfermagem.

Finalizado o curso, Valentina já não aguentava mais a rotina do emprego na fábrica de gaiolas e demitiu-se. Poucos meses depois, passou em um concurso público municipal e ocupou a vaga de enfermeira em uma unidade de atendimento à saúde, onde ela ainda trabalhava quando participou desta pesquisa. Além do trabalho que desempenhava na rede municipal de saúde, Valentina também fazia alguns “bicos” para complementar a renda. Assim, como *drag queen*, realizava animações em festas de casamento e aniversário, dava algumas palestras sobre infecções sexualmente transmissíveis em empresas privadas, cozinhava e vendia salgados e, esporadicamente, vendia produtos contrabandeados do Paraguai para os conhecidos.

A entrevistada também informou que pretendia candidatar-se à vereadora na sua cidade. Concorreu e venceu as eleições junto de, pelo menos, outras nove travestis e transexuais que se elegeram país a fora no ano de 2016, o que, mais tarde, demonstrou ser um fenômeno social articulado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais na busca de ocupação de espaços e visibilidade. Ao todo oitenta e quatro travestis e transexuais se candidataram a algum cargo político nas eleições de 2016, segundo dados levantados pela ANTRA.

Por volta dos dezesseis anos, Yara teve seu primeiro registro na carteira de trabalho. Era faxineira em um edifício. Trabalhou neste local por dois anos, até que se desentendeu com uma moradora que era, segundo a entrevistada, “muito mal educada”, e decidiu sair do emprego. Na sequência, começou a trabalhar em um supermercado onde teve duas funções. Por um ano e dois meses foi caixa, porém, depois de um desentendimento com uma cliente, que ocorreu durante o luto da morte de seu pai, quando ainda estava bastante fragilizada, foi realocada para a tesouraria da unidade, onde exerceu a função de tesoureira por oito meses.

Depois deste emprego, começou a trabalhar como profissional do sexo (como se autodeclarou) na sua cidade e na região, hospedando-se em casas de cafetinas: “Tem lugares que eu passei que eu nunca vou voltar. Ela [a cafetina] não deixava, escondia minha mala, minhas coisas, e eu vim sem nada, sem nenhum real. Vim

embora, deixei mala, roupa, dinheiro”. Yara também migrou para outros estados em busca de melhores clientela.

O lugar que eu mais gostei de trabalhar foi em Londrina, no Paraná. Tirando o frio é uma cidade de milhões. Você vai para a rua e é certeza que volta com dinheiro. [...] Campinas, lá é a cidade dos sonhos. A gente diz que é uma das melhores [olhando para ver se o namorado estava escutando a entrevista] porque é uma cidade que por mais que vocês está atrás do dinheiro, que é o meu trabalho, eu viso o lucro antes de tudo, mas lá tem muito cliente bonito, limpo, da nossa fixa etária, que não pechincha [...] (Yara – travesti, profissional do sexo).

Yara também contou que conseguia os seus clientes por meio de anúncios em páginas especializadas da *internet*. Desta forma o programa era garantido, sem pechinchas como na rua, mas também sem a emoção e a, por assim dizer, “segurança do olho no olho”.

Ao todo, Yara já exercia a prostituição há dez anos, durante os quais, disse atender, em média, doze clientes ao dia. A entrevistada disse que poderia aguentar ainda mais cinco ou seis anos antes de parar de se prostituir, não sem antes “[...] dar uma voltinha na Europa”. Disse também que não se via mais “[...] nessas loucuras” do emprego formal, o que ela exemplificava citando a falta de flexibilidade de horários de entrada, longas jornadas e o fato de não estar trabalhando para si mesma, mas para outros.

O que motivou a decisão de Aurora de começar a trabalhar aos quatorze anos foi o fato de ganhar apenas “brinquedos de menino”. Assim, para poder comprar uma tão desejada boneca da Mônica, começou a cortar frios em um supermercado. Na verdade, mais do que cortar, Aurora comia os frios, motivo pelo qual foi demitida em pouco tempo: “Era pobre, não é?”. Depois disto, trabalhou colhendo amendoim e algodão, por pouco menos de um ano. Aos quinze anos, conheceu um amigo que era cabelereiro, com quem trabalhou lavando os cabelos das clientes e varrendo o salão. Logo estava também cortando os cabelos: “[...] porque ele fez questão de me ensinar tudo”. Ao completar dezoito anos, um namorado muito rico lhe presenteou com um salão de beleza próprio onde ela trabalhou até os vinte anos, quando migrou para a Itália para se prostituir.

Com um mês eu conheci um cafetão lá. Eu não tinha silicone, plástica, nada e eu era a mais feminina de todas elas. E esse homem me criou.

O jeito da maldade de ser uma profissional do sexo. Eu não gostei daquilo, eu não me via fazendo aquilo. Mas me encarnou a Marília Pêra e eu comecei a ser de dia a Aurora, e aí eu também assumi de vez a identidade feminina, porque de dia eu era menininho e só me vestia de mulher à noite para ir trabalhar. Quando eu chegava na esquina eu já era a Janice. Eu passava meu batom, mudava a minha personalidade totalmente. E quando eu chegava da rua eu me lavava de me machucar, eu sentia nojo de mim. Ao mesmo tempo eu abria a bolsa e sentia muita felicidade. E aí a vida mudou e eu fiquei na Europa por vinte anos trabalhando como profissional do sexo e cabeleireira também (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

De volta ao Brasil, Aurora ficou um ano sem trabalhar, vivendo somente em função de suas seis cirurgias de redesignação sexual, infelizmente, não tão bem sucedidas quanto gostaria. No ano seguinte, conheceu uma cabeleireira, que atendia todas as trabalhadoras do sexo da mais famosa avenida da cidade para onde se mudou, e com ela começou a trabalhar, até que, dois anos depois, juntou dinheiro suficiente para abrir o seu próprio salão de beleza.

Ainda que a profissão da Aurora fosse de cabeleireira, no momento das entrevistas, ela também atuava ativamente junto a uma ONG de travestis e transexuais, pela qual recebia um salário fixo e realizava palestras remuneradas Brasil à fora.

4.2.2 Sobre a abertura do mercado de trabalho formal às pessoas LGBT

Os entrevistados demonstraram compreender a existência de fatores que podem facilitar ou mesmo dificultar a entrada e permanência das pessoas LGBT no mercado formal de trabalho.

De forma geral, a passabilidade foi, dentre estes fatores, o mais citado pelos entrevistados, em diferentes instâncias, aqui compreendidas como: passabilidade comportamental, física e jurídica.

Bárbara, Raquel e Valentina entendiam que a forma discreta e polida com que a pessoa LGBT porta-se no trabalho pode ser garantia para a sua aceitação e permanência naquele grupo social. Assim, Raquel citou, por exemplo, a necessidade de sempre ter muita educação no trato com as pessoas: “Educação é tudo para uma pessoa. Você saber tratar bem uma pessoa te abre as portas para qualquer coisa”. Para Valentina, uma postura excepcional serviria como arma contra o preconceito velado que ela ainda percebia haver nas suas relações cotidianas de trabalho. Bárbara utilizou-se dos benefícios desta invisibilidade/camuflagem nos seus contextos de trabalho, assim

como sempre fazia nas suas demais relações sociais. O trecho de sua fala, abaixo, é bastante ilustrativo:

Mas eu sempre fui mais contida, sempre tive uma postura mais delicada, mais discreta e por isso eu acho que você acaba sendo mais confundida, passa batido melhor como mulher, não chama atenção, nesses termos assim. [...] a minha sócia, falou que tinha que pensar mais na minha imagem, não adianta nada, ia lá no salão, depois me via ali na praça, como uma bichinha qualquer (Bárbara – transgênero, esteticista).

Para Aurora, a camuflagem que beneficia as relações da pessoa TT com o mercado de trabalho é aquela referente à sua imagem. A passabilidade física refere-se, assim, à imagem das pessoas LGBT que buscam se colocar e permanecer no mercado de trabalho. Aquelas pessoas trans que possuem uma imagem mais próxima ao padrão ideal dos corpos femininos e masculinos, adquirem certa invisibilidade que mascara os seus “defeitos sociais” no contexto organizacional.

Valentina compreendia que: “[...] sofre mais quem se expõe mais”. Por esta razão, a entrevistada também disse que passou a se preocupar mais com a forma como as pessoas a veem: “Hoje eu me preocupo, eu coloco vestido, *shorts*, só que eu me preocupo em quem eu estaria atingindo. Porque as pessoas são visuais. E uma forma de agredir as pessoas é a sua comunicação visual, é como você se apresenta”.

Para Anderson, a partir do momento em que começou a fazer uso de hormônios para desenvolver características mais masculinas, como sua barba, algumas relações tornaram-se mais fáceis. Disse que, se tivesse tido a oportunidade de iniciar antes o tratamento hormonal teria feito, pois acreditava que isso lhe garantiria alguma vantagem, por exemplo, não teria que passar por situações em que foi identificado e tratado como uma mulher. Ao contrário, poderia ser tratado como homem, o que, para ele, seria mais agradável. O entrevistado complementou esta ideia dizendo que a sua impressão é a de que a sociedade força as pessoas trans a serem/estarem padronizadas: “As pessoas forcem isso, ‘Você tem que ser assim! Vai facilitar para todo mundo’”. A sua fala foi consonante com o que pensam Pereira (2012) e Bento (2011), sobre as instabilidades que os múltiplos possíveis corpos que transitam entre os extremos binários do gênero causam nas bases da matriz reguladora heterossexual, bem como nos seus fiéis protetores que tratam de defendê-la à custa da exclusão daqueles que denunciam a precariedade da heteronormatividade.

No caso de mulheres transexuais, por exemplo, é desejado que tenham uma imagem o mais próxima possível do ideal feminino, no entanto sem atributos físicos e comportamentais que remetam à vulgaridade, para que possam promover e manter um bom convívio social.

Minha amiga, aonde vai chama atenção, bundão, pernao. Todo mundo olha. Então é aquele negócio dentro do comércio. Acho que o pessoal fica com o pé atrás, imagina chegar um pai e uma mãe com os filhos e a *transex* maravilhosa atendendo, a mãe já fica daquele jeito. [...] Eu acho que a visão que o pessoal tem das travestis, todo mundo já associa a uma coisa sexual. Você vai no mercado, vê uma transex, uma travesti, você já pensa eu ela faz programa (Raquel – *transex*, professora de dança).

Ao que parece, a afirmação de Green (2000) de que, nos anos de 1960, o termo travesti era sinônimo de pessoa que se prostituía, persiste até os dias de hoje, inclusive no mundo do trabalho (IRIGARAY, 2010). A associação acontece porque, no pensamento comum, ambos, pessoas que trabalham no mercado do sexo e pessoas não heterossexuais, são vistos como fora dos padrões típicos da sociedade, como desviantes ou pervertidos. Muito provavelmente, essa representação social, que a maioria das pessoas possui, não será tão facilmente modificada, haja vista a tentativa do próprio movimento ou das pessoas transgênero em, mesmo se reconhecendo como travestis, apresentarem-se socialmente como mulheres trans na tentativa de higienizar uma identidade carregada de estereótipos, ao invés de desconstruí-la junto à sociedade.

Desta forma, invisibilizar-se, também, para o trabalho é a palavra de ordem. Travestis, mulheres e homens trans não devem ter corpos indecisos, “em cima do muro”, que confundam as mentes socializadas com base nos binarismos de gênero e sexual. Não de se posicionar em algum dos dois extremos, porém de modo muito sutil, recatado, subserviente, respeitoso, moral.

Valentina contou que, depois de já ter feito algumas modificações em seu corpo, que a tornaram mais feminina, quis entender como seria se voltasse a ter um corpo masculino, dentro dos padrões desejados pela sociedade: “[...] porque eu falei assim: ‘Gente, será que eu sou assim uma aberração?’”. Desta forma, ela começou a frequentar uma academia para deixar os músculos mais evidentes. Optou por parar, depois que um primo a viu andando na rua e comentou que “já estava ficando feio” por estar muito forte, com músculos muito grandes. Assim, chegou à conclusão de que a

sociedade não aceita nada daquilo que está fora do padrão e decidiu viver para si mesma. Com relação a isso, Anderson comentou:

[...] para eles isso é o fundamental. Acho que até para mascarar alguma coisa, parece que eles têm essa necessidade de serem enganados às vezes. Eu não posso ser, simplesmente, eu. Eu tenho que ser aquilo que a sociedade quer, que o padrão quer (Anderson – homem transexual, segurança).

Com relação a esta passabilidade física, Yara apresentou uma opinião divergente dos demais entrevistados. Para a ela, no trabalho com o sexo, quanto mais feminina for a travesti, menos clientes ela atenderá e menos ela ganhará.

Ela vai chamar mais atenção, vai se passar por uma mulher, mas a grande maioria procura [fazendo um gesto com as mãos] pica! Entendeu? E a feminina não vai ter pica para oferecer. Ela vai ser retardada de hormônios, ela não vai ter ereção, então o cliente vai passar, pegar ela uma vez e só uma vez. Agora, por mais que seja uma mais, digamos, machuda, eles vão voltar sempre. De dez, nove são passivas, procuram para fazer inversão (Yara – travesti, profissional do sexo).

Entretanto, quanto à passabilidade comportamental, Yara concorda que discrição é fundamental em seu trabalho: “Ele [o cliente] normalmente é pai de família, bem sucedido, conhecido, ele quer uma bicha ativa, discreta, limpa⁶, que vai cruzar como eu cruzo dentro do banco, *shopping* e fingir que nada aconteceu”.

Para Aurora, entretanto, de nada adianta uma imagem condizente com os padrões sociais se há incongruência entre os aspectos físico e jurídico. Para a entrevistada, mesmo que tenha havido uma aceitação familiar que garantisse o apoio para a criança TT permanecer na escola e preparar-se para o mercado de trabalho:

[...] quando chega lá em cima, com todo o currículo que ela possa ter e aí apresenta-se um documento masculino com uma imagem feminina, cai lá embaixo de novo. [...] Um pedaço de papel muda a vida de uma pessoa! É incrível como muda. Eu sei porque eu mudei meus documentos. Antes, mesmo as pessoas me vendo de *tailleur*, de joias, maravilhosa, eu era chamada de senhor. Agora eu posso colocar um terno, apresentar um RG de mulher, eu sou chamada de senhora! Tem essa resistência ainda das pessoas. Elas acreditam que nós somos um pedaço de papel (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

⁶ Sem nenhuma infecção sexualmente transmissível.

Raquel disse acreditar que também há outro fator que influencia positivamente nas relações da pessoa LGBT com o mercado de trabalho. Infelizmente, trata-se de uma postura bastante passiva e conformista, porque tal fator seria a capacidade da pessoa que sofre as violações e discriminações em ignorá-las para poder manter seu emprego: “Você tem que ter a capacidade de ignorar. Se você conseguir passar por isso você segue seu caminho”. Ou seja, Raquel recomenda utilizar mecanismos de negação da realidade para poder conviver com ela.

Quando indagados sobre a abertura do mercado formal de trabalho para pessoas LGBT, os entrevistados apresentaram respostas diversas, até mesmo porque entendiam que há especificidades neste assunto, dependendo se o trabalhador tem uma orientação homoafetiva ou uma identidade transgênero.

A inclusão do trabalho LGBT. Aí a gente tem que desmembrar essa situação, porque dentro do L, nós temos lésbicas padronizadas que passam tranquilamente e a maioria dessas meninas não tem problema nenhum no mercado de trabalho, elas são muito bem inseridas. De todo o movimento LGBT eu acho que as lésbicas padronizadas são as mais bem inseridas. Agora, aquelas conhecidas caminhoneiras, que são mais masculinizadas, essas já têm problemas. O movimento *gay* é a mesma situação. Existe o *gay* que passa pelo heterossexual e existe o *gay* mais afeminado, que esse também tem uma grande dificuldade, mas não é totalmente excluído. Consegue trabalhos baixos: cabelereiro, maquiador, vendedor de loja, não é? Com todo o currículo que ele possa ter. Então tem que desmembrar esse também. Os bissexuais eu já acho que não entra nessa pauta. Geralmente o bissexual não é nem lésbica machuda, nem *gay* afeminado, ele é padronizado. São pessoas que a gente nunca viu. E não vamos saber quem são os bissexuais. Agora, as trans! São um milhão e quinhentas mil trans no Brasil, sendo que 91% trabalha no mercado do sexo (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Alguns dos entrevistados demonstraram partilhar com o mercado formal de trabalho uma percepção bastante estereotipada de que pessoas LGBT são mais esforçadas, dedicam-se mais ao trabalho, são mais atenciosas. Bárbara, Yara e Raquel disseram que esta é uma das vantagens de pessoas homossexuais que tem sido reconhecida pelos donos de lojas do comércio e lojas de roupas de *shoppings*, por exemplo.

[...] o *gay* ele consegue misturar tudo, tem a sensibilidade da mulher, essa questão do gosto, tentar entender o que a pessoa queira, ou tentar desenvolver algo bem bonito. E tem a força, o dinamismo do homem, aquela coisa assim de conseguir se virar melhor do que a mulher, por

mais que seja um preconceito às vezes, acaba tendo essa imagem (Bárbara - transgênero, esteticista).

[...] o pessoal do *shopping* pergunta “Você não tem um amigo *gay* para indicar?”, porque o *gay* é mais fácil de se relacionar, de vender. No comércio de Jaboticabal, eu falo que o *gay* está com as portas bem abertas. Não tem discriminação. O pessoal dono de comércio quer. O *gay* se esforça para mostrar o trabalho dele, sabe? (Raquel - *transsex*, professora de dança).

O que te faz melhor do que eu? Nada. Em algum momento você vê alguma incapacidade em mim de ser uma médica, uma policial, alguma coisa? Por que a sociedade fala isso para nós? Sinto uma revolta imensa! [...] Porque eu acho que a mesma capacidade que o hétero tem, o *gay* também tem. Na maioria das vezes eu acho que o *gay* se propõe mais e consegue ser muito mais bem sucedido que os héteros (Yara - travesti, profissional do sexo).

Anderson e Letícia entendiam que, ainda que esta área (comércio/vendas) estivesse mais aberta a aceitar pessoas LGBT como trabalhadores, também se recusava a contratar pessoas que mais, visivelmente, fugiam dos padrões estéticos binários.

Então no nosso caso também é assim. Eu não vou vender uma camiseta [...] Eu vou chamar mais a atenção do que a mercadoria, de uma forma negativa, não positiva. Então estou excluído do Mercado (Anderson - homem transexual, segurança).

Queira ou não, acaba agredindo, a imagem da pessoa, a quem está perto, entendeu? Eu acho que a agressão visual é uma das coisas que conta bastante nessa hora (Letícia - mulher cisgênero, tapeceira).

De forma geral, diante destas questões, os entrevistados concluíram que o mercado de trabalho formal, está aberto a incorporar pessoas LGBT que sejam padronizadas, no que tange a seus corpos e seus comportamentos. Homens *gays* discretos, que “deem pouca pinta”, mulheres lésbicas femininas e mulheres e homens transexuais que, de fato, se pareçam com homens e mulheres “reais”. As travestis não configurariam este grupo, pois eles entendiam que elas estão sempre associadas ao mercado do sexo e, por esta razão, discriminadas e impossibilitadas de participar da dinâmica do mercado de trabalho formal. Segundo Bárbara: “[...] o lugar dela [da travesti] ainda é na esquina, ainda é na prostituição, ainda é aquele estereótipo de violenta, de coisas assim, bem ruins ainda. Ainda tem essa imagem”. Para Letícia: “O *gay* e a lésbica estão mais maquiados. Quando você é trans e vai trabalhar você é um

homem ali vestido como mulher. A imagem é mais forte, desagrada mais os olhos”. Segundo Valentina: “[...] a visão que o pessoal ainda tem é essa, de travesti de esquina”.

As falas acima vão ao encontro do que dizem Veras e Guasch (2015), ao afirmarem que, até mesmo a imprensa brasileira tem auxiliado a construir, de forma enviesada, a imagem da pessoa travesti, neste caso como: prostitutas, marginais, viciosas.

Assim, também entendiam que, das raras vezes em que pessoas travestis e transexuais conseguem entrar no mercado formal de trabalho, esta inclusão se dá de forma precarizada, em ramos delimitados de serviços, como os de cabelereiro ou em cargos invisibilizados, como os serviços domésticos.

[...] a gente sempre comentava entre si assim, que travesti ou tinha que ser cabeleireira ou cozinheira ou trabalhava em motel, não é? Que eram lugares que você ficava escondido ou em salão que era uma coisa que tem uma certa liberdade, tem uma amplitude em questão de gênero e onde aceita mais fácil (Bárbara - transgênero, esteticista).

É curioso que quando fala nisso, a travesti, a *gay*, ou ele é enfermeiro ou ele é cabelereiro ou ele é puta. Por que é assim, você já reparou? (Yara - travesti, profissional do sexo).

Travestis, mulheres transexuais e homens trans. E esses meninos estão aonde? Eles podem ter todo o currículo do mundo, eles estão como pintor, ajudante de pedreiro. Os que conseguem! Ou no mercado de tráfico de droga ou até mesmo como cafetões para tentar sobreviver. As travestis, quase todas estão na esquina. As mulheres transexuais, quando elas têm a passabilidade, aquelas que têm a carinha bonitinha, segue o padrão cis normativo de ser e tem um currículo, muitas delas até conseguem se inserir no mercado de trabalho, mas aí é como atendente de telefone, *telemarketing*, ou em salão de beleza. Nunca conseguem aquele cargo maravilhoso que elas estudaram a vida inteira para ter (Aurora – mulher transexual, cabeleireira).

Assim como Irigaray (2008) os entrevistados também percebiam a maior dificuldade de pessoas travestis e transexuais, mesmo quando comparadas a homens *gays* mais masculinos e mulheres lésbicas mais femininas, para ter acesso ao mercado de trabalho. Rubin (2003), com a alusão àquilo que chama de Pirâmide Erótica, nos permite compreender os negativos impactos nas mobilidades sociais e econômicas e na falta de apoios institucionais àqueles que se afastam do ideal do comportamento social. Desta maneira, nossa sociedade legitima e reforça a compreensão de que estes sujeitos,

os das margens, a eles cabem os trabalhos também marginais, informais, precários, invisíveis.

Ficou evidente que, para os entrevistados, a questão da visibilidade e da representatividade no mercado formal de trabalho é algo importante no processo de luta contra o preconceito. Valentina, a única entrevistada que disse perceber uma melhora no cenário de abertura do mercado formal para pessoas LGBT, disse: “Eu acho que nós temos pessoas influentes que são travestis, são homossexuais em vários setores, que podem servir de referência e de exemplo, não é?”.

Raquel ficou encantada e até expressou, diretamente, a sua alegria a uma travesti que ela viu trabalhando como caixa em uma loja de conveniência de uma famosa rede de postos de combustíveis: “Eu amei te ver atendendo aqui! Muito legal!”.

Letícia e Bárbara entendiam que a maior visibilidade adquirida, nos últimos tempos, por pessoas TTs auxilia no processo de desmistificação de seus corpos e modos de vida, tornando-as, segundo Bárbara: “[...] mais naturais, mais conviventes”.

4.2.3 Vivências de preconceito e táticas para lidar com as discriminações

As percepções dos entrevistados sobre as vivências de preconceito no trabalho não foram unânimes. Contrariamente aos demais entrevistados apenas Raquel e Yara disseram não terem sofrido quaisquer preconceitos ou discriminações. No entanto, à medida que contavam suas histórias, pode-se perceber que talvez não estivessem atentas ou, ainda mesmo que inconscientemente, não quisessem assumir tais vivências.

Raquel contou que, ao pedir emprego para amigos donos de empresas, escutou a seguinte frase, que tomou como uma brincadeira engraçada: “Ah Raquel, não dá, não é? Vai ficar se pegando lá na firma com os moços, vão mexer com você lá. Não pode”.

Nada engraçadas são as histórias que Yara contou sobre as agressões físicas pelas quais passaram as meninas que estavam trabalhando, literalmente, ao lado dela. Porém não acreditava que tais agressões também estivessem sendo direcionadas a ela.

Não foi nem comigo ainda. Eu estava na rua, com uma amiga minha. Passaram uns meninos em um carro. Eles passaram com um rolo de papel higiênico embolado cheio de pregos enfincados. Na hora que ele jogou passou no meio das pernas da minha amiga. Aí, para a infelicidade do cidadão, o semáforo da esquina fechou e ele parou. Eu falei “Sinto muito, não vou aceitar”. Fui lá no carro, peguei ele pela

gola, tirei ele pela janela, “O que é que você tem contra? O que é que ela fez para você jogar pregos nela?”, “Ah! Foi sem querer”, “Foi sem querer nada!”. [...] Minha amiga ficou me mandando parar e eu falei “Para nada, não sou um bicho! Não entrei na frente do carro de ninguém para isso. Eles pararam por vontade própria. Mas, sinto muito, não sou obrigada a levar desaforo para casa”. Foi a primeira e última vez. Dei nele mesmo. Extrapolei, bati, quebrei todo o carro dele, chutei o carro, deu polícia. [...] E se pega em mim e me machuca? Meu silicone industrial? (Yara - travesti, profissional do sexo).

Em outra cidade, Yara presenciou dois garotos tentando acertar uma colega dela com um taco de *baseball* enquanto a perseguiam pela rua. A amiga foi salva por um segurança de um posto de gasolina que a escondeu atrás de um balcão:

É muito engraçado, se você a vê contando você chora [de tanto rir]. A gente ainda brinca, ela fala: “Nossa! Acho que foi para alguém, que eles mandaram, que não era eu. Eu sempre fiquei aqui. Nunca tive problema”. Se pega, certeza que ela tinha morrido (Yara – travesti, profissional do sexo).

Aparentemente, reconhecer ou não querer lidar, diretamente, com este tipo de externalizações do preconceito é uma forma utilizada pelas trabalhadoras do sexo para conseguirem permanecer nas esquinas. Esta é uma atitude defensiva muito semelhante ao que relata Salvagni (2011) em seu estudo sobre trabalhadores do setor de energia elétrica que chegam, inclusive, a desafiar a morte ao não utilizarem os equipamentos de proteção individual, justamente para provarem para os demais e, principalmente, para eles mesmos que não há porquê temer este tipo de trabalho. Do contrário, reconhecendo o risco iminente da morte, eles poderiam não conseguir mais trabalhar naquela função.

Aurora contou que duas de suas táticas para lidar com situações de risco, durante os anos em que se prostituiu na Europa, eram: sempre carregar consigo uma seringa cheia de molho de tomate, para fingir ser sangue contaminado com o vírus do HIV e afugentar seus agressores, e sempre ter na bolsa um pote com comprimidos diversos (hormônios, remédios para dor de cabeça, etc.), ao que justificou dizendo que:

[...] se [eu] tivesse qualquer problema com cliente eu tacava os comprimidos na minha mão e falava: “Olha aqui, meu amor, eu não tenho nada a perder, sou aidética, meu cu!”. Aí eu saía. Até um dia que um cliente abriu um potinho e disse: “Eu tomo mais que você”. Eu abri a porta do carro e me joguei com o carro andando porque eu

não era infectada e estava vendo que ele era (Aurora - mulher transexual, cabeleireira).

Valentina relatou que, no setor público, as relações também não são tão mais estáveis e cordiais como se pode imaginar, quando se trata de uma trabalhadora travesti, mesmo que ela fosse concursada. Assim que assumiu o seu cargo a, então, empossada enfermeira municipal deparou-se com todas as gavetas e portas de armários trancadas no local de trabalho devido ao receio dos colegas de que ela fosse roubar algo da instituição ou de algum outro trabalhador. Segundo ela: “As pessoas têm sempre aquela imagem da travesti de rua, que fica na esquina. [...] Mas é o peito, o meu bumbum que vai trabalhar? Não! São os meus ideais, as minhas mãos, o que eu penso”.

Este trecho da fala de Valentina vai ao encontro do que diz Irigaray (2008; 2010) sobre a visão estigmatizada que a sociedade possui sobre as travestis, inclusive por serem poucas aquelas que conseguem entrar no mercado formal de trabalho, tornando-se, assim, modelos de representatividade para as demais. Neste trabalho, como também ocorreu nos estudos do referido autor, as participantes compreendiam que a aparência física é uma barreira de entrada no mercado de trabalho formal. Este fato reforça as ideias de Butler (2003), de Pereira (2012) e de Veras e Guasch (2015), ao demonstrar que, o rompimento com o binarismo de gênero/a multiplicidade de configurações dos corpos TTs, choca e causa incômodo à sociedade, o que não ocorre apenas nas relações cotidianas, mas, principalmente, naquelas mais marcadas pelo conservadorismo e pela moral, como o contexto do trabalho.

Valentina também disse reconhecer a existência de uma “perseguição velada” dentro do serviço público. Contou que certo assessor de saúde implicou com seus cabelos compridos e disse à chefe da entrevistada que a mandasse cortá-los. Valentina negou-se e afirmou que se o fizesse, no dia seguinte seria outro o motivo da perseguição: “Fala para ele que eu entrei através de um concurso, que eu não entrei pela porta dos fundos da prefeitura”. Este trecho da fala da entrevistada mostra que o fato de ter conseguido seu emprego por meio de um concurso público, processo formal repleto de garantias legais, também é utilizado por ela como tática para enfrentar as situações de violação de seus direitos enquanto trabalhadora travesti.

Anderson, assim como Valentina, relatou situações de desentendimentos ocorridos no trabalho em que seu “defeito” era utilizado como argumento principal pelas outras partes. No sentido do que apontam Irigaray e Freitas (2013), há enormes

custos psicossociais para aqueles trabalhadores LGBTs que sofrem violações, discriminações, no contexto de trabalho. Tais situações, não raramente, acarretam desmotivações, depressões e, em casos mais severos, tentativas recorrentes de suicídio.

Ninguém briga comigo falando o meu defeito, “Olha você não sabe direito, não fala direito, não fez o serviço direito”, não! O meu defeito é sempre esse, “Você é sapatão!”, ponto! [...] Isso no meio de cliente, em reunião com a gerência. Sempre ouvi isso. Qualquer funcionário da equipe, que estava descontente porque eu o coloquei em uma escala e ele não queria, a reclamação na gerente era porque eu era X, entendeu? Então, isso dá vontade de você tomar veneno! Eu tomei três vezes, não é? Porque eu ia trabalhar, tinha sempre alguém que falava: “Ô, sapatão! Pega pão lá para mim”. Isso na frente de todo mundo. Cliente! Cliente. “Ô machão! Você não é machão? Pega lá aquela caixa de cerveja para mim!”. Então cheguei a tomar veneno. [...] Quer dizer, eu nunca fui funcionário, eu nunca fui a pessoa, o vendedor, nada. Eu fui: Sapatão! Nunca foi aquela estória, “O fulano de tal não trabalhou direito, não fez direito”, não! “O sapatão!”. Então isso me levou a tomar, a acabar com minha vida três vezes. Dei sorte de não morrer (Anderson - homem transexual, segurança).

Os trabalhadores LGBTs mais visivelmente fora dos padrões heteronormativos, quando conseguem transpor a barreira dos processos de recrutamento e seleção nas empresas, vivenciam, por vezes, situações em que são postos à prova os seus conhecimentos, as suas habilidades relacionais e técnicas e os seus desejos de, de fato, estarem naquela organização para trabalhar. Segundo Anderson: “Aí eu comecei a ser mal tratado naqueles primeiros dias para ver se eu desistia. Tipo assim, ‘Leva essa caixa lá para fora’, levei a caixa, ‘Por que você colocou a caixa lá fora? Traz aqui para dentro’, desse jeito!”.

O entrevistado também relatou outras situações de boicote por parte de seus superiores e colegas de trabalho. Quando chegava um cliente, na loja de esportes em que trabalhou como vendedor comissionado, ele era escalonado para fazer serviços de limpeza para evitar que atendesse aos clientes. Diante disso, Anderson disse que passou a se desdobrar para conseguir “mostrar serviço” e garantir suas comissões e o trabalho em si.

Então eles viram que a minha vontade era além da minha aparência e começaram a ser um pouco agradáveis. Até limpar carro eu limpei para poder ter meu espaço ali. Coisa que os outros não fizeram, não é? [...] sempre aquela estória: eu preciso matar os dois leões por dia, porque enquanto estão matando um eu preciso matar dois. Então tentava me destacar de alguma forma para ficar, para que ninguém

visse como se fosse um defeito, não é? (Anderson - homem transexual, segurança).

Eu costumo dizer que a gente, quando tem uma opção sexual dessas, a gente tem sempre que fazer o melhor para que não dê brechas, não é? Para que as pessoas questionem e critique (Valentina - travesti, enfermeira).

Nas raras vezes em que os patrões defendiam Anderson, nos conflitos que surgiam entre ele e os demais trabalhadores, não o faziam sem, posteriormente, cobrarem pelo “favor”. Segundo ele: “Então, é aquela coisa: te estendo a mão, mas você fica me devendo a vida”.

Os relatos dos entrevistados apresentaram experiências de discriminação e violência (física, verbal, psicológica e institucional) nos contextos de trabalho formal e informal, que fazem com que tenham que, constantemente, valer-se de táticas para poderem permanecer em suas funções. O impacto das vivências de preconceito nos contextos de trabalho formal é tamanho que, mesmo aqueles sujeitos que mais demonstram possuir artimanhas para poder lidar com estas situações, em determinado momento, chegam a desistir de tudo aquilo, inclusive de suas próprias vidas.

Outro fato que também fica evidente é a quase naturalização da necessidade de pessoas LGBT demonstrarem mais esforços, mais interesses pelo trabalho. A ausência de políticas e práticas organizacionais institucionalizadas de proteção e respeito aos trabalhadores LGBT é brecha para que ocorram situações abusivas, como as relatadas pelos entrevistados. O que deveria ser um direito do trabalhador é entendido como favor, caridade, benevolência, corroborando com chantagens e outras relações perversas no contexto de trabalho. Além disso, por não haver direitos que lhes garantam a permanência na organização, os trabalhadores LGBT compreendem-se no dever de realizar esforços que em nada se relacionam com as suas atividades laborais, na tentativa de manterem os seus empregos, o que pode, inclusive, acarretar custos emocionais e físicos extras. Conforme contou Anderson, mesmo tendo uma antiga lesão em seu joelho, da época em que jogava vôlei na escola, e que necessitava ser operada, não o fez por medo de perder o seu emprego: “[...] para uma pessoa afastar do trabalho é normal, mas eu afastar, era praticamente certeza que eu seria mandado embora. Então eu sempre segurei para não afastar, para não ficar doente. Estava com febre e estava trabalhando”.

4.2.4 “Tá pensando que travesti é bagunça?”: Representações sociais sobre a prostituição

Os entrevistados também foram questionados sobre o que pensam a respeito do trabalho como prostituta/profissional do sexo. De forma geral, todos eles disseram “não ter nada contra” este tipo de atividade, que era “uma forma de adquirir renda”, “uma profissão como outra qualquer”. Assim, expressaram aquilo que entendiam como os aspectos positivos e negativos desta atividade, bem como as suas causas.

Letícia entendia que, para travestis e transexuais, a prostituição é a única forma de sobrevivência, tendo em vista a exclusão social que vivenciam, especialmente, no mercado formal de trabalho.

Yara deixou claro que as suas motivações para o início na vida do mercado do sexo tinham, única e exclusivamente, a ver com suas ambições econômicas, ou seja, garantir que nem ela nem sua família passassem necessidades ou vontades. Diferentemente, Bárbara disse que, além da dificuldade de conseguir emprego, a necessidade de extravasar-se sexualmente foi o que a levou a fazer programas pelo período de um ano.

Valentina que, primeiramente, concordou com a opinião de Letícia, de que pessoas TTs são empurradas para a prostituição pela sociedade, por terem “perdido as esperanças”, em um segundo momento, apresentou argumentos contrários a este pensamento, razão pela qual foi chamada de transfóbica por uma amiga travesti com quem debatia a questão. Para a entrevistada, as pessoas que se prostituem o fazem por medo ou preguiça de enfrentar as discriminações presentes nos contextos escolares, familiares, de trabalho e, também o fazem, por ser um modo mais fácil de obtenção de renda, ainda que reconhecesse os riscos atrelados à atividade.

Quer dizer, eu não vou ter que enfrentar o sol, não vou ter que enfrentar as pessoas comuns, família, crianças. Você acha que, agora eu vindo para trabalhar, uma pessoa não cutucou a outra e não me apontou? Apontou! Mas e aí? Eu vou voltar correndo para dentro da minha casa? Vou ficar lá trancada? Vou esperar dar sete horas da noite para eu poder sair? Não! Então eu penso desse jeito. Não é por causa disso, que não quer. Não quer porque é mais fácil. A prostituição é mais fácil. Apesar de todas as durezas de se prostituir, os riscos, perigos, mas é um caminho mais fácil, é um retorno mais rápido que tem, financeiro, naquele momento ali, não é? [...] As travestis que quiseram trabalhar, que foram para outro caminho, hoje estão bem, tem os seus salões, tem os seus empregos. As que quiseram se

prostituir hoje nem existem mais. [...] Mas todos os fatores de risco que envolvem a situação para mim são muito relevantes. Estava dormindo porque tinha que levantar cedo, seis horas da manhã, porque tinha que trabalhar? Estava em casa porque tinha que levantar às seis horas para estudar? Não, não estava. Estava na esquina (Valentina - travesti, enfermeira).

Bárbara e Raquel também disseram entender que a prostituição é uma forma mais fácil de viver, de ganhar dinheiro. Segundo Letícia: “Ela [a travesti que se prostitui] não vai se matar tanto se ela pode conseguir mais fácil. A travesti, hoje, acho que nem pensa em querer trabalhar em um mercado, uma coisa registrada, porque é mais fácil [se prostituir]”.

Um erro comum acerca da prostituição e das trabalhadoras do sexo, segundo Aurora, é a crença de que se trata de um trabalho fácil por se “ganhar gozando”. Para além da suposta facilidade envolvida nas atividades de prostituição, os entrevistados que mais efetivamente vivenciaram esta modalidade de trabalho (Yara e Aurora) reconheceram alguns benefícios dela advindos.

Para Aurora, o fato de que, atualmente, as trabalhadoras do sexo podem recolher impostos para a seguridade social e aposentar-se é algo muito positivo.

Yara, algumas vezes, frisou a flexibilidade de horários que o trabalho como prostituta lhe oferece, o que não vivenciou nas experiências com o mercado formal de trabalho. Disse que, por pagar anúncios em *sites* especializados em divulgar programas com travestis, não tinha mais a necessidade de ir para as ruas todos os dias da semana e que os programas agendados por meio do *site* eram mais garantidos. Entretanto, entendia que a rua também tem seus “charmes”. Nela, Yara tem contato direto com os clientes, pode olhá-los nos olhos, escolher se quer ou não fazer o programa com aquela pessoa, além do que, a rua lhe parece ser um local mais dinâmico e que permite conhecer pessoas novas. A entrevistada também compreendia que a travesti é a profissional do mercado do sexo que é mais bem remunerada, pois a procura por seus serviços era sempre muito grande. Como exemplo, contou sobre dias em que atendeu mais de quatorze clientes em uma única noite, o que, apesar de lhe gerar grande retorno financeiro, não pareceu ser uma condição muito salubre de trabalho: “Chega uma hora que não aguenta mais! Não há dinheiro que faça a cabeça. O corpo não aguenta mais”.

Aurora, diferentemente de Yara, não via tantos benefícios na flexibilidade de horários que a prostituição proporciona. Pelo contrário, disse sentir-se muito triste, pois, na hora em que estava se preparando para dormir: “[...] é o horário que as meninas

estão picando ponto na rua. E isso de forma perigosa, marginalizada, pagando alguém para garantir a vida delas que não é a polícia é, geralmente, uma cafetina ou um marginal”.

Riscos envolvendo a profissão também foram levantados pelos entrevistados, mesmo por aqueles que não haviam trabalhado nesta atividade. Letícia relacionou a atividade de prostituição com o uso de drogas, álcool, inclusive para que as meninas conseguissem estar à vontade para atender determinados clientes, e riscos de contração de alguma infecção sexualmente transmissível. Este último ponto, também foi citado por Yara como seu maior medo no trabalho: “Tenho muito medo. O único que eu tenho da profissão. Porque eu não tenho medo de entrar e sair de carro nenhum”. A entrevistada, disse, também, que a procura por relações sem preservativo era muito alta, inclusive naquelas agendadas por meio da *internet*.

Aurora lembrou que a expectativa de vida de pessoas travestis e transexuais, cuja maioria está trabalhando no mercado do sexo, é de trinta anos de idade: “Muitas estão no lucro, estão vivas por sorte”. Neste sentido, Raquel relacionou a atividade a riscos iminentes de vida, pelos quais as trabalhadoras do sexo passam: “Com a minha amiga já aconteceu. Levou ela para o motel, apontou arma na cabeça dela, levou para o canavial, na hora que ele deixou a arma ela correu”. Esta situação, narrada por Raquel, em muito se assimila a uma vivida por Yara que, após ficar sob a custódia de uma cliente por horas dentro de um carro, conseguiu fugir quando pararam em um motel, onde amigos dele esperavam para, como acreditava a entrevistada, “fazer alguma maldade” com ela.

Para além dos riscos de saúde e vida, o trabalho como trabalhadora do sexo pode trazer impactos significativos para a imagem da pessoa TT, para os seus relacionamentos sociais e para a execução das demais atividades do cotidiano. Bárbara disse que, por ficar a noite toda “para o crime” nas praças de sua cidade, não conseguia desenvolver nenhuma outra atividade durante o dia, como trabalhar, por exemplo: “Sabe quando você vai ficando um zumbi? Parece que você não tem contato, não quer ter contato, tem vergonha de ter contato com as pessoas do dia”.

A fala de Bárbara vai ao encontro do que diz Bento (2011) sobre os sujeitos que fogem da norma e que, por esta razão, são empurrados às margens sociais, tornando-se “mortos vivos sociais”.

Aurora, que, assim como Valentina, pretendia ingressar em uma carreira política, disse que a sua vida como trabalhadora do sexo deveria ser completamente apagada de seu passado, caso fosse eleita.

Conforme Saraiva (2012) os sujeitos LGBT (principalmente os mais visivelmente em desacordo com as normas sociais) são pressionados à invisibilidade, por um processo de diferenças que produz uma redução ou nulificação das possibilidades de interlocução com a sociedade. Por vezes, esse sentimento é interiorizado e naturalizado pelo próprio sujeito excluído que passa a sentir-se como “um zumbi” no contexto social, o que impacta na forma como ele organiza as suas relações com os demais sujeitos, as suas saídas às ruas, os locais que frequenta, os horários e as formas definidas para consumir bens e serviços, etc..

Outro fato percebido é que Yara e Aurora possuíam escolaridade de nível médio (terceiro colegial completo) e Raquel, que afirmou já ter aceitado algumas propostas financeiras para relacionar-se com rapazes, havia sido mestranda em genética. Isto evidenciou que não é regra o que afirma Garcia (2007), sobre a entrada no mercado do sexo estar diretamente relacionada ao insuficiente preparo escolar. Há figuras públicas no Brasil, como a travesti Amara Moira que, atualmente, é doutoranda em crítica literária pela Unicamp e trabalha como prostituta, por exemplo.

Por fim, Anderson contou que, no caso dos homens transexuais, que também estão presentes no mercado do sexo, a procura pelos profissionais se dava pela grande curiosidade que as pessoas têm de saber como é o corpo do homem trans, pela enorme fetichização dos seus corpos: “Tem muitos homens e mulheres que tem essa fantasia. Triste falar isso, mas a gente é visto muitas das vezes como um objetinho mesmo”.

4.2.5 As dores e as delícias de ser trabalhador LGBT: representações sociais sobre trabalho

Com base na análise das representações sociais que os entrevistados demonstraram ter sobre trabalho, foi possível perceber as influências das atividades laborais que desenvolveram em suas vidas. Assim, para os entrevistados, o trabalho adquiria sentidos diversos, contraditórios ou mesmo compensatórios. Para Yara e Aurora, mesmo uma trajetória no mercado do sexo possibilita ao sujeito planejar o seu futuro e adquirir conquistas. Ambas exemplificaram citando o fato de sempre terem

contribuído com a previdência social. Ao passo que Bárbara, sobre o ano que passou se prostituindo, disse que tinha muitas incertezas em relação ao seu futuro: “Você não sabe o que fazer o que você vai ser”.

Para Dubar (2012), a pertença a um trabalho, um dos direitos fundamentais da modernidade, conduz ao aprendizado e ao engajamento subjetivo, o que permite ao trabalhador planejar o seu futuro.

O trabalho também foi entendido como meio para a realização da manutenção da vida dos entrevistados, bem como as dos seus parentes. Neste sentido, Yara disse que seu trabalho, como trabalhadora do sexo, garantia independência, principalmente, de um homem, para sobreviver e que poderia proporcionar certo conforto para si, para os seus sobrinhos e para a sua mãe.

Diferentemente de Yara, Valentina afirmou que o seu trabalho formal, como enfermeira concursada, era fundamental para que pudesse se sustentar de “forma digna”, o que, para ela, implicava em não ter de se prostituir: “É eu ter que recusar uma proposta, uma pessoa indesejável. Que nem eu já ouvi ‘Ah! Você acha que porque você ganha mil reais você não precisa’. Não eu realmente não preciso. Mil reais dá para eu me sustentar”.

Raquel também entendia que o trabalho é o meio pelo qual conseguimos atingir nossos objetivos de vida, principalmente os materiais: “[...] a gente precisa ter um bem estar na vida, rir, chorar, poder comer o que a gente gosta”. A entrevistada também entendia que o trabalho era o responsável por tornar as pessoas “mais dignas”. Assim, demonstrou reconhecer o trabalho como fonte de valores simbólicos e socialmente reconhecidos. Letícia e Valentina também partilhavam deste entendimento. Isto se deve por ser o trabalho um marcador social que distingue e classifica os sujeitos, normalmente sob signos que expressam grande desprezo por aqueles que são compreendidos como socialmente inativos/”vagabundos”.

[...] eu e minhas amigas que estão estabilizadas, a gente é comparado ao pessoal que fica na esquina. Tipo assim: “Ah! vocês são diferentes. Vocês não são que nem aquele povo que fica ali na esquina não”, entendeu? (Valentina - travesti, enfermeira).

Como aponta Jodelet (2005) ao tratar do conceito de *alteridade*, quando os “cidadãos normais” preenchem aqueles sujeitos tidos como os “outros” com

características e valores socialmente reconhecidos como positivos, lhes garantem, em alguma medida, uma inserção e participação no contexto social.

Não somente as atividades formais/“profissionais” foram acrescidas de valor simbólico pelos entrevistados. Letícia disse acreditar que o trabalho, independente de sua natureza (formal, informal, socialmente mais reconhecido ou não): “[...] enobrece o homem em amplos sentidos. Você precisa do varredor de rua, você precisa do médico, precisa do bombeiro, eletricitista, encanador, dona de casa, precisa da babá, então, você precisa de tudo”. Para ela, o trabalho, de forma geral, atravessa e é atravessado por relações sociais de interdependências entre os sujeitos e possui uma dimensão simbólica que é relacionada ao reconhecimento social e também à realização de si. A fala de Letícia vai ao encontro da hipótese defendida por Dubar (2012) para quem, diferentemente do que versa a sociologia funcionalista, todas as atividades de trabalho (não apenas as ditas “profissionais”), independentemente de suas naturezas, são reconhecidas como ofícios, como meios para a socialização, construção de si e reconhecimento social. O processo de socialização profissional, como afirma Dubar (2012), é assim algo bastante geral que conecta de forma permanente situações e percursos, tarefas a realizar e perspectivas a seguir, relações com outros, consigo mesmo e constrói-se permanentemente. Processo pelo qual se estruturam mundos do trabalho e se definem os sujeitos pelo trabalho que realizam.

Trabalhar torna-se, assim, algo mais que um mero meio de obtenção de renda. Exercer uma atividade laboral implica em presença no mercado de trabalho e na dinâmica das relações sociais. Como aponta Sennet (2009), significa dizer: “Eu estou aqui. Eu existo! Posso valor/utilidade/importância social”. Como afirma Sennett (2009), este ato, que também é político, oferece ao sujeito trabalhador uma perspectiva emancipatória e, conseqüentemente, a possibilidade de autogovernar-se.

Para Raquel, o seu trabalho lhe permitia desenvolver atividades prazerosas e que, ao mesmo tempo, lhe permitiam transitar por diversos locais, conhecer pessoas e reconhecimento social.

Valentina reconheceu haver algumas limitações sociais no trânsito do corpo travesti pelos espaços da cidade, em determinados períodos do dia, o que, para ela, não chegava a ser um problema, pois compreendia que o fato de ter um trabalho lhe permitia acessar quaisquer ambientes.

Há vinte anos atrás, era muito difícil você ver uma travesti de dia. [...] A gente também tem direito de transitar, de sentar, de comer, de comprar uma roupa, ir em uma loja, em um cinema. Mas, há vinte anos atrás, você quase não via. Entardecia, nós éramos chamados de criaturas da noite. Apesar que eu trabalhava não é? [...] hoje eu entro e saio de qualquer lugar, mas têm amigas minhas que não conhecem um *shopping*, entendeu? Porque tem vergonha de entrar em um *shopping* (Valentina - travesti, enfermeira). (Valentina - travesti, enfermeira).

A entrevistada também reconheceu a importância do trabalho para que pudesse se sentir pertencente e útil à sociedade: “Trabalho, para mim, eu acho que é a renovação. Você levantar da sua cama para poder ser útil, fazer parte de um contexto, você criar alguma coisa no seu trabalho, chegar ao final da tarde, deitar no seu travesseiro e se sentir realizado”.

Além de meio para a pertença e utilidade social, o trabalho também foi representado como fator fundamental para a construção de representações sobre si mesmo, por parte de alguns entrevistados, como Bárbara e Anderson, conforme os trechos de suas falas abaixo.

E quando eu comecei a desenvolver esse trabalho começou a dar certo, sabe? Então eu fiquei muito feliz, falei assim: “Nossa! Você se sente útil, assim, para alguma coisa. Parece que você serve para alguma coisa, sabe?” Que até então, você sempre se sente a escória da sociedade, não é? [...] Então você vê que, realmente, tem o seu jeito de ser, tem as suas qualidades, os defeitos, mas você pode acrescentar também à sociedade. (Bárbara - transgênero, esteticista).

Trabalho para mim foi três vezes lutar. Acho que você tem que trabalhar porque você tem que trabalhar. Você tem que trabalhar porque você tem que provar para os outros que você é bom além de ser o que você é. E é um constrangimento que você tem que passar. Isso é fato. Mas, também prova que você tem um potencial muito grande de enfrentar todos esses problemas, não só pela necessidade do dinheiro em si, mas necessidade de mostrar que você é ser humano, que tem o direito de estar no lugar onde qualquer pessoa tem o direito, sabe? De ter sua dignidade, teu trabalho, tuas coisas. Infelizmente, em muitos momentos, o meu trabalho foi um sinônimo de desespero. Você vai trabalhar, você precisa do dinheiro e você sabe que você vai ser humilhado. Então, ali seria um lugar de humilhação enorme, mas também de superação porque a partir do momento em que você é humilhado, mas consegue também cumprir uma cota e ganhar um prêmio e mostrar para todo mundo que eu não sou o lixo que me taxaram, entendeu? É diferente do que é para os outros, você luta por uma cota e está bom, você vai sair e vai tomar uma cerveja. Eu ia chorar em casa de desabafo. Então foi uma luta. Eu acho que meu trabalho foi uma luta, não só para aprender a minha função, mas

aprender a lidar com a maldade das pessoas, essas maldades que sempre me prejudicaram. (Anderson - homem transexual, segurança).

Anderson compreendia o trabalho como uma necessidade/obrigação, como local de constrangimentos, de humilhação, de desespero, de luta, provação de valores socialmente reconhecidos, mas também como local de superação, realização profissional e exercício de direitos. Apesar dos pontos negativos, Anderson disse sentir-se realizado com seu trabalho: “É uma adrenalina! É gostoso. É gratificante. Eu gosto desse setor [segurança privada]”.

Como afirma Jacques (2006), as vivências de trabalho que partilham possibilitam aos trabalhadores construir representações de si, diante de suas situações de trabalho. Até então, entendendo-se como “lixo”, “escória” da sociedade, os entrevistados puderam reconstruir as representações que tinham de si mesmos, por meio do desenvolvimento de uma atividade laborativa. Desta forma, o trabalho demonstrou ser meio para que os sujeitos pudessem ressignificar e construir novas possibilidades para as suas vidas.

Também para Bárbara, que reconhecia que, por ser travesti, possuía uma baixa expectativa de vida, o trabalho, mesmo que informal, foi uma forma de “resgate social”, pois, para ela, o trabalho com prostituição lhe possibilitaria apenas mazelas e um futuro incerto. A entrevistada também afirmou que passou a poder investir nela mesma, na sua capacitação profissional, mas, especialmente, seu desenvolvimento pessoal, após adquirir certa estabilidade financeira devido ao trabalho: “Eu quero tentar me filtrar, quero tentar ser uma pessoa mais inteligente, me aceitar melhor, me entender melhor. Porque eu acho que o mais difícil no ser humano é você se entender”.

Percebeu-se que Valentina compreendia o trabalho como fator de transformação na vida de pessoas travestis e transexuais. Assim, quanto às representações sociais que travestis fazem de si mesmas, de suas vidas e possibilidades, Valentina comentou que: “[...] Jamais eu imaginei que eu ia andar de avião, jamais eu imaginei que eu ia estar há vinte metros da Presidenta da Brasil. E olha o que é que a vida fez comigo”.

Para alguns entrevistados, o trabalho também adquiriu sentido de realização pessoal, até mesmo espiritual. Valentina relatou algo neste sentido quando falou sobre os pacientes que reconheciam seus bons tratos e atendimento humanizado na unidade de saúde em que trabalhava: “Imagina uma senhora de oitenta anos te dando uma benção.

É uma benção de avó, de mãe, não é? Nem te conhece. [...] Então é gostoso nesse sentido, o retorno que você tem. Espiritual. É muito gratificante”.

Aurora, sobre os trabalhos que estava desenvolvendo junto a uma ONG, disse que se sentia bastante satisfeita, feliz e realizada, principalmente quando alguém a quem tinha ajudado lhe agradecia com um simples obrigado. Para a entrevistada, seus trabalhos de militância também tinham a função de aliviar as suas frustrações pessoais (erros cirúrgicos ocorridos em seu processo de redesignação sexual).

Muita gente me pergunta se eu faço tratamento psicológico, psiquiátrico. Não, não faço. Nunca fiz. Eu acho que, eu posso estar errada, mas eu acho que se eu for contar isso para alguém é capaz de eu criar um problema na minha cabeça e eu aprendi a superar isso sozinha. Eu acho que tiro essa minha frustração pela luta pela população. Aí eu esqueço disso (Aurora - mulher transexual, cabelereira).

Por fim, pelos relatos de Anderson, pode-se perceber que, para ele, o trabalho, assim como a educação, também é uma de forma de reforçar a construção da sua identidade masculina. O entrevistado demonstrou sentir-se muito bem quando relatou que alguns superiores e colegas o chamavam pelo nome social masculino, quando o tratavam “[...] de uma forma mais firme, como um homem mesmo”, quando conseguiu assumir cargos tipicamente masculinos, enfim, em todas as situações laborais em que foi reconhecido e respeitado como homem, situações que o auxiliaram a performar e a construir o gênero com o qual se identifica.

Assim como apontam Veronese e Esteves (2009), o trabalho proporciona vivências e aprendizagens que se incorporam à dimensão identitária dos sujeitos. Desta forma, por meio das articulações entre o sujeito e o contexto social, neste caso especificamente o laboral, vai-se construindo, mesmo que provisoriamente, as identidades dos sujeitos no mundo do trabalho, que, de acordo com Lopes (2009) está, eminentemente, amalgamado à construção subjetiva dos sujeitos sociais.

De forma geral, os entrevistados avaliaram positivamente as suas trajetórias de trabalho. Valentina, inclusive, associou o bom desenvolvimento da sua trajetória profissional com o fato de ainda estar viva: “Eu tinha uma perspectiva de vida, dentro do contexto de travesti, de trinta anos, não é? Eu vou fazer quarenta e três, quer dizer, eu já vivi quase quinze anos a mais do que a minha perspectiva”. No entanto, Anderson chamou a atenção para algo que, segundo ele, o teria auxiliado a ir mais além:

Eu gostaria de ter ido além. Não fui muitas das vezes porque as forças falham, falta força também para você brigar sempre, entendeu? Me acovardei em algumas coisas que podia ter lutado mais. Mas por solidão... Você não tinha apoio, você não tinha exigência, você não tinha nada. Então, você podia ser melhor, sim! Inclusive escola, outras coisas. Eu tive vontade de fazer vários cursos e só não fui porque, realmente, o preconceito de chegar lá e ouvir “Não! mas, você vai fazer curso de eletricista? Isso é para homem!”. Então, se eu tivesse tido essa oportunidade, esse direito, com certeza, eu acho que eu tinha a oportunidade de buscar muito mais coisas. Não tive, realmente, por falta de apoio, mas, não é apoio de pai e mãe, de amigos, não! Apoio legal. Apoio de você ter o direito de ir ao banheiro, de por a roupa que você quer por. Eu deixei de trabalhar em lojas porque o uniforme era saia, lencinho. Eu briguei de uma forma, eu me impus de uma forma que eu usava a calça dos meninos e acabou. E foi assim em todos os meus serviços. Então, onde eu pude fazer assim eu fiz e trabalhei. Mas, a partir do momento que eu não tive esse apoio eu não consegui (Anderson - homem transexual, segurança).

Este trecho da fala de Anderson é questão basal para justificar e reforçar a necessidade da criação e efetiva prática de políticas organizacionais que estejam voltadas à inclusão e, talvez mais fortemente, à permanência de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos nas organizações de trabalho. Ditas práticas são, justamente, o apoio que Anderson solicitou para dar sustentação, somar-se à força que estes sujeitos demonstram possuir em suas trajetórias, familiares, escolares e de trabalho para lidar com um mercado de trabalho e uma sociedade que, ainda hoje, se chocam com as outras diversas formas de se expressar o gênero ou viver a sexualidade.

Em síntese, para os entrevistados, o mundo do trabalho é representado de modo ambíguo e contraditório: tanto significa a dor de ser uma grande barreira para a realização da identidade sexual e de gênero escolhida e também a exigência de um esforço cotidiano adicional para reafirmar o potencial de trabalho que eles possuem; quanto a delícia de ser uma espécie de chave que abre as portas para o reconhecimento social, para a autoafirmação como sujeito social “diferente”. Tais representações, além de demonstrarem as desigualdades sociais que envolvem as identidades sociais relacionadas ao gênero e ao sexo, ancoram-se na típica cultura do trabalho brasileira, centrada no emprego formal e não no trabalho, como fonte de inserção e de segurança social.

Ainda que apenas Valentina estivesse exercendo trabalho registrado, no momento das entrevistas, ela, assim como os demais entrevistados, que exerciam

atividades informais, como autônomos ou microempresários, planejavam o futuro e compartilharam o que pensavam.

Em sua grande maioria, os planos para o futuro envolviam uma capacitação educacional/profissional para o exercício de outra atividade remunerada, que não aquela que estavam exercendo ou para desenvolverem-se no trabalho atual. Bárbara disse que considerava ser um investimento a graduação em Direito que cursava na época da entrevista. Pensava em exercer a advocacia no futuro, até mesmo porque a sua atual profissão gerava grandes desgastes físicos e incertezas sobre até quando poderia desenvolvê-la.

Letícia contou que gostaria de voltar a estudar, fazer uma graduação, possivelmente em algum curso dinâmico como ela, por exemplo, cinema. Para isto, no entanto, era condição necessária que se estabilizasse emocionalmente, mais do que financeiramente: “[...] digamos que vamos parar um pouco de rebeldia sem causa, de badalação. Como eu estou namorando, se eu pretendo me aquietar, aí sim que vai ser a oportunidade de eu voltar a estudar”. Percebeu-se que Letícia depositava naquele relacionamento, que ainda estava iniciando, muitas das expectativas para o seu futuro: “[...] tudo depende agora desse meu relacionamento. Assim, não estou jogando tudo em cima dele, mas dele que vai ser um ponto marco, entendeu?”.

Valentina, que, no momento das entrevistas, ainda estava em processo de pensar a sua candidatura para concorrer ao cargo de vereadora do Município onde morava, disse que o curso de Direito, que sempre sonhou em fazer, poderia lhe ser útil: “Pelo menos para que a gente possa ter argumentos, não é? Acho que todo mundo tem que ter direito a argumentos. Porque eu fui chamada de ignorante, nesse período eleitoral. De não saber interpretar”. Para ela, além de uma utilidade profissional, esta graduação teria impactos ainda maiores nas representações que a sociedade construiria sobre as pessoas travestis. Segundo a entrevistada: “Queria ser juíza. Queria ir mais além. Queria julgar, queria dar a sentença. Imagina uma travesti dando uma sentença final! Imagina!”.

Raquel disse que planejava ingressar em um curso universitário de educação física para que, possuindo a titulação, pudesse dar aulas de dança em outros locais, que não apenas a ONG em que trabalhava. No entanto, com outros intuitos, ela disse que também gostaria de cursar a faculdade de agronomia.

E esse ano ainda eu quero vencer mais preconceitos. Eu penso em fazer o ENEM agora, prestar agronomia ou engenharia, só sala que tenha homem, e eu vou entrar de Raquel todos os dias. Vai ser babado, correria e confusão. Vai ser um salto colorido todo dia, uma coisa. Eu vou, eu vou! Eu vou para afrontar. Para mostrar, vou tirar as melhores notas da sala, vou ser uma pessoa maravilhosa. Não preciso ser homem para ser a melhor da sala. Eu vou ser a Raquel, vou mostrar isso para eles. O pessoal fala que eu sou louca (Raquel - transex, professora de dança).

Este plano futuro de Raquel demonstra uma busca por enquadramento naquilo que é socialmente aceito como bom, como correto, como exitoso, mesmo que a pesados custos emocionais para o sujeito LGBT que tenta provar, por meio dos mesmos padrões sociais que o excluem, seu valor social.

Anderson informou que gostaria de, após a alteração documental, matricular-se em cursos tipicamente masculinos, segundo ele, para provar para si mesmo que conseguira obter aquele direito. Somado a isso, com o futuro término de seu afastamento profissional, poderia realocar-se mais facilmente no mercado de trabalho ou, inclusive, na mesma empresa em que já trabalhava, pois nela contava com o apoio da gerência.

Raquel, Anderson e Yara também pretendiam abrir seus próprios negócios. Respectivamente, uma escola de dança ou uma empresa de eventos de moda *plus size*, uma panificadora e uma clínica de estética.

Não vou ficar com cinquenta anos e na rua, não é? Dá para guardar um pouco para daqui uns anos ter uma estrutura boa e não precisar mais. [...] Eu penso até, daqui uns quatro, cinco anos, abrir uma clínica de beleza, estética e colocar algumas pessoas para trabalhar para mim. Não para eu trabalhar. Eu já estou trabalhando agora que é para colher lá na frente (Yara - travesti, profissional do sexo).

Yara e Anderson disseram que fazia parte de seus planos pensar o cuidado das suas famílias. Proporcionar-lhes boas escolas, um bom desenvolvimento pessoal, proporcionar viagens, enfim, aproveitar também as pequenas coisas da vida.

E depois da cirurgia, do nome mudado, aproveitando o afastamento em si, pegar a mulher e ir para a praia! Eu quero ir para a praia sem camisa, de sunga! E reservar um hotel no nome do casal [...] A vontade é isso. Viver coisas simples que todos já viveram e eu não pude viver, entendeu? E o que eu já vivi, mas viver agora de forma real. Como Anderson, simplesmente como um cara baixinho, gordinho passando por aí (Anderson - homem transexual, segurança).

Os planos futuros dos entrevistados eram bastante positivos, visam o seu desenvolvimento pessoal e também familiar, mas, na sua maioria, também carregam uma grande carga política. Seus planos faziam menção a enfrentamentos e demonstraram ser meio de autoafirmação social. Infeliz ou felizmente, ser um sujeito fora da norma, por ter uma orientação sexual não heterossexual ou uma identidade ou expressão de gênero transgênero, implica em não somente existir, mas também em lutar. Estes sujeitos sabem que não podem simplesmente viver suas vidas como o fazem as demais pessoas. Também precisam, constantemente, lutar pela garantia de seus direitos, que começam agora a ser lentamente reconhecidos. Ser LGBT é (e, provavelmente, sempre será) não abandonar a luta por seus direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia metodológica utilizada nesta pesquisa, qual seja, a de identificar as representações sociais de pessoas LGBT sobre trabalho por meio da investigação das suas trajetórias de vida permitiu perceber que os entrevistados colecionavam um conjunto de vivências de preconceitos e de exclusão em diferentes âmbitos da vida social. Mas é no mundo do trabalho que, de fato, desaguardam as principais consequências dessas vivências porque, além da condição de ser LGBT, eles ressentiam a falta de preparação emocional e escolar para enfrentar os desafios do trabalho. Assim como no âmbito das famílias e das escolas, o mundo do trabalho também pode tornar-se local de enquadramento dos sujeitos, seus corpos e desejos, naquilo que se entende como legítimo e adequado ao mundo produtivo. Por outro lado, é neste âmbito que eles conseguem transpor algumas barreiras e se autoafirmarem como gente, sujeitos sociais.

Percebe-se que as discriminações e preconceitos vivenciados pelos entrevistados impactaram, significativamente, em suas trajetórias profissionais e de vida, à medida que, devido às violências físicas e simbólicas experimentadas, desenvolveram atitudes de migração, ou seja, de busca de um lugar social para se fixarem e viverem as suas vidas. Dessa forma, eles saíram de seus lares em busca de outros que lhes oferecessem compreensão e apoio e afastaram-se de colegas da escola e de outros círculos sociais devido às experiências de discriminação, moldando suas subjetividades.

Quanto ao trabalho, identificaram fatores facilitadores, ainda que estereotipados, à entrada de pessoas LGBT no mercado de trabalho. Porém, por também identificarem fatores que prejudicam a vida profissional de pessoas LGBT, principalmente aqueles ligados a uma incoerência entre expressão de gênero e sexo biológico, juridicamente reafirmado, acreditavam que o mercado formal de trabalho ainda não está plenamente aberto às pessoas que, visivelmente, não se enquadram nos padrões sociais. Reconheciam que, nas raras vezes em que pessoas travestis e transexuais inserem-se no mundo do trabalho formal, o fazem em cargos e funções precarizados e invisibilizados. Em seus percalços laborais, os entrevistados buscaram encaixar-se nas possíveis brechas identificadas ainda que, para sobreviver, tivessem que aceitar qualquer tipo de trabalho e não conseguissem construir uma carreira profissional.

Para os entrevistados, o trabalho adquiriu sentidos diversos, contraditórios ou mesmo compensatórios. Assim, as representações sociais que eles tinham das atividades laborais desenvolvidas, quer fossem remuneradas ou não, estavam estreitamente relacionadas com: 1) a possibilidade de manutenção de suas vidas e daqueles que deles dependiam; 2) a realização de sonhos/objetivos pessoais e familiares; 3) independência e um meio para o planejamento do futuro, a ressignificação da vida e o desenvolvimento de si; 4) forma de inclusão, de aceitação, de utilidade e de distinção social; 5) possibilidade de ter o direito sobre o próprio corpo; 6) escape para frustrações pessoais e meio para a construção de representações de si mesmo e de construção do gênero. Outros fatores que demonstraram ser relevantes para o processo de construção destas representações é a visibilidade social, acompanhada de representatividade. Ou seja, a possibilidade de, baseados em figuras públicas (profissionais de grandes empresas, professoras, figuras políticas, por exemplo), repensarem e organizarem suas vidas profissionais e, conseqüentemente, as particulares.

O fato de seis dos sete entrevistados estarem exercendo atividade laboral remunerada no momento da realização das entrevistas (apenas Anderson encontrava-se afastado por motivos de saúde) evidenciou que, em alguma medida, estes sujeitos conseguiram ter acesso ao mercado de trabalho, quer seja em um contexto privado, público ou ainda como autônomos e micro empresários. Entretanto, não sem experimentarem constrangimentos e a força dos preconceitos. Ainda que, em sua grande maioria, estivessem desenvolvendo atividades informais, os entrevistados possuíam planos futuros que envolviam o cuidado da família, sua capacitação profissional e pessoal, o desenvolvimento de outras atividades laborativas e a vivência plena de suas identidades de gênero em contextos e atividades sociais cotidianos.

A reflexão possibilitada por esta pesquisa nos coloca o desafio de pensar em conjunto, academia e mundo do trabalho, políticas e práticas organizacionais em duas direções. A primeira refere-se à real abertura às pessoas LGBT, principalmente travestis e transexuais, no mercado de trabalho, visto que grande parte (90%) deste grupo social está, compulsoriamente, exercendo atividades de prostituição no mercado do sexo, evidenciando as grandes barreiras postas à sua participação no mercado de trabalho. A segunda, diz respeito, principalmente, às ações direcionadas à permanência daqueles sujeitos que se inserem na dinâmica do mercado formal de trabalho e que, com bravura, questionam as normas sociais, ainda bastante conservadoras, que lhes indicam a margem como local de existência. Enfrentar este desafio, em última instância,

significa confrontar os discursos empresariais, que se autodenominam modernos e socialmente inclusivos, e as práticas gerenciais que, pautadas nos mais tradicionais métodos de gestão da força de trabalho, buscam a racionalidade que garanta a sobrevivência da empresa no mercado, não raramente, em detrimento da sobrevivência dos trabalhadores. A ausência de políticas e práticas inclusivas e antidiscriminação no contexto de trabalho formal impõe aos sujeitos LGBT a condição de desdobrar-se em atividades adicionais que em nada tem a ver com as suas funções de trabalho, bem como a submissão a relações profissionais, por vezes, baseadas em chantagens, para que possam garantir seus postos de trabalho.

Torna-se a importante garantir aos próprios sujeitos LGBT o poder de escolha da atividade laboral que desejam executar. Assim, é necessário que lhes sejam garantidas, em um nível anterior e mais básico, as políticas de informação e educação para que não sejam discriminados em seus contextos familiares e escolares, para que possam preparar-se emocional e profissionalmente para a vida adulta e para o trabalho. Em um segundo momento, também lhes têm que ser garantidas as políticas de inclusão e respeito à pessoa LGBT no contexto de trabalho para que estas pessoas tenham, de forma institucionalizada, o respaldo à sua presença no mundo do trabalho. Desta forma, o sujeito LGBT tem condições de escolher se desenvolve atividades formais ou informais, inclusive no mercado do sexo, se assim o desejar. Como os demais trabalhadores e, na medida do possível, diante das crises do mundo do trabalho, os LGBTTrabalhadores requerem para si o direito de escolha profissional.

Ressalta-se que a falta de reconhecimento de direitos no contexto de trabalho e de outros direitos sociais básicos também faz com que estes sujeitos estejam sempre em uma situação de dependência de sensibilidades e benevolências externas em diversos âmbitos da vida social: o professor que trata com igualdade, o médico que respeita o uso do nome social, a polícia que não viola, o recrutador que não discrimina, o gestor que não testa os limites do desejo de trabalhar. O que também coloca em questão, como possibilidade de estudo futuro, quais são, atualmente, as representações sociais que estes profissionais possuem sobre o grupo social LGBT e sobre a garantia de seus direitos. Outros possíveis estudos futuros, que vislumbramos com base no material e nas análises aqui feitas, versam sobre: a nova e crescente participação de pessoas travestis e transexuais como trabalhadoras em cargos políticos; e estudos de caso, junto a empresas que se afirmem inclusivas, no trabalho, e defensoras dos direitos sociais

LGBT (empresas conhecidas como *gay friendly*), sobre sua abertura aos trabalhadores LGBT, bem como sobre suas políticas e práticas não discriminatórias.

Finalmente, cabe-nos refletir que, ainda que a participação de pessoas visivelmente fora dos padrões heteronormativos no mundo do trabalho e o trabalho em si, sejam meios para a ocorrência de um processo disruptivo e de desconstrução de estigmas e preconceitos, bem como de ressignificação e reformulação de representações sociais sobre estes sujeitos sociais, não basta que as empresas criem e, fielmente, apliquem as políticas de não discriminação nos contextos organizacionais. Há também de se repensar e desconstruir como se dá todo o conjunto das demais relações sociais que estabelecemos como grupo, como família, como escola, enfim como sociedade. Somente por meio de um projeto social mais amplo é que podemos extinguir as violências e violações vivenciadas, diariamente, pelos sujeitos que estão fora das normas sociais. Caso contrário, as pessoas LGBT, principalmente as travestis, com seus “corpos indecisos”, perturbadores das fundações da heteronormatividade, permanecerão, *ad infinitum*, como abjetos, monstros, excessos escatológicos sociais a serem descartados, expulsos, marginalizados, violentamente assassinados e eliminados para que os demais, os “normais”, possam se construir como grupo coeso, como sociedade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Antônia Camargo de; MARTINS, Márcio André Conde. Discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mercado de trabalho: uma visão crítica sobre a jurisprudência trabalhista no Brasil. *Revista do Instituto do Direito Brasileiro*, Lisboa, n. 12, ano 2, p. 13253-13272, 2013.

AMARAL, Thiago Clemente do. Travestis, Transexuais e Mercado de Trabalho: muito além da prostituição. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, III, 2013, Salvador. *Histórias, sociabilidades, etnografias e política: III Seminário Enlaçando Sexualidades*. Salvador: Uneb, 2013. Anais *on-line*.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 8ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

ARÁN, Márcia. A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. *Ágora - Estudos em Teoria Psicanalítica*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 49 –63, 2006.

ARRUDA, Ângela. Teoria das representações sociais e teorias de gênero. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 127-147, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, mai./ago. 2011.

_____. O Que Pode Uma Teoria? Estudos transviados e a despatologização das identidades trans. *Revista Florestan*, São Carlos, n. 2, p. 46-66, 2014a.

_____. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Revista Contemporânea*, São Carlos, v. 4, n. 1, p. 165-182, jan./jun. 2014b.

BERTAUX, D. *Les récits de vie*. Paris: collection 128, Nathan, 1997.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Debora (Orgs.). *Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio*. Brasília: LetrasLivres: EdUnB, 2009. p. 15-46.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. cap 13.

BRANCALEONI, Ana Paula Leivar; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Educação sexual na promoção do respeito à diversidade sexual e de gênero. *ELO Diálogos em Extensão*, Viçosa, v. 5, n. 2, p 57-62, out. 2016.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei 5.002/2013. Dispõe sobre o direito à identidade de gênero e altera o art. 58 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565315>>
 . Acesso em: 27 dez. 2016.

BRAVERMAM, Harry. *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARRIERI, Alexandre de Pádua; SOUZA, Eloisio Moulin de; AGUIAR, Ana Rose Camillo. Trabalho, violência e sexualidade: estudo de lésbicas, travestis e transexuais. *Revista de Administração Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 78-95, jan./fev. 2014.

COSTA, Ronaldo Pamplona. *Os onze sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana*. São Paulo: Kondo Editora, 2005.

COSTA, Silvia Generali; FERREIRA, Carolina da Silva. Diversidade e Minorias nos Estudos Organizacionais Brasileiros: Presenças e Lacunas na Última Década. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, IV, 2006, Porto Alegre. *Apropriando teoria e prática, deslocando o centro: IV EnEO*. Rio de Janeiro: Anpad, 2006. Anais on-line.

DOISE, Willem. Sistema e metassistema. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 123-156.

DUBAR, Claude. *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. A construção de si pela atividade de trabalho: a socialização profissional. Tradução Fernanda Machado. *Cadernos de Pesquisa*, v.42, n.146, p.351-367, 2012.

FARR, Robert M.. Representações sociais: a teoria e sua história. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 31-59.

FERREIRA, João Batista *et al.*. Diversidade e Gênero no Contexto Organizacional: um estudo bibliométrico. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, Rio de Janeiro, vol. 9, n. 3, p.45-66, set., 2015. Disponível em: <http://www.uff.br/pae/index.php/pca/article/view/571/pdf_1>. Acesso em: 08 jun. 2016.

FONSECA, Tania Mara Galli. Modos de trabalhar, modos de subjetivar em tempos de reestruturação produtiva. In: FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). *Modos de trabalhar, modos de subjetivar: tempos de reestruturação produtiva – um estudo de caso*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002. p. 13-27.

FÓRUM de Empresas e Direitos LGBT. Disponível em: <<http://www.forumempresaslgbt.com/>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira. "*Dragões*": gênero, corpo, trabalho e violência na formação da identidade entre travestis de baixa renda. 2007. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

_____. Alguns aspectos da construção do gênero entre travestis de baixa renda. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 20, n. 4, p. 597-618, 2009.

GOODMAN, Leo. Snowball sampling. *Annals of Mathematical Statistics*, v. 32, p. 148-170, 1961.

GREEN, James Naylor. *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

GUIMARÃES, Marilene. Relação de afeto e direitos. *Psique: Ciência & Vida*, São Paulo, v. 2, n. 16, p. 38-45, 2007.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 352 p.

HELOANI, José Roberto; SILVA, Eduardo Pinto e. Diversidade no trabalho. In: BENDALOSSI, Pedro F.; BORGES-ANDRADE, Jairo. (Org.). *Dicionário de Psicologia do Trabalho e das Organizações*. 1ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015, v. 1, p. 303-310.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Estratégias de sobrevivência dos gays no ambiente de trabalho. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, XXXI, 2007, Rio de Janeiro. *Encontro da ANPAD: XXXI ENANPAD*. São Paulo: Anpad, 2007. Anais *on-line*.

_____. *A Diversidade nas Organizações Brasileiras: Estudo sobre orientação sexual e ambiente de trabalho*. 2008. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – FGV-EAESP, São Paulo, 2008.

_____. Identidades sexuais não-hegemônicas: a inserção dos travestis e transexuais no mundo do trabalho sobre a ótica *queer*. In: ENCONTRO DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, VI, 2010, Florianópolis. *Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD: VI EnEO*. Rio de Janeiro: Anpad, 2010. Anais *on-line*.

IRIGARAY, Hélio Arthur Reis; FREITAS, Maria Ester. Estratégia de Sobrevivência dos gays no Ambiente de Trabalho. *Revista Psicologia Política* (Impresso), v. 13, p. 57-74, 2013.

JACQUES, Maria da Graça Correa. Identidade e trabalho, In: CATTANI, Antonio David (Org.). *Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 161,164.

JESUINO, Jorge Correia. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 33-57.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília, 2. ed, 2012. Disponível em: <https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_SOBRE_IDENTIDADE_DE_G%C3%8ANERO_CONCEITOS_E_TERMOS_-_2%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf?1355331649>. Acesso em 13 set. 2016.

JODELET, Denise. A alteridade como produto do processo psicossocial. In: ARRUDA, Ângela. (Org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 47–68.

_____. Representações sociais: um domínio em expansão. In: _____. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

_____. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 63-85.

_____. Re(des)coabrindo o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: ARRUDA, Ângela (Org.) *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 69-82.

_____. Representações sociais e polifasia cognitiva: notas sobre a pluralidade e sabedoria da razão em Psicanálise, sua Imagem e seu Público. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 159-178.

JULIANI, Rafael Paulino. *Processos de Gestão e Minorias: um estudo sobre políticas organizacionais de promoção do respeito à diversidade sexual*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Jaboticabal 2013.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. In: MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa (Orgs.). *Discursos fora da ordem: sexualidades, saberes e direitos*. São Paulo: Annablume, 2012.

KILLERMANN, Sam. *Genderbread Person*, 2015. Disponível em: <<http://itspronouncedmetrosexual.com/>>. Acesso em: 13 dez. 2016.

LAHLOU, Saadi. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 59-97.

LEITE JR., Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. São Paulo: Annablume, 2011.

_____. Transitar para onde? Monstruosidade, (des) patologização, (in)segurança, social e identidades transgêneras. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 559-568, mai/ago 2012.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora. Homofobia, silêncio e naturalização: Por uma narrativa da diversidade sexual. *Psicologia Política*, Brasília, v. 8, n. 16, p. 307-324, 2008.

LOPES, Márcia Cavalcanti Raposo. Subjetividade e trabalho na sociedade contemporânea. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 91-112, mar./jun., 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria *queer* - uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n.2, p. 541-553, 2001.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Vozes, 2002.

MATTOSO, Jorge Eduardo Levi; POCHMANN, Márcio. Globalização, concorrência e trabalho. *Cadernos do Cesit*, Campinas, UNICAMP, 2010.

MCNAUGHT, Brian. *Gay issues in the workplace*. New York: St. Martin's Press, 1993.

MCQUARRIE, Fiona. Expanding the concept of diversity: discussing sexual orientation in the management classroom. *Journal of Management Education*, v. 22, n.2, p. 162-172, abr, 1998.

MECCHI, Cassiano Luiz. Diversidade Sexual e Políticas de Gestão de Pessoas: Um Estudo Exploratório em Três Empresas de Grande Porte. ENCONTRO DE GESTÃO DE PESSOAS E RELAÇÕES DE TRABALHO, I, 2007, Natal/RN. *Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho: I EnGPR*. Natal: Anpad, 2007. Anais *on-line*.

MENDES, Rodrigo Hübner. Desmistificando os impactos da diversidade no desempenho das organizações. In: ENCONTRO DA DIVISÃO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, III, 2004, Atibaia. *Divisão de Estudos Organizacionais da ANPAD: III EnEO*. Rio de Janeiro: Anpad, 2004. Anais *on-line*.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: JOVCHELOVITCH, Sandra; GUARESCHI, Pedrinho (Orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 89-111.

_____. (Org.). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 14 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MISKOLCI, Richard. Comentário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 55-63, jun. 2007.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009.

_____. Um saber insurgente ao Sul do Equador. *Periódicus – Revista de Estudos Indisciplinares em Gêneros e Sexualidades*. Salvador, v.1 n.1, p. 43-67, mai./out. 2014.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais*. Investigações em Psicologia Social. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

NARDI, Henrique Caetano. A propriedade social como suporte da existência: a crise do individualismo moderno e os modos de subjetivação contemporâneos. *Psicologia & Sociedade*, v. 15, n. 1, p. 37-56, jan./jun., 2003.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM, 2000.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Agenda trabalho decente*. Disponível em: <http://www.oit.org.br/agenda_trabalho_decente>. Acesso em: 22 dez 2016.

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; UNAIDS - PROGRAMA CONJUNTO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE HIV/AIDS; PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Promoção dos Direitos Humanos de pessoas LGBT no Mundo do Trabalho: Construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesbo-transfobia*. Disponível em: <<http://www.oit.org.br/content/promocao-dos-direitos-humanos-de-pessoas-lgbt-no-mundo-do-trabalho-construindo-igualdade-de->>. Acesso em: 12 nov 2016.

PEREIRA, Pedro Paulo Gomes. *Queer nos Trópicos*. Apontamentos à margem sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. In: *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v. 2, n. 2, p. 371-394, 2012.

PERNAMBUCO (Estado). Secretaria de Justiça e Direitos Humanos. *Projeto O Trabalho Transforma*. Recife, 2016. Disponível em: <<http://www.sjdh.pe.gov.br/node/735>>. Acesso em: 27 jun. 2016.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: A utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RONDAS, Lincoln de Oliveira; MACHADO, Lucília Regina de Souza Inserção profissional de travestis no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de

inclusão. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, São João Del Rei, v. 10, n. 1, p. 191-204, jan./jun. 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). Coordenadoria Especial da Diversidade Sexual. . *Projeto Damas*. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://cedsrjio.com.br/projeto-damas-oque-e.php>>. Acesso em: 13 fev. 2016.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: Notas para uma teoria radical da política da sexualidade. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 21, p. 1-88, 2003.

SALVAGNI, Julice. Risco no trabalho: a formação da identidade dos eletricitistas. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, Santa Maria, v. 1, n. 2, p. 32-41, jul./dez. 2011.

SÃO PAULO (Estado). *Lei nº 10.948, de 05 de novembro de 2001*. Dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual. São Paulo, SP, 2001. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2001/lei-10948-05.11.2001.html>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Prefeitura de São Paulo. Secretaria Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo. *Projeto Reinserção Social Transcidadania*. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/trabalho/cursos/operacao_trabalho/index.php?p=170430>. Acesso em: 13 fev. 2016.

SARAIVA, Luiz Alex S.; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. Políticas de diversidade nas organizações: uma questão de discurso? *Revista de administração de empresas*, v. 49, n. 3, p.337-348, set. 2009.

SARAIVA, Luiz Alex Silva. Além dos estigmas profissionais. In: FREITAS, Maria Ester; DANTAS, Marcelo (Orgs.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012, p. 149-168.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A Epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 28, p. 19-54, jan./jun. 2007.

SENNETT, Richard. *El Artesano*. Barcelona: Anagrama, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, Tomaz Tadeu (Org.), *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis: Vozes, 2000. cap 2.

SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; ZAULI-FELLOWS, Amanda. Diversidade e Identidade Gay nas Organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS - EnEO, IV, 2006, Porto Alegre. *Apropriando teoria e prática, deslocando o centro: IV EnEO*. Rio de Janeiro: Anpad, 2006. Anais on-line.

SOUZA, Heloisa Aparecida de; BERNARDO, Marcia Hespagnol. Transexualidade: as consequências do preconceito escolar para a vida profissional. *Bagoas*, Natal, n. 11, p. 157-175, 2014.

TGEU - TRANSGENDER EUROPE (Alemanha). *Trans Murder Monitoring (TMM) project*. 2015. Disponível em: <<http://tgeu.org/tmm-idahot-update-2015/>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 101-121.

VALENTIM, Joaquim Pires. Que futuro para as representações sociais?. *Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 158-166, 2013.

VERAS, Elias, Ferreira; GUASCH, Oscar. A Invenção do Estigma Travesti no Brasil (1970-1980). *História, Histórias*, Brasília, v. 1, n. 5, p. 39-51, 2015.

VERONESE, Marília Veríssimo; ESTEVES, Egeu Gómez. Identidade. In Cattani, Antonio David et. al. (Orgs.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra: Almedina, 2009. p. 219-223.

WOLTER, Rafael Moura Coelho Peclý. Serge Moscovici: um pensador do social. In: ALMEIDA, Ângela Maria de Oliveira; SANTOS, Maria de Fátima de Souza; TRINDADE, Zeidi Araújo (Orgs). *Teoria das Representações Sociais: 50 anos*. Brasília: Technopolitik, 2011. p. 21-29.

ANEXOS

ANEXO I

(Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO ESCLARECIDO

Eu, Rafael Paulino Juliani, do Núcleo de Estudos Trabalho, Organização Social e Comunitária do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, responsável pela pesquisa “Fora de Tom: uma análise das trajetórias de vida e de trabalho de pessoas LGBT”, faço um convite para você participar como voluntário deste meu estudo.

Esta pesquisa pretende analisar as percepções de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca de suas trajetórias de vida e suas relações com o trabalho.

Sua participação constará em conceder respostas a um roteiro de entrevista semiestruturado que guiará o tema e objetivos pretendidos por esta pesquisa. As entrevistas serão individuais e serão gravadas pelo pesquisador com equipamento de áudio. Ressalta-se que isto não lhe gerará nenhum custo.

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de tirar quaisquer dúvidas ou pedir quaisquer outros esclarecimentos, bastando para isso entrar em contato com o pesquisador.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação pela sua decisão.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas, em seu conjunto, apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários e organizações, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação. Assim, será mantido o sigilo de seus dados e das pessoas que você venha a mencionar nas entrevistas.

Espera-se que as informações que você compartilhará com o pesquisador venham a gerar subsídios para orientar práticas de gestão do trabalho inclusivas que considerem as necessidades e interesses dos que se encontram fora dos padrões heteronormativos. Sua participação, possivelmente, também lhe propiciará a oportunidade de conhecer mais sobre a relação que você possui com o trabalho por meio do diálogo com o pesquisador e a formulação de respostas para questões sobre emoções, sentimentos e valores atribuídos ao trabalho que você realiza ou que não realiza por estar desempregado.

Alertamos que você poderá sentir-se cansado ou apresentar outros desconfortos físicos, psíquicos, emocionais, morais, intelectuais, sociais, culturais ou espirituais, dependendo de suas experiências passadas e a relação que se estabelecerá com a pesquisa. Durante a coleta de dados, o pesquisador estará inteiramente disponível para solucionar quaisquer angústias geradas pelos procedimentos, mas caso reste algum desconforto que não foi inteiramente resolvido, a orientadora e também responsável por esta pesquisa estará igualmente disponível para contatos que lhe faça sentir confortável em todas essas dimensões. Buscando evitar estes riscos, desconfortos e inquietações, alguns procedimentos serão utilizados para minimizá-los: a pesquisa terá acompanhamento contínuo realizado pela orientadora responsável; você tem a garantia da apresentação de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos e de quaisquer possíveis dúvidas com relação à pesquisa como um todo; você possui total liberdade de recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa e sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador. Dessa forma, a participação ou não na pesquisa e o conteúdo das respostas nas entrevistas NÃO serão utilizados de maneira que possa gerar prejuízos a você.

Ressalta-se que todos os participantes estarão em pleno gozo de suas faculdades mentais e físicas. Não se tratam de pessoas em condições de vulnerabilidade, com necessidades especiais, analfabetas, podendo decidir por si mesmas pela participação ou não na pesquisa. O pesquisador, o patrocinador e a instituição se responsabilizarão de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos possíveis riscos que venham a ocorrer com os participantes da pesquisa. Entretanto, ressalta-se que todos os cuidados serão tomados para que não haja quaisquer riscos para o participante.

Autorização

Eu, _____, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha participação é livre e voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perdas de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, seus riscos, benefícios, da garantia de confidencialidade e esclarecimentos adicionais sempre que desejar. Declaro estar em pleno gozo de minhas faculdades mentais e físicas, não estar em condições de vulnerabilidade, nem necessitar de cuidados especiais e não ser analfabeto. Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo.

Assinatura do voluntário

Eu, Rafael Paulino Juliani, na qualidade de pesquisador responsável por esta pesquisa e pela obtenção do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), declaro que obtive de forma apropriada e voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido deste voluntário para a participação neste estudo.

Rafael Paulino Juliani

Dados dos pesquisadores:**Nome:** Rafael Paulino Juliani**Endereço:** Rod. Washington Luís, km. 235 - Cx.Postal 676 - CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil**Telefone:** (16) 98807-0402**Endereço eletrônico:** rpjuliani@gmail.com**Orientadora****Nome:** Rosemeire Aparecida Scopinho**Endereço:** Rod. Washington Luís, km. 235 - Cx.Postal 676 - CEP 13565-905 - São Carlos - SP - Brasil**Telefone:** (16) 3351-8361**Endereço eletrônico:** scopinho@ufscar.br

ANEXO II

(Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: FORA DE TOM: UMA ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA E DE TRABALHO DE PESSOAS LGBT

Pesquisador: RAFAEL PAULINO JULIANI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 48459315.6.0000.5504

Instituição Proponente: CECH - Centro de Educação e Ciências Humanas

Patrocinador Principal: FUNDAÇÃO DE AMPARO A PESQUISA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.469.130

Apresentação do Projeto:

Resumo:

A sociedade hegemônica é heteronormativa porque concebe sexualidade e gênero de forma binária, natural e fixa (masculino e feminino), o que marginaliza um conjunto de múltiplas possibilidades de configurações de gênero, vivências e expressão da sexualidade e patologiza as identidades que se constituem fora deste mesmo modelo. Esta concepção heteronormativa de organização e práticas sociais tende a excluir aqueles que transgridem o padrão posto, entre eles as pessoas do grupo LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). A situação acirrou-se, a partir da década de 1990, para o caso brasileiro, quando as profundas transformações na economia dificultaram ainda mais o acesso dessas pessoas ao mercado formal de trabalho, por não possuírem as qualificações profissionais e sociais exigidas. Este projeto objetiva analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou identidade de gênero, acerca de suas trajetórias de vida e trabalho.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.469.130

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar as representações sociais de um grupo de pessoas que destoam dos padrões heteronormativos, quer seja por orientação sexual ou

identidade de gênero, acerca de suas trajetórias de vida e suas relações com o trabalho.

Objetivo Secundário:

- Analisar a trajetória escolar e de formação profissional dos entrevistados, ressaltando o que eles percebem como fatores facilitadores, ou não, ao

acesso ao mercado de trabalho e ao mercado de consumo;- Analisar os sentidos atribuídos, pelos entrevistados, ao trabalho em suas trajetórias de

vida;- Analisar as representações sociais acerca das suas experiências de trabalho (sejam de caráter formal e/ou informal) e de possíveis vivências

de discriminação e preconceito no mesmo;- Identificar e analisar as expectativas futuras acerca de suas vidas e trajetórias de trabalho.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O participante poderá sentir-se cansado ou apresentar outros desconfortos ou incômodos físicos, psíquicos, emocionais, morais, intelectuais,

sociais, culturais ou espirituais, dependendo de suas experiências passadas e a relação que se estabelecerá com a pesquisa. Durante a coleta de

dados, o pesquisador está inteiramente disponível para solucionar quaisquer angústias geradas pelos procedimentos, mas caso reste algum

desconforto que não foi inteiramente resolvido, a orientadora e responsável pela pesquisa estarão disponíveis para contatos que busquem fazer o

participante se sentir confortável em todas essas dimensões. Buscando evitar estes riscos, desconfortos e inquietações, alguns procedimentos serão

utilizados para minimizá-los: a pesquisa terá acompanhamento contínuo realizado pela orientadora responsável; o participante tem a garantia da

apresentação de esclarecimentos antes e durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos e de quaisquer possíveis dúvidas com relação

à pesquisa como um todo; o participante possui total liberdade de recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa

e sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador. Dessa forma, a

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

Continuação do Parecer: 1.469.130

participação ou não na pesquisa e o conteúdo das respostas nas entrevistas NÃO serão utilizados de maneira que possa gerar prejuízos ao participante. Ressalta-se que os participantes estarão em pleno gozo de suas faculdades mentais e físicas. Não se tratam de pessoas em condições de vulnerabilidade, com necessidades especiais, analfabetas, podendo decidir por si mesmas pela participação ou não na pesquisa. O pesquisador, o patrocinador e a Instituição se responsabilizarão de dar assistência integral às complicações e danos decorrentes dos possíveis riscos que venham a ocorrer com os participantes da pesquisa. Ressalta-se que todos os cuidados serão tomados para que não haja quaisquer riscos para o participante.

Benefícios:

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam gerar subsídios para orientar práticas de gestão do trabalho inclusivas que considerem as necessidades e interesses dos que se encontram fora dos padrões heteronormativos. A participação também poderá gerar possíveis benefícios para o participante, que terá a possibilidade de conhecer mais sobre a relação que possui com o trabalho por meio do diálogo com o pesquisador e a formulação de respostas para questões sobre emoções, sentimentos e valores atribuídos ao trabalho que realiza ou que não realiza por estar desempregado.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa transversal realizada por meio de entrevista semi-estruturada com análise qualitativa dos dados de acordo com a proposta de Bardin (1977) e Minayo (1999).

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Presentes todos os termos de apresentação obrigatória

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há qualquer pendência.

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

CEP: 13.565-905

UF: SP

Município: SÃO CARLOS

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SÃO CARLOS/UFSCAR



Continuação do Parecer: 1.489.130

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_532391.pdf	19/02/2016 17:03:53		Acelto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_MODIFICADO.pdf	19/02/2016 17:03:20	RAFAEL PAULINO JULIANI	Acelto
Folha de Rosto	Images.pdf	08/12/2015 15:19:51	RAFAEL PAULINO JULIANI	Acelto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO DETALHADO.pdf	13/07/2015 22:00:18		Acelto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SAO CARLOS, 22 de Março de 2016

Assinado por:
Ricardo Carneiro Borra
(Coordenador)

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235

Bairro: JARDIM GUANABARA

UF: SP

Município: SAO CARLOS

CEP: 13.565-905

Telefone: (16)3351-9683

E-mail: cephumanos@ufscar.br

ANEXO III

(Roteiro semiestruturado de entrevistas)

ROTEIRO SEMIESTRUTURADO DE ENTREVISTAS

I – IDENTIFICAÇÃO

IDADE:

SEXO BIOLÓGICO:

IDENTIDADE DE GÊNERO:

ORIENTAÇÃO SEXUAL:

ESTADO CIVIL:

MORA COM:

CIDADE:

I.1. - CONTE BREVEMENTE QUANDO SE INICIOU E COMO FOI SEU PROCESSO DE “REVELEÇÃO”.

I.1.1. - HOUVE ACEITAÇÃO POR PARTE DE SUA FAMÍLIA/AMIGOS/COLEGAS DE ESCOLA? COMO FOI?

I.1.2. - VOCÊ TEVE DE CORTAR RELACIONAMENTOS, DEIXAR DE FREQUENTAR LUGARES? SE SIM, QUAIS?

I.2. - COMO É SEU RELACIONAMENTO FAMILIAR HOJE EM DIA? POR QUÊ?

I.3. - VOCÊ PRÁTICA/FREQUENTA ALGUMA RELIGIÃO? POR QUÊ?

I.4. - O QUE VOCÊ ENTENDE POR EFEMINADOS, TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS?

I.4.1. - SÃO GRUPOS DISTINTOS?

I.4.2. - VOCÊ SE CONSIDERA PARTE DE ALGUM DESTES GRUPOS?

I.4.3. - COMO É A RELAÇÃO ENTRE ESTES GRUPOS E O GRUPO DE PESSOAS HOMOSSEXUAIS? POR QUÊ?

I.4.3.1. - TODOS OS DIAS ESCUTAMOS CASOS DE DISCRIMINAÇÃO COM PESSOAS LGBT. HOMOSSEXUAIS E PESSOAS TRANS SOFREM OS MESMOS PRECONCEITOS? POR QUÊ?

II – TRAJETÓRIA ESCOLAR

I.1. - CONTE BREVEMENTE COMO FOI SUA VIDA ESCOLAR.

II.2. – QUAL SEU GRAU DE ESCOLARIDADE/SÉRIE CURSADA?

II.3. - EM ALGUM MOMENTO VOCÊ TEVE DE INTERROMPER SEUS ESTUDOS? SE SIM, POR QUÊ?

II.4. - COMO ERA SEU RELACIONAMENTO COM OS PROFESSORES E DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA/FACULDADE? POR QUÊ?

II.4.1. - ALGUMA VEZ VOCÊ SOFREU PRECONCEITO, DEVIDO À SUA SEXUALIDADE/IDENTIDADE DE GÊNERO, POR PARTE DOS PROFESSORES OU DEMAIS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA/FACULDADE?

II.4.2. - SE SIM, COMO FOI?

II.5. - COMO ERA SEU RELACIONAMENTO COM OS COLEGAS E DEMAIS ALUNOS? POR QUÊ?

II.5.1. - ALGUMA VEZ VOCÊ SOFREU PRECONCEITO, DEVIDO À SUA SEXUALIDADE/IDENTIDADE DE GÊNERO, POR PARTE DOS COLEGAS E DEMAIS ALUNOS?

II.5.2. - SE SIM, COMO FOI?

II.6. - VOCÊ ACREDITA QUE AS ESCOLAS/FACULDADES ESTÃO ABERTAS ÀS PESSOAS HOMOSSEXUAIS? POR QUÊ?

II.6.1. - E PARA AS PESSOAS EFEMINADAS E TRANS? POR QUÊ?

II.7. - PARA VOCÊ, O QUE SIGNIFICA A ESCOLA / A EDUCAÇÃO?

II.7.1. - QUAL A FUNÇÃO DA ESCOLA / DA EDUCAÇÃO NA SUA VIDA? POR QUÊ?

II.8. – EM SUA OPINIÃO, ESCOLARIDADE E TRABALHO SÃO COISAS QUE SE RELACIONAM? POR QUÊ?

II.9. – O RELACIONAMENTO COM SUA FAMÍLIA IMPACTOU DE ALGUMA FORMA EM SEUS ESTUDOS? SE SIM, COMO?

III – TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

I.1. - CONTE BREVEMENTE SOBRE SUA TRAJETÓRIA DE EMPREGOS/TRABALHOS (QUANDO COMEÇOU A TRABALHAR, LUGARES E FUNÇÕES POR ONDE PASSOU).

III.2. – QUAIS SÃO SUAS FONTES DE RENDA?

III.2.1. – EM MÉDIA, QUAL É SUA RENDA MENSAL?

III.2.2. – QUANTAS PESSOAS SÃO SUSTENTADAS COM ESTA RENDA?

III.2.2.1. – (CASO O ENTREVISTADO TRABALHE) HÁ QUANTO TEMPO DESENVOLVE ESTE TRABALHO?

III.2.2.2. – (CASO O ENTREVISTADO TRABALHE) VOCÊ GOSTA DO SEU TRABALHO? POR QUÊ?

III.3. – HÁ ALGUM TIPO DE TRABALHO QUE VOCÊ GOSTARIA DE TER/FAZER? QUAL?

III.3.1. – SE SIM, POR QUE GOSTARIA DE TER ESTE TRABALHO?

III.4. – QUAIS ATIVIDADES PROFISSIONAIS VOCÊ JÁ TEVE E POR QUANTO TEMPO DESENVOLVEU CADA UMA DELAS?

III.4.1. – ALGUMA DELAS FOI COM CARTEIRA ASSINADA? QUAIS?

III.5. – VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE PROCESSOS DE SELEÇÃO / ENTREVISTAS DE EMPREGO? SE NÃO, POR QUÊ? SE SIM, COMO FOI?

III.5.1. – SE SIM, EM ALGUM DESTES PROCESSOS VOCÊ SE SENTIU DISCRIMINADO? POR QUÊ?

III.6. – NOS EMPREGOS/TRABALHOS QUE JÁ TEVE COMO ERA SUA RELAÇÃO COM OS EMPREGADORES? POR QUÊ?

III.6.1. – ALGUMA VEZ VOCÊ SOFREU PRECONCEITO, DEVIDO À SUA SEXUALIDADE/IDENTIDADE DE GÊNERO, POR PARTE DOS SEUS EMPREGADORES?

III.6.1.1. – SE SIM, COMO FOI?

III.7. – COMO ERA SUA RELAÇÃO COM OS DEMAIS FUNCIONÁRIOS? POR QUÊ?

III.7.1. – ALGUMA VEZ VOCÊ SOFREU PRECONCEITO, DEVIDO À SUA SEXUALIDADE/IDENTIDADE DE GÊNERO, POR PARTE DOS DEMAIS FUNCIONÁRIOS?

III.7.1.1. – SE SIM, COMO FOI E QUAL FOI O DEESFECHO DA SITUAÇÃO?

III.7.2. – DE FORMA GERAL, COMO VOCÊ AVALIA SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL ATÉ O MOMENTO?

III.8. – VOCÊ ACREDITA QUE O MERCADO DE TRABALHO ESTÁ ABERTO PARA PESSOAS HOMOSSEXUAIS?

III.8.1. – E PARA PESSOAS EFEMINADAS E PESSOAS TRANS? POR QUÊ?

III.9. – VOCÊ ACREDITA QUE EXISTAM FATORES QUE ATRAPALHAM A PESSOA LGBT A ENTRAR E PERMANECER NO MERCADO DE TRABALHO? SE SIM, QUAIS?

III.9.1. – VOCÊ ACREDITA QUE EXISTAM FATORES QUE AUXILIAM A PESSOA LGBT A ENTRAR E PERMANECER NO MERCADO DE TRABALHO? SE SIM, QUAIS?

III.10. – EXISTE ALGO QUE VOCÊ MUDARIA NO SEU CORPO, NO SEU MODO DE SER, VISANDO UMA OPORTUNIDADE DE EMPREGO? SE NÃO, POR QUÊ?

III.10.1. – SE SIM, O QUE MUDARIA E POR QUE FARIA ESTA MUDANÇA?

III.11. – PARA VOCÊ, O QUE SIGNIFICA TRABALHO?

III.11.1. – QUAL A FUNÇÃO DO TRABALHO NA SUA VIDA? POR QUÊ?

III.12. – QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PROSTITUIÇÃO? POR QUÊ?

IV – PLANOS FUTUROS E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

IV.1. - QUAIS SÃO SEUS PLANOS FUTUROS COM RELAÇÃO AOS ESTUDOS, TRABALHO E SUA VIDA PARTICULAR?

OUTRAS CONSIDERAÇÕES QUE O ENTREVISTADO DESEJAR ACRESCENTAR.